a Palavra e o Tempo

O HOMEM DA FÉ

Evangelho entre os homens

uma sociedade cristã?

9 Tensões na família portuguesa
JOSÉ M. SERRAZINA

15 A repartição dos rendimentos
ODETE ESTEVES DE CARVALHO

25 A participação activa na vida social
MARIA MANUELA DA SILVA

fé em 1968

28 O que é ter fé hoje
FERNANDO BELO

conversão à fé na igreja

43 O profetismo hoje — alguns testemunhos e uma reflexão de
ANTÓNIO MENDES PEDRO

59 Uma tensão na igreja
TERESA MARTINS DE CARVALHO

66 Viver em grupo o evangelho
ALBERTO NETO e JOAQUIM OSÓRIO

75 A catequese — iniciação a uma vida cristã
LUÍS PEDRO

82 A oração — encontro com Cristo
JOSÉ GOMES SÁ

crise de fé em Portugal?

90 Mesa redonda.

a palavra e o tempo

Revista trimestral
dos alunos do Seminário dos Olivais

N.º 1 — 1968 — 2.ª Série — Ano XXII

Director e Editor: Luís Osório Gonçalves — *Redacção:* José Luís Seruya, António Mendes Pedro, Jorge Vala, Dário Lourenço, António Castanheira, Manuel Barão, Luís Cunha — *Administração:* José Luzia Gonçalves, Licínio Aguiar, José Manuel da Silva, Vítor António, Manuel Macedo, João Carneiro, João Trindade, Carlos Alberto Oliveira, José Alberto Pais, Bernardino Henriques, João Violante, Ventura Rodrigues, Manuel Reis, Virgílio Ferreira, Jorge Ávila Gonçalves — *Maquetas:* José João Marcos, Armando Pereira Duarte — *Proprietário:* Seminário dos Olivais - Lisboa-6.

(Com as devidas licenças eclesiásticas)

Avulso: [illegible] — Assinatura anual: [illegible] — Estrangeiro: [illegible] USA

Composto e impresso na Gráfica Santelmo, Lda. — Lisboa

PADRE JOSÉ HONORATO ROSA

É com consciência clara e profunda do que representou para todos nós a vida do Padre Honorato Rosa, que aqui queremos manifestar a nossa confusão pela sua passagem, tão cedo, para o Pai.

Foi, sem dúvida, uma vida curta. Mas o que nos impressionava era a presença da eternidade, a plenitude de vida do Espírito que sentíamos quando estávamos com ele. Era esse Espírito que fundava a sua comunhão com todos os homens, pobres ou ricos. Cada um de nós era para ele uma pessoa, única entre as outras, e com ele progredíamos nessa vida do Espírito que o habitava.

A sua presença foi estímulo de toda a reflexão que temos apresentado nos nossos números. Foi ele um dos principais colaboradores e animadores do nosso trabalho. Em cada número ele esteve presente, não só pelas aulas que nos dava, como por uma ajuda constante ao trabalho de redacção da Revista.

Aquilo que nenhum de nós esquecerá, é que a sua morte foi devida à total entrega ao trabalho de construção do Reino. Nisso procuraremos que seja para sempre exemplo vivo para todos nós. Será o maior fruto da sua morte: a Vida que nos continuará a transmitir em Cristo.

editorial

Hoje é o tempo do Espírito. O diálogo que Ele inicia suscita em nós a resposta da Fé. Falar dessa Fé que assim brota no Povo de Deus, exige que nos ponhamos humildemente à escuta, deixando repercutir em nós os actos do Espírito que acontecem em 1968. Do nosso pecado vem, por isso, a grande limitação deste trabalho.

No entanto, tal como para vós, o movimento de resposta ao Espírito no nosso mundo é-nos por vezes tão claro, que não nos podemos recusar a partilhá-lo. Paulo VI foi porta-voz deste apelo sentido no Povo de Deus, ao convidar-nos a fazer deste ano o Ano da Fé. É numa atitude de contributo que hoje aqui nos fazemos eco dos apelos que o Espírito deixou que escutássemos no seio da Igreja em que vivemos.

Eco, em primeiro lugar de um dinamismo que sentimos vibrar surdamente no seio do nosso povo. A sua Fé será muitas vezes mal expressa, muitas vezes será exteriorizada em formas inadequadas,

mas são elas a linguagem que nos manifesta que o Espírito já hoje nele habita, que o Reino já vem a caminho.

Decerto que em muitos casos essa Fé ainda não é uma atitude que apanha a vida toda. Decerto que não se pode afirmar a existência de UMA SOCIEDADE CRISTÃ (I). Mas então os cristãos deixam de poder escudar-se atrás desse velho mito. Compreendendo a autonomia da cidade profana, cada vez mais tomam consciência de serem, nessa sociedade, pequena porção de fermento que há-de levedar a massa toda. E, aqui e ali, insistentemente, surgem sinais nítidos e humildes desse mundo novo que há-de vir (v. O PROFETISMO — III).

Eco, em seguida, de um apelo que se manifesta por debaixo de todas essas atitudes — Evangelho que nos interpela no mais fundo de nós mesmos, convite de Cristo a aceitá-lO como companheiro de jornada pelos caminhos da vida. Por isso ter FÉ EM 1968 (II) é ao mesmo tempo uma recusa e uma certeza. Recusa, frente a todos os paganismos, em deixar confundir o cristianismo com um teísmo intelectual ou com uma crença, ambos desenraizados do viver quotidiano. Certeza de que o nome de Deus é «Pai», e de que longe dele os nossos passos se perdem por caminhos vãos. Cris-

tão é o que não vê separação entre a vida e o Evangelho; é o que afirma com a vida a sua pertença a Jesus Cristo. Ter fé em 1968 é percorrer, identificado com Cristo, as opções fundamentais que nortearam a sua vida. É viver com Ele uma natural ligação ao Pai, comungando com os homens de hoje o pão dos seus problemas, e anunciando-lhes o Amor feito carne para a salvação do mundo.

Eco ainda de um apelo que a Igreja faz hoje a cada um de nós, impedindo que nos deixemos instalar nas nossas certezas. Comunidade viva, é na TENSÃO (III) que nos é dado pertencer-lhe. Para alguns virá mesmo uma CRISE DE FÉ (IV). Tudo isto acontecerá enquanto formos povo peregrinante, que busca sem cessar o caminho da casa do Pai. Mas é já hoje dentro desta Igreja que está a salvação, é nela que a cada momento nos convertemos, é com os nossos irmãos de caminhada que aprendemos a VIVER O EVANGELHO (III). Fé que se renova e se faz vida comunitária, vai ser a própria comunidade a educar a nossa Fé, e a transmiti-la aos que dela se aproximam (v. CATEQUESE — III). Fé que se renova e se faz amizade com Cristo, encontra na ORAÇÃO (III) o resumo e o incentivo de uma unidade sempre a refazer-se entre a Sua acção na redenção total do homem e a nossa esperança no Reinado do Espírito.

ideias como

aggiornamento — a igreja em marcha

tempo post-conciliar — igreja e mundo moderno

encontram a sua expressão em

CONCILIUM

Revista Internacional de Teologia

Ele oferece-lhe a possibilidade de seleccionar os sectores da Teologia que mais lhe interessam

quer assinando os 10 números por ano
quer comprando a colecção de fascículos sobre um só tema

Temas publicados

DOGMA • LITURGIA • PASTORAL • ECUMENISMO • MORAL • PROBLEMAS FRONTERIA • HISTÓRIA DA IGREJA • DIREITO CANÓNICO • ESPIRITUALIDADE SAGRADA ESCRITURA

Colecção de cada 2 fascículos	35$00
Assinatura anual	220$00

Peça informações a:

Concilium — AV. 5 DE OUTUBRO, 297-1.º-Dt.º — **LISBOA**

I

uma sociedade cristã?

Não existem sociedades cristãs. A fé é como que uma espada que divide o homem no fundo de si mesmo, que lhe provoca uma tensão entre a Esperança no mundo que há-de vir e a conformação com o tempo presente. A Habitação de Deus com os homens é o lugar da justiça, da liberdade, do amor e da paz, fruto do esforço criador daqueles que conhecem o nosso mundo e a beleza que lhe podemos dar.

FÁBRICAS ALELUIA — AVEIRO

TELEFONE 2 20 61 — 3 LINHAS

AZULEJOS — LOUÇAS

LISBOA
RUA RODRIGO DA FONSECA, 70, R/C., ESQ.
TELEFONE 5 48 72

PORTO
GALERIA DE PARIS, 95, 1.º
TELEFONE 2 70 12

O ANO DA FÉ

do Cónego VAZ PINTO

- **Porquê?**
- **Para quê?**
- **O que posso eu fazer?**

NESTE LIVRO ENCONTRA A RESPOSTA
Custa apenas 25$00

LIVRARIA **SAMPEDRO** EDITORA
Av. da República, 10-2.º ● LISBOA-1 ● Telefone **4 67 15**

ARTIGOS RELIGIOSOS
PARA REVENDA E PROPAGANDA

CASA DE S. JOSÉ — PORTO

(FUNDADA EM 1896)

Visitai esta casa, apreciai o seu sortido e confrontai os seus preços!

168, RUA DAS FLORES, 170 — TELEFONE 2 28 86

uma sociedade cristã ?

1.

No princípio da criação Deus os fez homem e mulher; por isso deixará o homem pai e mãe e se unirá à sua mulher; e os dois não serão senão uma só carne (Mc. 10). Frutificai disse Ele, e multiplicai-vos; enchei a terra e submetei-a... (Gen. 1,28).

Tensões actuais da Família Portuguesa

José M. Serrazina

Tradicionalmente considerada cristã, a família portuguesa conserva, na hora actual, alguns sinais de cristianismo.

Serão, no entanto, de profundidade ou de superfície esses sinais de vida cristã? Haverá conformidade, no geral das famílias, entre o dia a dia e o Evangelho? Poderá dizer-se que o Cristo da unidade, do amor, da vida, da paz está presente e actuante em cada lar? que a dinâmica da família no nosso país a faz convergir para o desenvolvimento positivo na construção da vida humana?

É lamentável a falta de pontos de apoio para as breves notas que a seguir se apresentam. A carência de estudos sociológicos e a descoordenação de iniciativas no que se refere à pastoral familiar; a diversidade de situações nos chamados meios urbano e rural; a discreção de que estão normalmente rodeados os problemas de cada família; e outros factores — dificultam grandemente um trabalho desta natureza. Pode acontecer que um certo ar de superficialidade acompanhe estas linhas; mas elas pretendem ser um convite à reflexão aprofundada e ao diálogo aberto sobre o quilate do cristianismo vivido em família.

UNIDADE E ESPIRITUALIDADE FAMILIAR

Entendida aqui a unidade nos seus variados aspectos de *conjugal* e *familiar*, — união de almas e de corpos para a vida toda, e crescente fidelidade de coração; conjugação de esforços na construção da felicidade, e viva consciência de ser célula viva da sociedade religiosa e profana; testemunho e paradigma da paz e união a estabelecer nas diversas comunidades — pode afirmar-se que estão longe desta unidade profunda a maior parte das famílias portuguesas.

Felizmente não é alta a percentagem de divórcios no nosso país, tendo até diminuído nestes últimos anos (em relação ao número de habitantes), quando se pôde verificar uma subida por volta de 1940 e seguintes. No entanto, crescem as separações legais de pessoas e bens, e há sintomas graves de falta de apreço pela unidade familiar, como se apurou da «Campanha da Família» levada a cabo pelos movimentos de apostolado leigo em 1964-1966.

Segundo os inquéritos de referida «Campanha» apresentam-se como causa e sintoma da falta de unidade conjugal:

— *Deficiente preparação específica para o casamento,* pela ausência de conhecimento ou reflexão sobre o que é o matrimónio e as suas exigências e implicações; pela deturpação do seu verdadeiro sentido nos casamentos de conveniência; pelo baixo nível de educação de base, sobretudo na mulher, a ponto de inibir os cônjuges na realização do mínimo de condições de felicidade.

— *Carência de instrução,* como caminho perigoso para a falta de senso administrativo desta sociedade característica e para a brutalidade e desleixo de gestos e atitudes, que torna impraticável a vida em comum e prejudica, em suas fontes, qualquer acção educativa.

— *Ausência de critérios morais e religiosos* sobre o casamento e a família, ou desacerto dos mesmos entre os cônjuges: há, por vezes, uma religiosidade que não é vida, há egoísmo que enfraquece o amor cristão conjugal, há infidelidade que passa sistemàticamente como leviandade, existe dificuldade quase invencível de viver a dois os actos religiosos.

— *O enquadramento social de cada novo lar nem sempre é feito nas melhores condições,* pois que a vida comunitária das famílias tanto nas cidades como nas vilas e aldeias é fraca e a nível de pouca atenção aos outros; o ambiente social tolera e, às vezes, aceita a infidelidade, sobretudo do marido; nos sectores em que a evolução é desequilibrada ficam esquecidos alguns valores fundamentais; nas zonas de fortes sangrias migratórias a desagregação familiar traz inconvenientes de vária ordem; o ambiente paganizado entra nos lares e vai inquinando, a pouco e pouco, a maneira de existir da família.

— *Baixo nível económico* com o que acarreta de preocupação excessiva, enervamento e desejo de evasão; a necessidade de trabalho em horas extraordinárias e acumulação de empregos; a falta de independência económica que obriga a viver com outras pessoas na mesma casa, quer sejam família quer não, com a correspondente promiscuidade; o trabalho da mulher fora do lar com prejuízo da casa e da educação dos filhos; a alimentação deficiente que depaupera as forças físicas e morais, etc.

Estas e muitas outras serão as causas, e ao mesmo tempo os sintomas, da fraqueza

da unidade familiar. Reclamam atenção. Serão motivo constante de revisão de vida para uma Igreja de Cristo em atitude de «aggiornamento» e para uma Sociedade que quer organizar-se em medidas de verdadeiro humanismo.

A espiritualidade conjugal e familiar terá aqui, como especificidade própria, a descoberta dos autênticos valores de *realização pessoal* e da *intercomunicação positiva* dos vários membros da família. Como grupo especial que é, tem dinâmica muito própria quanto à aceitação de Deus e quanto ao esforço de caminhada para a perfeição. Tendo carácter sagrado na sua origem é, sobretudo no casamento, sacramento, estado santo e santificante para os esposos, para os filhos e demais familiares.

Mas será possível ao comum dos casais *embarcar na aventura* duma profunda espiritualidade conjugal e familiar, como escrevia há tempos um dos que já *embarcaram?*

Valerá, certamente, a pena uma referência mais explícita a algumas atitudes familiares que serão, ao mesmo tempo, alimento e fruto dessa espiritualidade:

— *Integração na vida eclesial* pela oração e sacramentos, com mentalidade de cristão-casado profundamente comprometido no mundo através da família. Quem tenha contactado com casais, por exemplo, em ambiente de retiro ou reunião de grupo, sabe que existe neles uma ânsia e um vislumbre dessa integração; mas também sabe que a pedagogia da pastoral e as marcas duma vida social pouco comunitária não têm favorecido a caminhada... Nos actos do culto das nossas paróquias, homens, mulheres e jovens estão tradicionalmente (e por vezes institucionalmente) separados. A oração em família cai cada vez mais em desuso, porque são consideradas arcaicas pela juventude (e são-no, às vezes...) as formas de oração familiar habitualmente utilizadas. A «revisão de vida» feita em família só a custo se vai introduzindo, e num restrito número de lares. A vida sacramental tem cunho excessivo de individualismo, e é ainda tìmidamente que se prepara em comum a confissão e se faz um pouco de «direcção espiritual» conjugal.

— *Iluminação evangélica da vida familiar* com a descoberta da presença de Deus criador e de Cristo redentor no crescer do lar para a capacidade de serviço da vida, através do Sacramento do Matrimónio que é realidade sobrenatural permanente na união dos esposos...

A Constituição Pastoral «Gaudium et Spes» do Concílio Vaticano II refere-se a este mesmo tema de forma bem clara no número 48.

Nas famílias portuguesas contactadas por actividades dos movimentos familiares há conhecimento da realidade da presença do amor de Deus no amor dos esposos, e cada vez mais se difunde o espírito de realização pessoal e santificação mútua através do sacramento do matrimónio, sobretudo, nos casais jovens. Não será, no entanto, estranho para ninguém se afirmarmos que isto não é mentalidade generalizada. A deturpação do valor sagrado do matrimónio; um certo jansenismo que põe consciências tímidas em sobressalto; o facto de movimentos católicos de adultos (sobretudo femininos) estarem dirigidos por pessoas solteiras, e muitos outros factores... dão um sentido de subestima ao matrimónio que fica, assim, impedido duma profunda iluminação evangélica. Torna-se quase impossível impregnar de Evangelho aquilo que se despojou do seu valor humano.

E é diminuto o número de casais contactados por actividades dos movimentos familiares. E nem todas as actividades em questão têm capacidade para tocar profundamente os que nelas participam.

— *A atitude apostólica e o testemunho de fé e caridade* na vida familiar, virão como consequência normal dum cristianismo vivo e actuante. Ainda neste campo, entre os casais do nosso país, muito está por fazer. Talvez como fruto duma separação de classes demasiadamente acentuada, instalou-se em muitos lares o isolamento que faz perder o sentido dos outros. Talvez por falta de dinâmica apostólica dos leigos, um certo alheamento de tudo o que se refere à comunicação da mensagem de salvação se nota em muitas famílias.

No que se refere a *unidade* e *espiritualidade,* as famílias portuguesas, chamadas a uma reflexão e revisão do seu existir como células vivas da sociedade, terão uma opção a fazer: *dinâmica construtiva* ou *envelhecimento.*

FECUNDIDADE CONJUGAL EM SENTIDO AMPLO

Uma breve referência à fecundidade conjugal, para estabelecer alguns pontos de análise das famílias portuguesas, poderá ser útil nesta altura.

Cada vez mais se afirma, na doutrina social (sobretudo da Igreja) e na intuição de muitos casais, o conceito de matrimónio como *comunidade de amor de onde brota a vida.* Amor conjugal sem aspiração de fecundidade não passará de egoísmo a dois, e fecundidade sem amor não será verdadeiramente humana.

• Para ser humana, a fecundidade de um casal não poderá confinar-se à procriação ou fecundidade física; alargar-se-á no seu âmbito às *diversas formas de fecundidade* educacional, social, apostólica, profissional... para incidir mais fortemente na forma possível, segundo as circunstâncias, e na forma ideal segundo a vocação de fecundidade a que cada casal se sente atraído;

• Deverá respeitar uma hierarquia de valores, aceitando as interferência e até limitações mútuas das diversas formas de fecundidade (não será este o principal fundamento duma conveniente regulação da natalidade?!...), de tal forma que não seja deixada ao acaso mas seja verdadeira *fecundidade organizada;*

• Será fruto duma reflexão em que a inteligência humana comanda os instintos e impulsos biológicos, já que a acção humana se qualifica por tudo o que de inteligente nela podemos pôr; e a lei natural, também neste caso do matrimónio, tem na base a «natureza» espiritual do homem mais do que a sua «natureza» biológica; quer isto dizer que se trata de *fecundidade inteligente,* em que a razão humana foi posta ao serviço da fecundidade conjugal;

• Como clima de toda a fecundidade humana será a *generosidade* que levará um casal a ter muitos filhos ou a ter poucos filhos, e ainda a aceitar uma esterilidade física involuntária e fazer incidir noutras formas de fecundidade moral toda a capacidade criadora do seu amor conjugal;

• Como espírito, o sentido de *colaboração* com Deus, com a Sociedade e com a Igreja, dando a toda a fecundidade conjugal um âmbito comunitário — será a aspiração suprema.

Terão as famílias portuguesas uma fecundidade autenticamente humana, livre, consciente?

Algumas verificações:

— Desde há mais de dois séculos que a média de filhos, por família, não ultrapassa os 2 e meio; prova evidente de que há um «contrôle» de natalidade, se atendermos a que irá a cerca de 6 por família a média de nascimentos quando deixada ao cego critério da biologia. Sem atendermos, nesta altura, aos métodos usados, podemos no entanto verificar que tem havido uma forte limitação da natalidade na sociedade portuguesa. Limitação escondida, solapada, de que se não fala, em que não se reflecte. Não será por isto que, quando se pretende consciencializar a comunidade sobre tão grande problema, se depara com reacções emocionais colectivas e descontroladas — pró ou contra — como aconteceu há pouco com o aparecimento da *Associação para o Planeamento da Família?*

— O aborto continua a ser frequente, sobretudo em determinados sectores das grandes cidades ou em meios muito atrasados. Um cálculo, sujeito a erro, determina em três mil os crimes de aborto que mensalmente se cometem na capital, apesar da condenação moral e legal de tais práticas. Quanto significa de aviltamento moral, de distorção de personalidade, de perturbação social a prática generalizada do aborto!... Que desorientação provoca num lar que assim corta criminosamente o prolongamento da sua vida e o fruto do seu amor!

Contudo será possível uma profilaxia do aborto sem o antecedente desenvolvimento global das condições de vida das famílias? — sem um aprofundamento das noções de paternidade consciente e responsável, ao nível familiar e comunitário? — sem um respeito sagrado pela vida humana, que na encarnação de Cristo tem o fundamento último do seu esplendor, e sem a convicção de que desde a concepção existe um ser humano com pleno direito à vida? — sem um melhor ambiente familiar onde o amor seja íman de pais e filhos, e a vida espiritual seja amparo de situações difíceis com que tantos esposos se debatem?

A ajuda às famílias portuguesas, no que respeita ao planear de uma fecundidade conveniente para cada caso, não tem sido eficiente nem da parte da pastoral da Igreja nem da parte da actuação dos Organismos Civis. Um certo negativismo predomina e toma o lugar das ajudas positivas; o silêncio abstencionista substitui, por vezes, o esclarecimento mentalizador; certos «slogans pseudo-políticos» impedem os interesses reais da pessoa humana e da comunidade; às vezes predomina uma doutrinação teórica, sem se prestar atenção aos problemas reais que, neste particular da fecundidade, atormentam as famílias.

FAMÍLIA E COMUNIDADE

Não deixará de ter interesse referir algumas incidências da família na sociedade e desta naquela, tendo em conta o condicionalismo português.

• No que se refere à influência da família nos meios de educação em geral, parece que é bastante deficiente a sua actuação. Pouca interferência têm os pais na orientação escolar dos filhos e ainda menos na organização geral do ensino; também é certo que se nota uma atitude abstencio-

nista da parte de muitos pais atribuindo toda a responsabilidade aos agentes de ensino; na escolha do «tipo» de ensino, da escola, do curso a fazer igualmente têm força determinante certas circunstâncias muito secundárias; o desconhecimento do papel da escola como meio complementar da missão educativa da família é bastante generalizado.

As associações culturais, recreativas, apostólicas e outras nem sempre recebem da instituição familiar o apoio e a crítica construtiva de que carecem. Organizadas à margem da família escapam ao seu «contrôle», e podem tornar-se elementos dissolventes.

O desnível da instrução, ao menos teórica, entre a geração dos pais e a dos filhos provoca um certo mal estar e dificulta o diálogo das gerações.

• A habitação é elemento importante a influir no comportamento da família. Se pensarmos que na cidade de Lisboa 96 000 agregados familiares vivem em partes de casa, e que andam à volta de 40 000 as barracas ou semelhantes dos arredores da capital; e que muitas das habitações da província, especialmente nas povoações agrícolas, não têm as condições mínimas, podemos avaliar das incidências nefastas num grande número de famílias portuguesas da deficiência habitacional.

Sem esquecer o que se tem feito em esforços individuais, do Estado, de colectividades civis e até religiosas, sabemos o muito que está para fazer e que reclama atenção.

• O trabalho como caminho de valorização pessoal e comunitária, e como procura de meios de subsistência para as famílias, tem uma função eminentemente social. Através do trabalho insere-se na sociedade um número elevadíssimo de famílias, e para muitas delas é até a única forma de inserção na comunidade humana, de contacto, de rendimento humano. Também o trabalho, e sobretudo as condições em que se realiza, tem uma influência peculiar na família.

O trabalho da mulher fora do lar oferece problemas que urge enfrentar, especialmente quanto a duração e quanto a incompatibilidade com as forças físicas e psíquicas da mulher. Outro tanto se diga do trabalho de crianças.

Se é certo que o trabalho incide e influi na família, também esta imprime ao trabalho de qualquer dos seus membros uma tonalidade própria do condicionalismo em que vive. As disposições que em casa é possível criar serão transplantadas para o rendimento e perfeição da vida profissional.

A terminar, impor-se-ia um balanço do positivo e negativo que pode encontrar-se nas famílias portuguesas, balanço que não está completo nas reflexões atrás apresentadas mas que deverá ser continuado por cada leitor e, possìvelmente, por trabalhos mais profundos a levar a cabo pelos estudiosos da sociologia e da pastoral científica.

uma sociedade cristã ?

2.

Não digas: «eu gasto do que é meu e gozo do que me pertence». Não: não do que é teu, mas do que pertence a outros... Esses bens não te pertencem: pertencem em comum a ti e ao teu semelhante, tal como são comuns o céu, a terra e tudo o mais. (S. João Crisóstomo)

A repartição dos rendimentos

Odete Esteves de Carvalho

O ENSINO DOS PAPAS

Segundo os princípios expressos nos documentos Pontifícios de João XXIII e Paulo VI, «Deus destinou a terra e tudo o que nela existe ao uso de todos os homens e de todos os povos de modo que os bens da criação afluam com equidade às mãos de todos segundo a regra da justiça inseparável da caridade» (Encíclica Populorum Progressio, 22) e «todo o ser humano tem direito... aos recursos correspondentes a um digno padrão de vida» (Pacem in Terris, 11).

Para possibilitar a concretização deste direito e mostrar a sua importância na realização do homem, João XXIII afirma que «todos devem prestar o seu generoso contributo à construção de uma sociedade em que direitos e deveres se exerçam com cuidado e eficiência cada vez maiores» (P. T. 31) e que o Estado «deve intervir com o fim de promover a produção duma substância suficiente de bens materiais cujo uso é necessário para o exercício da virtude» (Mater et Magistra, 19). Noutra passagem esclarece ainda que «a riqueza económica dum povo não re-

sulta sòmente da abundância total dos bens, mas também, e mais ainda, da sua real e eficaz distribuição conforme a justiça para garantia do desenvolvimento pessoal dos membros da sociedade em que consiste o verdadeiro fim da economia nacional (M. M. 71).

Dentro da mesma linha Paulo VI afirma, citando Santo Ambrósio: «não dás da tua fortuna ao seres generoso para com o pobre, tu dás daquilo que lhe pertence. Porque aquilo que te atribuis a ti foi dado em comum para uso de todos. A Terra foi dada a todos e não apenas aos ricos». E acrescenta o Papa «ninguém tem o direito de reservar para o seu uso exclusivo aquilo que é supérfluo, quando a outros falta o necessário... Surgindo algum conflito entre os direitos privados adquiridos e as exigências comunitárias primordiais, é ao poder público que pertence resolvê-lo com a participação activa das pessoas e dos grupos sociais» (P. P. 23).

Na mesma encíclica refere ainda Paulo VI: «Não basta aumentar a riqueza comum, para que ela seja repartida equitativamente» (P. P. 34). «A iniciativa individual e o simples jogo da concorrência não bastam para assegurar o êxito do desenvolvimento. Não é lícito aumentar a riqueza dos ricos e o poder dos fortes, confirmando a miséria dos pobres e tornando maior a escravidão dos oprimidos. São necessários programas para encorajar, estimular, coordenar, suprir e integrar a acção dos indivíduos e dos organismos intermediários. Pertence aos poderes públicos escolher e, mesmo impor, os objectivos a atingir, os fins a alcançar e os meios para os conseguir, e é a eles que compete estimular todas as forças conjugadas nesta acção comum» (P. P. 33). «Qualquer programa feito para aumentar a produção não tem, afinal, razão de ser se não colocado ao serviço da pessoa. Deve reduzir desigualdades, combater discriminações, libertar o homem da servidão, torná-lo capaz de, por si próprio, ser o agente responsável do seu bem estar material, progresso moral e desenvolvimento espiritual». (P. P. 34).

Da sequência destas passagens ressalta claramente: por um lado, o destino universal dos bens, o direito de cada homem a um digno padrão de vida, a necessidade de criar riquezas e de as repartir equitativamente entre os membros da sociedade, e a importância dessa acção para a realização do homem; por outro lado, a obrigação de todos contribuirem para a execução dessa tarefa e a responsabilidade expressa de os poderes públicos a assegurarem pelos meios ao seu alcance.

É evidente que, na prática, a concretização destes princípios levanta muitos e complexos problemas: quer resultantes da escassez de recursos disponíveis e do condicionalismo económico-social que caracteriza a estrutura específica de cada país; quer no que se refere à própria fixação de prioridades quantitativas e qualificativas da produção com vista a satisfazer as múltiplas necessidades das comunidades (sob o ponto de vista material, cultural, social e religioso) e aos meios a utilizar a fim de garantir a toda a população a possibilidade de usufruir equitativamente dessas produções.

A solução desta gama de problemas implica uma séria de opções cujo contexto constitue o conteúdo de uma política de repartição de rendimentos verdadeiramente humana, ou seja, de uma repartição que tenha por objectivo pôr a produ-

ção ao serviço do homem, garantindo o desenvolvimento integral de todos os membros da sociedade.

O meio que se afigura mais eficaz para tornar exequível essa política é a elaboração de um plano por parte dos poderes públicos onde, em face do conhecimento das realidades concretas e tendo presentes os mecanismos e interligações existentes nos aspectos económico e social, se «tracem os objectivos a atingir, os fins a alcançar e os meios para o conseguir» tendo em conta a necessidade de «encorajar, estimular, coordenar, suprir e integrar a acção individual e dos organismos intermediários».

O conhecimento tanto quanto possível correcto das realidades existentes apresenta-se, portanto, como a primeira etapa do trabalho a realizar na elaboração do planeamento da repartição dos rendimentos. Tarefa essa nem sempre fácil na maior parte dos casos dada a escassez de elementos estatísticos e os erros que normalmente contêm os dados relacionados com este problema.

B. ALGUNS INDICADORES, PARA 1965, DA REPARTIÇÃO DOS RENDIMENTOS EM PORTUGAL CONTINENTAL.

Em Portugal, os elementos disponíveis para base do estudo da repartição dos rendimentos são pràticamente inexistentes, contêm elevadas margens de erro e, neste momento, os mais actualizados referem-se apenas a 1965. O único meio de detectar a realidade é através de alguns indicadores mais ou menos indirectos.

Para o Continente, em 1965, o rendimento nacional foi estimado em cerca de 93 502 mil contos e a população total aproximadamente em 8528 mil pessoas das quais 2109 mil eram chefes de família (1).

Os simples cocientes do rendimento global pelo número de pessoas e pelo de famílias conduzem a capitações anuais de 10,96 contos por pessoa e 44,33 contos por família.

Embora estes valores médios se devam considerar relativamente baixos e seja lícito concluir que, mesmo admitindo a hipótese de ser possível repartir igualmente todo o rendimento do país, a parte que caberia a cada um não conduziria a um nível de vida muito elevado (2), o certo é que eles escondem uma realidade bastante diferente.

Disparidade nos rendimentos familiares

Para avaliar as disparidades existentes na repartição do rendimento pessoal considerou-se o rendimento familiar e admitiu-se um agregado tipo constituído por 4 pessoas.

A estimativa do rédito das famílias com menores possibilidades económicas foi feita com base na hipótese de o rendimento

(1) O que conduz, aproximadamente, a uma família média constituída por 4 pessoas.

(2) Até porque ainda se tem de ter presente a realidade concreta de que nem todo o rendimento poderá ser consumido visto ser absolutamente indispensável uma margem de poupança destinada ao investimento a fim de possibilitar o desenvolvimento económico futuro.

do agregado provir, exclusivamente, do trabalho de dois dos seus membros, sendo um homem e outro mulher, e de trabalharem ambos na agricultura dos distritos de Braga ou Portalegre, ou seja, na actividade e região onde, em média, se pagavam os mais baixos salários. O valor a que se chegou foi de cerca de 11 contos anuais por família ([3]).

Para estimar o rédito global do agregado familiar com maiores possibilidades económicas utilizou-se o rendimento declarado para o fisco, relativo ao imposto complementar, e concluiu-se que se elevava a cerca de 50 mil contos por ano (Porto).

Estes valores, conduzem, no Continente, a uma relação de 1 para 4545 ([4]). A nível regional as relações encontradas mostram que os distritos onde a disparidade é mais acentuada são o Porto (1 para 3597) e Braga (1 para 1080) e aqueles onde se constatam menores amplitudes são Vila Real (1 para 37) e Viseu (1 para 53). Em Lisboa a relação é de 1 para 381.

O rendimento nacional e a remuneração do trabalho

Uma das determinantes fundamentais da repartição pessoal dos rendimentos é a remuneração do factor trabalho, uma vez que cerca de 75 % da população total depende mais ou menos directamente do rendimento do seu trabalho. Ora, estimativas feitas para 1964 conduzem à conclusão de que apenas cerca de 45 % do rendimento nacional é destinado à remuneração do trabalho ([5]).

Embora se deva ter presente que, em alguns casos, existem efectivamente, ao nível da pessoa ou da família, acumulações de rendimento proveniente do trabalho e do capital ([6]) esta percentagem conduz a uma capitação média anual por trabalhador de cerca de 17 contos, para 1965 ([7]).

As causas desta reduzida capitação estão ligadas, em grande parte, à existência de um excesso de mão-de-obra em relação ao número de empregos produtivos disponíveis, ao baixo grau de qualificação dos trabalhadores, à ausência de um salário mínimo legal, ao fraco poder contratual das organizações sindicais e ainda à falta de preparação técnica dos seus representantes que intervêm nas negociações.

Mas ainda dentro das remunerações dos trabalhadores se verificam acentuadas diferenciações. Em 1964, cerca de 74 % do to-

([3]) No cálculo do rendimento anual admitiu-se a hipótese de o homem trabalhar 250 dias por ano e a mulher 150 o que, pensa-se, está acima da realidade.

([4]) Em França a relação é de cerca de 1 para 1000, relação essa que, normalmente, é considerada já muito elevada.

([5]) Em 1964/65 essa percentagem foi em França de 61 %, em Espanha de 55 %, em Inglaterra 74 % e nos Estados Unidos da América 72 %.

([6]) Por capital entendem-se todos os factores produtivos com excepção do trabalho. O rendimento do capital engloba os juros, rendas, lucros, etc., e o rendimento do trabalho são as remunerações (salários e ordenados).

([7]) Não existem estatísticas comprovativas do que se passa em Portugal mas em França, no que se refere a assalariados e empregados, chegou-se à conclusão de que mais de 90 % do rendimento global do chefe de família provém do seu trabalho.

tal dos trabalhadores recebia menos de 15 contos por ano e aproximadamente 63 % menos de 12 contos também anuais.

Considerando só a população trabalhadora do sexo masculino, as percentagens nestes escalões de remuneração reduzem-se ligeiramente embora continuem a ser bastante elevadas. Em 1965, cerca de 70 % do total dos homens, empregados e operários, recebiam, em salário, menos de 15 contos anuais e 58 % menos de 12 contos, representando os menores de 20 anos apenas 16 %. Actualizando para 1967 o limite máximo dos escalões, chega-se à conclusão de que, actualmente, cerca de 70 % dos homens recebem por ano menos de 19,5 contos e aproximadamente 63 % ainda auferem menos de 15,6 contos ([8]). Embora se deva ter presente que alguns destes trabalhadores deixaram, provàvelmente, de ser incluídos nestes escalões em virtude de terem adquirido, durante este período, uma formação profissional que valorizou o seu trabalho, parece lícito concluir que, mesmo admitindo uma redução sensível devida a este facto e tendo em conta os 16 % que correspondem aos menores de 21 anos, as referidas percentagens são ainda excessivas.

Esta tão elevada densidade de trabalhadores nos escalões de mais baixas remunerações resulta, entre outros motivos: do elevado número de não qualificados que, em relação ao total da população trabalhadora, representa cerca de 59 % e dos quais só 18 % ([9]) são menores; das acentuadas diferenças existentes entre as remunerações dos homens e das mulheres e entre os vários graus de qualificação ([10]); das acentuadas diferenciações existentes nos salários dos vários sectores e do elevado número de trabalhadores que se empregam nas actividades tradicionais, onde geralmente se pagam os mais baixos salários ([11]); e das acentuadas diferenças constatadas nas médias salariais dos vários distritos em relação a Lisboa ([12]).

([8]) Admitiu-se a hipótese de as remunerações terem aumentado, em média, 10 % ao ano. Segundo os elementos publicados no Boletim Mensal de Estatísticas, entre 1964 e o primeiro semestre de 1967, os salários agrícolas aumentaram, no total do período, 34 % e os da indústria transformadora 26 %. Entre 1958/59 e 1963/64 a taxa anual de crescimento foi de 7,5 % para o total das actividades.

([9]) Estes 18 % referem-se ao total de H e M. Considerando apenas os homens a percentagem é de 16 %.

([10]) As diferenciações entre as remunerações dos homens e das mulheres elevam-se, em média, a cerca de 50 %. No que se refere aos vários graus de qualificação, as remunerações anuais, em 1965, para os adultos com 21 anos e mais (total de H e M) variaram entre 7,8 contos e 76,8 contos (1 para 10).

([11]) Cerca de 78 % da população trabalhadora emprega-se nos sectores da agricultura, indústria extractiva e transformadora, na construção e nos serviços privados (saúde, educação e serviços pessoais) onde as médias ponderadas das remunerações são iguais ou inferiores a 16 contos anuais (1965). Considerando os vários ramos de actividade, as remunerações médias anuais variaram entre os 9 contos pagos na agricultura e os 58 contos nos bancos e seguros (1 para 6).

([12]) O salário médio de alguns distritos atinge apenas 44 % do salário pago em Lisboa. Esta elevada diferenciação regional resulta, em grande parte, da estrutura produtiva de alguns distritos onde têm predominância o secor agrícola e as actividades tradicionais, que, como já se salientou, pagam, em média, os mais baixos salários.

A acção redistribuitiva do Estado

Quanto à acção correctiva exercida pelos poderes públicos, a sua eficácia pode ser avaliada sob os seguintes aspectos:

— qual a importância das receitas do Estado em relação ao rendimento nacional?
— em que medida o Estado, através do lançamento de impostos e contribuições corrige as anomalias verificadas na distribuição dos rendimentos?
— como aplica as suas receitas sob o ponto de vista da repartição dos rendimentos?

Ultrapassa o âmbito deste artigo uma análise detalhada destes problemas; por tal motivo, à semelhança do que se fez até aqui, apresentar-se-ão apenas alguns indicadores que só foi possível compilar para 1964.

No que se refere ao primeiro aspecto, conclui-se que as receitas do Estado em impostos e contribuições [13] representam apenas 16,4 % do rendimento nacional, donde se deduz que a possibilidade de uma intervenção eficaz por parte do Estado é relativamente fraca [14].

A acção correctiva sobre a repartição funcional [15] é pouco significativa. Aos trabalhadores é retirado cerca de 4,7 % das suas remunerações (dos quais 4 % se destinam à Segurança Social e Fundo de Desemprego) e ao capital 12,1 % do seu rendimento (sendo 5,1 % para a Segurança Social e Fundo de Desemprego).

Depois de retirados os impostos directos e as contribuições, a percentagem do rendimento nacional que cabe aos detentores do capial baixa de 55 % para 48 %, parcela que continua a considerar-se excessiva. Por sua vez, a percentagem do rendimento destinado às remunerações do trabalho reduz-se para 43 %.

Deverá contudo ter-se presente que a avaliação da acção redistributiva do Estado só poderá ser feita depois de imputados os rendimentos distribuídos, principalmente através da segurança social. Não é possível dispor ainda de estudos base que permitam chegar a conclusões válidas sobre este aspecto, mas a parcela dos impostos e contribuições aplicada em despesas com subsídios de doenças, reforma (velhice e invalidez), prestações familiares e acidentes de trabalho representou, em 1965, cerca de 28,2 % [16].

Ao nível da repartição pessoal o principal imposto directo lançado com fins correctivos é o imposto complementar, que recai sobre o rendimento global do agre-

(13) Consideram-se os impostos directos e indirectos e as contribuições para a Segurança Social e para o Fundo do Desemprego.

(14) Em França a percentagem do total de impostos e contribuições em relação ao produto nacional bruto elevou-se a 35,8 % em 1965.

(15) Por repartição funcional entende-se a repartição do rendimento feita ao nível dos factores produtivos, neste caso trabalho e capital.

(16) Em França, essas despesas representavam cerca de 42 % em 1965. Utiliza-se este país para termo de comparação por haver maior disponibilidade de elementos.

gado familiar. Embora progressivo ([17]) o seu resultado prático, no que se refere à correcção das disparidades do rendimento familiar, afigura-se ainda pouco eficaz, facto esse que parece dever atribuir-se à existência de uma taxa única (45 %) para os rendimentos superiores a 3000 contos ([18]). A intervenção do imposto complementar reduz a relação de 1 para 4545 atrás indicada, para a relação de 1 para 2554, amplitude que ainda se deve considerar francamente excessiva tendo presente o montante das disponibilidades globais de rendimento do País.

Quanto aos impostos indirectos, que representam cerca de 42 % do total de receitas do Estado provenientes de impostos e contribuições, não foi possível coligir elementos elucidativos no que se refere ao seu efeito correctivo numa óptica de repartição, muito embora possam efectivamente constituir um instrumento eficaz na redução dos desequilíbrios.

C. EVOLUÇÃO PROCESSADA NA REPARTIÇÃO DOS RENDIMENTOS NO DECURSO DO II PLANO DE FOMENTO

Julga-se de certo interesse apresentar, pelo menos sumàriamente, uma rápida visão da evolução verificada no decurso do II Plano de Fomento, no que se refere a alguns dos indicadores utilizados, para esclarecer o «statu quo» da repartição dos rendimentos em Portugal.

A percentagem do total de remunerações do trabalho em relação ao rendimento nacional elevou-se ligeiramente. Passou de 41 % em 1958/9 para 44,3 % em 1963/4. Mas, enquanto para o total das actividades se constata uma melhoria na repartição funcional a favor dos trabalhadores, ao nível dos grandes sectores de actividade conclui-se que, em alguns deles ([19]), essa repartição se agravou, isto é, a percentagem do rendimento do sector atribuída ao factor capital ainda aumentou. Este facto afigura-se grave sobretudo no que se refere à construção e indústrias extractivas e transformadoras, na medida em que são sectores que pagam, em média, salários bastante baixos e utilizam grandes percentagens de mão-de-obra (37,7 % do total).

Apesar disso, constata-se que o desvio médio dos salários das várias actividades em relação à média se reduziu de 74 para 62, donde se conclui que houve uma evolução positiva no sentido de reduzir as disparidades das remunerações médias nos vários sectores.

O mesmo se não verificou no que se refere às diferenciações dos salários distritais da agricultura em relação a Lisboa que se acentuaram ligeiramente, muito embora no caso da indústria e serviços o nível médio das disparidades regionais não se tivesse alterado.

Quanto à acção correctiva do Estado, constata-se que a percentagem de impostos e contribuições em relação ao rendimento nacional se manteve pràticamente estável.

([17]) A taxa varia de 3 % a 45 % para rendimentos colectáveis até 3000 contos, sendo isentas as famílias com rendimento médio inferior a 60 contos. Este limite é variável, podendo elevar-se mais segundo a constituição do agregado familiar.

([18]) Em Inglaterra e França a taxa aplicada aos rendimentos mais elevados chega a atingir 70 %.

([19]) Pesca, indústrias extractivas e transformadoras, construção e transportes.

A incidência da política fiscal sobre os rendimentos do trabalho e do capital evoluiu em sentido positivo na medida em que a percentagem do imposto que recai sobre o rendimento tem vindo a aumentar (9,9 % em 1958 e 12,1 % em 1964) e a percentagem sobre o trabalho não sofreu agravamento. O mesmo não acontece quando se observa o efeito correctivo do imposto sobre a repartição funcional ao nível dos sectores onde a evolução se afigura bastante anómala. Os números revelam que, pelo menos nos ramos de actividade onde se verificou existir um agravamento da repartição a favor do factor capital, se reduziu o peso relativo dos impostos sobre esse rendimento.

D. OBJECTIVOS E MEDIDAS DE POLÍTICA PREVISTOS NO III PLANO DE FOMENTO

Os objectivos expressos no projecto do III Plano de Fomento são: a aceleração do ritmo de acréscimo do produto nacional, a repartição mais equilibrada dos rendimentos e a correcção progressiva dos desequilíbrios regionais. Em face das realidades detectadas, o Governo compromete-se, para o período de 1968 a 1973, a tomar medidas necessárias para elevar o nível de vida de toda a população, atenuar no rendimento pessoal as disparidades muito acentuadas, atender as necessidades dos grupos mais vulneráveis, obter uma partilha equitativa das responsabilidades e dos frutos do desenvolvimento económico e atingir, quanto possível, o pleno emprego dos recursos humanos e naturais.

No que se refere a medidas de política sobre as estruturas de formação e distribuição dos rendimentos, prevê-se que a actuação basilar resida, por um lado, no progressivo aperfeiçoamento da política salarial de acordo com o nível de desenvolvimento económico do País com vista à distribuição conveniente dessa remuneração por classes de trabalhadores e, por outro, na execução de uma política de rendimentos não salariais que vise manter as taxas de remuneração dos factores terra, capital e empresa dentro dos limites considerados justos, a fim de permitir uma repartição pessoal cada vez mais equilibrada e facilitar a difusão da propriedade e o acesso à habitação própria.

Para que isto seja possível, o Governo reconhece, em especial, a necessidade de estimular a participação dos trabalhadores no autofinanciamento das empresas em que trabalham. Especificamente no que diz respeito à política salarial, o Governo procurará conduzir as suas actuações com vista a elevar progressivamente a repartição do trabalho no rendimento nacional e a atenuar as assimetrias sectoriais, profissionais e regionais a fim de garantir uma distribuição equitativa das remunerações. Para isso, julga-se conveniente: definir metas de aumento de produtividade por sectores e adoptar medidas de carácter económico e tecnológico destinadas a permitir a esses sectores um progresso económico compatível com a elevação do nível de vida dos seus trabalhadores; intensificar as acções de formação profissional; alterar gradualmente as estruturas qualitativas da mão-de-obra e alargar o âmbito sectorial e regional da regulamentação do trabalho, fomentando a actualização periódica das convenções colectivas, aperfeiçoando o sistema de negociação e estabelecendo o recurso à arbitragem nos casos em que se verificar ser impossível ou muito demorado o acordo entre as partes.

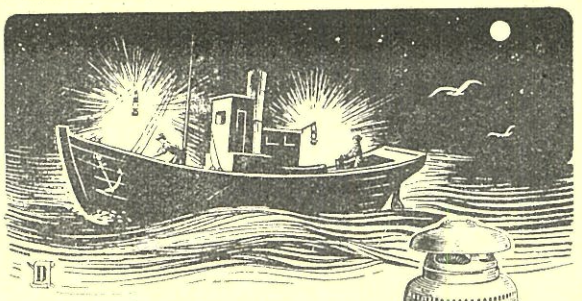
Quanto às actuações relativas aos factores de redistribuição, no que se refere à política fiscal propõe-se o Governo continuar a intervir na própria estrutura da repartição funcional e nas situações de conjuntura económica mediante tratamento mais favorável dos grupos de menores recursos, utilizando para esse efeito os impostos progressivos e sucessórios e os impostos indirectos sobre os bens e serviços considerados sumptuários.

Na aplicação das receitas do Estado estabelece-se que deverá ser dada prioridade, sempre que possível, aos serviço sócio-económicos sobretudo aos que vão beneficiar mais directamente os estratos populacionais de menores rendimentos, criando, para isso, equipamento colectivo que permita a prestação de serviços essenciais nas diversas regiões do País e continuando a conceder auxílios indirectos que permitam baixar o custo de certos bens e serviços de procura generalizada.

No relativo à segurança social prevê-se uma actuação em vários sentidos: alargar progressivamente o âmbito da previdência, quer às escalas regional e sectorial quer no que respeita aos riscos cobertos; melhorar as condições de atribuição de abono de família e de outros meios de auxílio familiar; e aperfeiçoar o subsídio de desemprego mediante a sua gradual transformação num verdadeiro seguro.

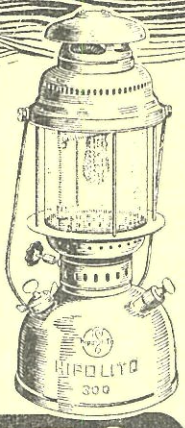
Além destas, outras providências estão previstas no âmbito do III Plano destinadas a assegurar a eficácia das medidas de política de rendimentos e a impedir repercussões negativas sobre o desenvolvimento económico. Destacam-se entre elas a necessidade de, por um lado, assegurar o equilíbrio entre a oferta e procura e actuar no sentido de garantir a disponibilidade de bens e serviços que corresponda, efectivamente, ao tipo de necessidades existente e a criar; e, por outro lado, vigiar atentamente a evolução dos preços, procurando contrariar as tendências altistas injustificadas e defender a estabilidade dos preços dos bens e serviços de primeira necessidade.

Sem dúvida que ao Estado cabe um papel importante na prossecução da repartição equitativa dos rendimentos e muitas das medidas enumeradas sob este aspecto para a concretização dos objectivos previstos no Plano para 1968-73 são, em grande parte, já exequíveis, embora algumas delas exijam ainda laboriosos estudos de base que urge realizar o mais ràpidamente possível a fim de evitar atrasos e descoordenações. Deverá, contudo, ter-se presente a responsabilidade de cada membro da sociedade na realização dessa tarefa e a necessidade de todos colaborarem activamente segundo a medida das suas possibilidades, quer através do seu trabalho, quer pela aplicação produtiva dos seus bens e repartição do supérfluo, para que, com a sua actuação seja possível proporcionar efectivamente um nível de vida mais elevado a todos e a cada um.



- MAIOR INTENSIDADE LUMINOSA
- SEGURANÇA ABSOLUTA
- CONSTRUÇÃO FORTE E RESISTENTE
- OPTIMA APRESENTAÇÃO

SÃO AS PRINCIPAIS CARACTERISTICAS DAS NOSSAS LANTERNAS DE INCANDESCÊNCIA COM AQUECIMENTO A ALCOOL OU AQUECIMENTO AUTOMÁTICO POR MACARICO



HIPÓLITO

A MARCA QUE OFERECE TODAS AS GARANTIAS !

FÁBRICAS EM TORRES VEDRAS

AGENTES: **PORTO - J. Lemos Júnior & C.ª, Ld.ª** - Rua Mouzinho da Silveira, 220; **SANTARÉM - Seabra & Leal, Ld.ª** - R. Dr. Teixeira Guedes, 11-3.º

HORÓPTICA
LDA.

OCULISTA

Rua de Santa Justa, 27

LISBOA

•

Execução de todo o receituário de óptica sob a direcção de óptico diplomado na Escola Superior de Óptica de Colónia — Alemanha

•

LENTES DE CONTACTO

AGÊNCIA MAGNO

FUNDADA EM 1874

R. DE SANTA MARTA, 52-A, 56-A — **LISBOA** — TELEFS. **53 41 67 - 4 31 89 - 66 27 72**

CASCAIS — 28 00 22

ANUÁRIOS «KELLY'S» E «BOTTIN»

Membro da ASSOCIATION EUROPÉENNE DE THANATOLOGIE (A. E. T.)
Filiada na NATIONAL SELECTED MORTICIANS (U. S. A.)

uma sociedade cristã?

3.

A vida social não é para o homem algo de exterior mas, pelo convívio com os outros, pela reciprocidade dos serviços, pelo diálogo com os seus irmãos, o homem cresce segundo todas as suas capacidades e pode responder à sua vocação. (Gaudium et Spes, 25)

A participação activa na vida social

Maria Manuela da Silva

Há um certo número de ideias feitas que procuram traduzir situações pretensamente imutáveis. O carácter individualista do povo português é uma dessas convicções generalizadas que transparece nas mais diversas circunstâncias. Pensa-se e diz-se que somos fechados ao esforço colectivo, que não possuimos espírito de cooperação, que somos avessos ao associativismo. Será de facto assim?

Quem pretenda ter da realidade uma visão objectiva, não pode acomodar-se às imagens correntes; tem de interrogar a realidade, inventariando e analisando os factos concretos que a integram. É o que tentaremos fazer neste apontamento.

Quando em 1961 se começou a falar, ainda num círculo limitado de pessoas, em desenvolvimento comunitário, a primeira reacção foi de natural desconfiança e cepticismo. O desenvolvimento comunitário surgia como um processo de desenvolvimento sócio-económico em que as populações abrangidas tomam uma parte activa, associando-se entre si e cooperando com os serviços públicos existentes em ordem a conseguirem um progresso efectivo a ritmo acelerado. Apresentavam-se experiências feitas em outros países e os resultados obtidos, os quais se nem sempre eram inteiramente positivos, permitiam, no entanto, sublinhar o valor da técnica.

Individualismo ou sentido comunitário do povo português

Os argumentos colhidos da fundamentação teórica ou das experiências vividas não raro, porém, chocavam com o velho preconceito do carácter individualista do povo português. Não obstante, foi possível iniciar alguns projectos, de modesta envergadura, dados os recusos de que, então era possível dispor. Eles constituíram uma base de apoio para empreendimentos futuros.

Presentemente, estão em curso em diversos pontos do País projectos de desenvolvimento sócio-económico com participação das populações locais abrangidas. Prosseguem diferentes objectivos: uns mais votados a empreendimentos de natureza económica (transformação das condições da indústria, tal é o caso de Alcanena, por exemplo), outros orientados sobretudo para o fomento de equipamento social (acção em curso na periferia da cidade de Lisboa); uns procuram despertar a população local para um processo de arranque de desenvolvimento (será o caso das populações do vale do rio Estorãos, no distrito de Viana do Castelo), outros visam levar as populações a tirar maior vantagem social de empreendimentos económicos mais lucrativos já existentes (programa de educação social e acção comunitária para as populações dos concelhos de Porto de Mós e Batalha, beneficiadas pela fruticultura); uns orientam-se para a dinamização das populações e sua preparação gradual em ordem a maior mobilidade social ou geográfica (caso do programa em Câmara de Lobos, na Madeira), procuram outros o maior enraizamento das populações, compensando com vantagens de ordem social as difíceis condições da vida local (serve de exemplo a acção empreendida pela Obra de bem-estar rural do concelho de Baião).

Se o objectivo final é diverso, a metodologia utilizada é comum: consciencialização de necessidades, participação dos interessados na satisfação das suas necessidades, criação de estruturas de base (comissões locais, equipas de trabalho, etc.) que assegurem a continuidade dos processos de evolução, etc. Em suma, uma metodologia que assenta na cooperação e, consequentemente, pressupõe uma aptidão associativa. Em todo o processo, desempenham os líderes locais um papel importante, pois se pretende que exerçam, com eficiência, o seu papel de liderança e bem assim que o façam de forma a permitir integrar outros elementos válidos do meio (líderes informais), repartindo com estes tarefas de chefia na comunidade e conjugando os seus esforços, de forma a que o maior bem resulte para a comunidade.

Sucesso dos diversos projectos de desenvolvimento participado

Sobre os resultados da acção empreendida neste domínio, o melhor comentário, e também o mais sucinto, é o facto de, afinal, em poucos anos (a generalização das experiências de desenvolvimento parti-

cipado data de 1965, apenas), se terem grandemente mutiplicado os projectos de desenvolvimento participado e não raro por efeito de demonstração, isto é, a pedido de interessados movidos pelo exemplo de experiências levadas a cabo em áreas vizinhas. Se mais depressa se não caminha neste campo é por falta de disponibilidades dos serviços e não por falta de resposta por parte das populações locais.

Não bastam estas considerações para delas se inferir uma conclusão objectiva e segura sobre o fenómeno da comunhão na sociedade portuguesa. Referimo-nos apenas a um domínio muito restrito e de experimentação recente. Muito haveria que dizer em outros campos — como o das cooperativas, das mútuas (estas, antiquíssimas formas de seguro, em muitos casos), dos movimentos de solidariedade, etc. São estes domínios mal estudados entre nós, o que nem admira, sabido como é a escassez absoluta de sociólogos qualificados e de meios propícios à investigação social. As considerações feitas servem, no entanto, para trazer à nossa reflexão o conhecimento de alguns factos que talvez nos levem pelo menos a não aceitar como inteiramente válido o pressuposto do carácter individualista dos portugueses, e menos ainda a admitir que tal carácter se inscreva na estrutura da nossa personalidade ou modo de ser. Os exemplos apontados mostram, com efeito, na sua diversidade, de que em condições favoráveis (neste caso uma técnica apropriada) os indivíduos são capazes de se votarem a um esforço comum, de se associarem e de trabalharem em conjunto para um mesmo fim de interesse colectivo. Poderão mesmo encontrar aí uma fonte de satisfação, pessoal e comunitária, suficientemente forte para lhes restituir ou acrescentar a sua razão de viver: a esperança de que é possível progredir, a convicção de que o progresso não é apenas apanágio de uns poucos privilegiados, mas obra colectiva em que cada qual é elemento actuante.

Viver em comunidade é fruto duma educação eficaz

As características particulares de um povo são fruto de um sistema de variáveis mais ou menos complexo, no qual, porém, a educação (no que ela comporta de valores e técnicas) desempenha um papel fundamental. É pela educação que o indivíduo adquire não só a visão global do mundo em que vive como também aprende atitudes e modos de comportamento. Importará talvez perguntar como a educação tradicional está favorecendo ou contrariando o sentido comunitário, tanto pelos valores que transmite como, e sobretudo, pelos hábitos que ajuda a criar. Mas este é assunto que exigiria uma reflexão mais funda. De momento, limitamo-nos a apontar o interesse que haveria numa análise cuidada das coordenadas fundamentais da educação, sob o ponto de vista da sua repercussão no desenvolvimento do carácter comunitário, pois este, como outros, são valores que se aprendem.

II

FÉ

19

No tempo que precedeu o Concílio Vaticano II, e sobretudo durante a sua realização, tempo de espectativa para muitos, sobretudo entre os jovens, seria necessária ter sido muito bom profeta para prever que um dos seus primeiros frutos — bom ou mau, o futuro o dirá — seria o duma crise profunda de fé justamente em muitos daqueles que mais esperaram. E no entanto hoje, dois anos apenas passados sobre o encerramento da Assembleia Episcopal em comunhão com Roma, parece ser relativamente fácil perceber as razões dessa crise.

O Concílio foi uma época de reflexão colectiva, ao nível dos leigos e dos padres, sobre o sentido mesmo da fé, sobre o sentido da Igreja. Afirmou-se, e um dos documentos conciliares é testemunha, que a fé é um acto de liberdade profunda, de libertação pessoal. Percebeu-se que ela é um fenómeno essencialmente eclesial, que da Igreja surge e em Igreja se vive e aprofunda. E que a Igreja se define como sacramento do Jesus dos Evangelhos, sacramento que o torna *palpável* hoje, na medida mesma em que Papa, Bispos, Padres, Leigos vivem evangélica e comunitàriamente da fé. Palpável por homens de hoje, sacramento para um Mundo em via de industrialização, que se torna adulto no meio de crises graves, nomeadamente o escândalo da selecção desigual, terrìvelmente desigual, das riquezas da terra, dos frutos do trabalho humano, das chances de cada homem ao nascer. Muito ricos e muito pobres, não apenas em escala nacional, mas entre nações sobretudo.

EM 68

FERNANDO BELO

Esta certeza adquirida colectivamente, a crise de fé estava a caminho, desde que passado clima de espectativa, a realidade eclesial pouco modificada de facto, começasse a reimpor-se, em gestos e rotinas, em obstáculos à renovação. A Igreja belamente descrita nos documentos conciliares, onde está ela? O sacramento do Jesus dos Evangelhos.

Para aqueles que, em instituições de Igreja, se puseram generosamente à obra de renovação, talvez o fenómeno não fosse tão claramente manifesto, mas para os que estavam mais perto das realidades quotidianas e cuja espectativa fora porventura maior, o desencantamento foi surgindo. Lentamente, silenciosamente, quase sem se dar por isso, o «3.º homem» que François Roustaing descreveu, em artigo que fez barulho em Paris há um ano, o «3.º homem» entrou na cena eclesiástica, ou melhor, saíu dela. Para além dos «conservadores» e dos «progressistas» das discussões acesas do tempo do Concílio, um terceiro homem apareceu, indiferente a uma Liturgia que não lhe fala já, a pregações ou a conferências teológicas que usam um «calão» só entendível no meio sociológico que é a Igreja, e até a encíclicas progressivas, e que sente a sua fé não estar dependente já desse tipo de manifestações a que se tornou estrangeiro sem o ter querido. É fenómeno das Europas como das Américas, um pouco por todo o lado, e que alguns elementos do clero jovem sentimos também em nós.

Quando neste contexto, se escreve um artigo sobre a fé — foi-me pedido: «queríamos em resumo que explicasse o que é ter fé hoje» —

não se é honesto se não se parte da constatação deste facto. Pois não se pode tratar agora de repetir teses bem construídas, provadas por raciocínios de várias gerações de teólogos, nem sequer de bisbilhotar os documentos conciliares para apresentar uma síntese. Mas de se perguntar lùcidamente: que significado tem para mim hoje ter fé, dois anos após Vaticano II, nesta Igreja que prometeu converter-se e mostra tanta dificuldade em ser fiel à promessa? Se a fé é resposta ao Evangelho e este não nos pode estar presente senão nos actos e palavras duma Igreja que procure converter-se a Jesus Cristo, a fé é possível, tem sentido? ou deixar a Igreja, como Charles Davis? E que sentido terá então dizer-se ainda «cristão»? A «fé» dum homem isolado será diferente da convicção filocófica, teista ou ateia, de qualquer homem? Da opção de Jaspers ou da de Sartre? Admira-se Sócrates ou Hegel; ainda que se diga que Jesus Cristo é maior do que eles, a convicção não será da mesma ordem, será ainda fé no Cristo que ressuscitou e vivifica hoje a história? Mas «ficar» numa Igreja não evangélica não será contraditório, não é conclusão lógica dos documentos conciliares que uma Igreja demasiado instalada nas suas instituições, nas posições adquiridas, nas suas tradições e leis, nos hábitos de pastoral da cristandade ou pelo menos de «ghetto», que uma Igreja assim gera inevitàvelmente crises de fé no seu seio?

Uma observação antes de avançar. É certamente arriscado pôr o problema assim. Porque não se pode esperar dum artigo uma «solução». Um aclaramento desta situação, que tenha o seu quê de testemunho das razões pessoais de crer, não apenas em Jesus Cristo mas no Jesus Cristo da Igreja, mais não pode pretender que ser um apelo à fé, a essa fé que justamente está em crise. É pouco. Mas será possível mais? A pregação não é sempre isso, enquanto kerigma? E deixar um problema real encoberto, não é contribuir para que ele se resolva fora da claridade essencial para as decisões que empenham a vida toda? E arriscar portanto as más soluções, não conscienciali-zadas e por isso mesmo geradoras de inquietação, de culpabilidade malsã?

O CONTEXTO PALESTINIANO DO EVANGELHO

A Palestina em que Jesus, o carpinteiro de Nazaré, cresceu e se fez adulto, era uma sociedade de contradição. Ocupada há cerca de um século pelos Romanos, essa ocupação contrastava com a fé de Israel, com a certeza da eleição por Deus, eleição em ordem à

«bênção», à prosperidade e à independência, à irradiação da Lei e da Promessa no meio das Nações, que através de Israel se converteriam ao Deus Sabaoth, quando o Messias se manifestasse. Essa contradição era sentida nos meios dirigentes, dos sacerdotes e dos anciãos (os chefes das grandes famílias de Israel), mas que impotentes face ao ocupante, procuravam tirar o maior partido pessoal possível; mais ainda nos meios dos fariseus, mais intransigentes na observância das tradições da Lei e face aos ocupantes, mais «puros» aos olhos do povo, mas incapazes de irem até às últimas consequências, separados e comprometidos simultâneamente; mais sentida sobretudo nos grupos extremistas dos «zelosos» (zelotes), intransigentes mas marginais (1). E o próprio povo, mais fàcilmente resignado, tinha sido desperto para a contradição pela pregação insistente de João, o Baptista, anunciando o Reino de Deus iminente e convidando à conversão no último prazo que Deus proporcionava ao seu povo antes do Julgamento definitivo. É deste meio popular, mais ou menos tocado por João, que sairão os discípulos de Jesus, os futuros apóstolos. E as suas interrogações (Act. 1/6) são sintoma claro do messianismo religioso-político que era possível animar descendentes de Abraão, crentes na Aliança de Moisés e na promessa a David (2).

A análise que segue, necessàriamente breve e por isso correndo o risco de simplificar demais, apoia-se numa hipótese exegética contestada em França, mas pràticamente aceite pelos exegetas alemães e pela maioria dos anglo-saxónicos, a «teoria dos dois documentos». Estabelece esta, através de análise literária rigorosa, que Mateus e Lucas utilizaram o texto de Marcos, na sua forma actual e uma outra fonte, colecção de discursos de Jesus, que não conhecemos (3).

Na lógica dela, utilizarei sobretudo o Evangelho de Marcos, recorrendo frequentemente a complementos dos outros dois sinópticos, e eventualmente de João. O uso predominante de Mc justifica-se a meus olhos pela clareza com que a dinâmica de Jesus e da fé dos discípulos é aí apresentada. Foi K. Lachmann, morto em 1851, quem primeiro propôs, por razões de análise interna, a divisão da matéria de Mc que seguirei (a, b, c, d, e).

---

(1) Cf. MPPT, p. 11-12.
(2) Cf. PDPP, p. 14-16.
(3) Para conhecer as razões que fundam esta teoria, cf. o livro de W. G. Kummel, *Introduction to the New Testament*, ed. SCM Press Ltd., London 1966, págs. 42-60.

Para não me tornar muito extenso, atrevo-me a enviar aqui e ali a reflexões já apresentadas em dois artigos anteriores: «Mistério Pascal e Pacem in Terris», na edição actualizada do Mistério Pascal 1 de Novellae Olivarum (MPPT) e «A Palavra de Deus congrega um Povo-Palavra», no n.º 1 de *A Palavra e o Tempo* (PDPP).

A FÉ DOS DISCÍPULOS DE JESUS SEGUNDO OS SINÓPTICOS

No contexto palestineano evocado, como se apresenta Jesus? Analisemos brevemente:

a) *Mc 1/14-39* — 14-15: proclama a proximidade do Reino de Deus e convida à conversão, em continuidade com o Baptista (4). 16-20: escolhe alguns dicípulos, que convida a segui-lo, para missão ao pé dos homens. 21-28: ensina com autoridade, ciente da sua posição charneira nesse Reino que anuncia para breve, posição confirmada pelo poder que manifesta, e com o resultado da sua fama se espalhar. 29-34: olha especialmente os doentes, atento ao sofrimento corporal, e o seu amor fraterno por eles é poderoso para os curar. 35: reza isolado, mostrando a sua ligação profunda com Aquele a quem chamará o «Pai». 36-39: preocupa-se com a expansão do anúncio do Reino e viaja por toda a Galileia.

b) *Mc 2/1-3/6* — Mostra-nos as primeiras reacções de oposição a essas atitudes de fraternidade em relação aos desprezados (publicanos e pecadores) e aos doentes, bem como à nova doutrina. E sublinha no último versículo a decisão tomada por essa oposição em ordem a fazê-lo desaparecer.

c) *Mc 3/7-6/6a* — Um breve sumário (7-12) dá conta da popularidade crescente suscitada no meio do povo por Jesus, em contraste com a atitude dos dirigentes, e um outro (13-19) da preocupação missionária de Jesus pelo prolongamento da sua pregação

---

(4) Lucas sublinhará que é o desejo da vinda desse Reino que é o motor da sua existência, Luc 12/49-50. Em paralelo a Mc 1/14-15, Luc 4/18-19 substitui o anúncio do Reino iminente pela profecia de Is. que dá o sentido da missão de Jesus como «Cristo» (ungido): «o Espírito do Senhor está em mim, consagrou-me pela unção. Enviou-me a trazer a boa nova aos pobres, a proclamar aos cativos a libertação e aos cegos o recobro da vista, dar a liberdade aos oprimidos, proclamar um ano de graça do Senhor».

por um colégio de 12 discípulos, escolhidos pessoalmente, pelo nome. Luc 6/20-49 insere a seguir aos sumários citados, cuja ordem aliás altera, um discurso sobre o Reino, (que pertence aos pobres, aos que têm fome e sofrem, donde são excluídos os ricos, os saciados e os satisfeitos; que é amor dos inimigos, bem a pagar o mal e a injustiça, amor fraterno — misericórdia — e não julgamento, dom e não hipocrisia, não apenas oração mas pôr em prática a Palavra escutada), discurso que descreve por palavras o que Marcos mostrara nos *actos* de Jesus (igualmente Mt 5/-7/).

Mc 3/20-6/6a: neste grupo de perícopas, o que ressalta mais claramente é a modificação por Jesus da sua «pastoral». Face às reacções diferentes dos seus ouvintes (os que não querem ouvir e se opõem: 4/4, 15; os medíocres e hesitantes: 4/5-6, 16-17; os que dizem que sim mas não perseveram, por falta de coragem: 4/7, 18-19; os que dão fruto na fidelidade: 4/8, 20), Jesus deixa de pregar claramente, como no Sermão da Montanha, e passa a usar parábolas: serão as suas atitudes que serão proclamação do Reino e atrairão ou não os homens. Os que forem atraídos pelo novo «estilo de existência» como filho e irmão que Jesus revela, esses entenderão as parábolas, e não os outros, que ficarem indiferentes ou se opuserem (5). Simultâneamente este novo processo é uma atitude de defesa face à oposição crescente e mostra já Jesus que se esconde, evita a Judeia e as cidades, chega mesmo a sair da Palestina por um tempo, numa como que clandestinidade «porque os judeus procuravam matá-lo». (Mc 1/45, Jo 4/1-3, 7/1-13, Mc 7/24, e cenas mais próximas da prisão).

«Mas em particular, explicava tudo aos discípulos» (4/34).

d) *Mc 6/6b-8/30* — Os discípulos enviados a prolongar a pregação de Jesus, a referência à sorte do Baptista, e depois a chamada «secção dos pães». Marcada pelas duas narrações da «multiplicação» dos pães: Jesus revela uma atitude essencial do Reino, a partilha do pão com os que têm fome, tornada «poderosa» nele, e que permanecerá como sinal na Eucaristia (se as nossas «hóstias» não o escondessem...), atitude oposta ao «fermento» dos fariseus (8/15), a sua atitude de preocupação com as tradições e os ritos que os impedia de compreender o sentido profundo da Palavra de Deus e do coração novo dos filhos de Deus (7/1-13, 19b, 20-23, 8/14-21). Os discípulos também não compreendem (6/52, 7/17-18a, 8/16-21), mas a sua atenção concentra-se cada vez mais sobre o mistério da origem do pró-

(5) O que não deixa de ser sugestivo para a renovação pastoral que se procura. Confrontar os fariseus que pedem um «sinal» a Jesus (Mc 8/10ss).

prio Jesus: «quem é este?» (já em 4/41, 6/51b-52). Toda esta sequência prepara 6/27-30, a interrogação que Jesus põe claramente aos discípulos sobre ele mesmo: «quem sou eu?», «para vós, quem sou eu?» e a resposta de Pedro: «tu és o Messias».

Que significa esta resposta, face ao que venho dizendo?

Aos fariseus e aos dirigentes de Israel (sacerdotes e anciãos-proprietários), que esperam uma vinda de Deus que os libertará politicamente e confirmará em posição privilegiada face às outras nações, já João Baptista contestara que era necessário «produzir frutos de conversão» (Mat 3/8), na fidelidade à Aliança e à sua justiça. Mas ele próprio parece não ter previsto até que extremo irá esse justiça e ficar desorientado face a um Jesus que não instaura a cólera de Deus (Mt 11/2ss., Luc 7/18ss.). À iminência do julgamento, Jesus opõe um tempo de revelação da justiça e da misericórdia de Deus, cujos sinais («os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos são curados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam, os pobres recebem a boa nova») serão o grande apelo à conversão na fé, a que os pobres são os mais sensíveis. O sermão da montanha (Luc 6/20-49, Mt 5/-7/) manifesta claramente as atitudes da nova justiça, de que ressalta: «Não podeis servir a Deus e ao Dinheiro. Procurai o Reino de Deus e a sua justiça e tudo o mais vos será dado por acréscimo».

o «estilo de existência» que Jesus revela

E o que Jesus espera dos discípulos que escolheu entre os homens de boa vontade que o seguem, é que eles entendam a «qualidade divina» deste apelo, isto é, que o «estilo de existência» que Jesus revela e a doutrina que a acompanha são os próprios do Messias, do enviado de Deus que é esperado há séculos por Israel. É o que Pedro acaba por *descobrir:* «tu és o Messias!». Esta existência vivida no meio dos pobres, atenta aos sofrimentos concretos num amor fraterno que é «poderoso» para curar os doentes e saciar a fome (6), que implica uma pureza radical de coração, uma sede e fome de justiça insaciáveis, uma paz que irradia e comunica a fé, este «estilo de existência» que Jesus revela e quer comunicar aos discípulos (e que Mateus compendiou admiràvelmente nas «bem-aventuranças»), é a existência do Messias de Deus, uma existência cuja fonte, origem, é Deus (confrontar o prolongamento em Luc e em Mt da resposta de Pedro: Luc 9/20, Mt 16/16). E Mt sublinha na resposta de Jesus que a fé que Pedro assim revela, não vem da carne nem do sangue (da procura duma realização pessoal mais ou menos egoísta) mas do Pai que está nos céus (é sobrenatural, diria a teologia clássica).

(6) Para nós não é tanto o carácter «miracu'oso» mas a eficácia do amor fraterno que está em questão, com os meios de que dispomos em pobreza (MPPT, págs. 9-10).

É a primeira etapa decisiva da fé: compreender que este «estilo de existência», encontrado palpàvelmente em homens, mesmo se fracos como Pedro, é o que corresponde à vocação profunda do homem e do Mundo em que vivemos, e que a sua fonte é o Pai de Jesus Cristo: é «estado de graça», é a «experiência do Espírito» (Santo).

Hoje esta revelação só é possível na Igreja: «Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja», pois é a revelação que se faz por testemunho, por «contágio» de pessoa a pessoa. É justamente esta a missão da Igreja: testemunhar e proclamar esta «experiência do Espírito», este novo «estilo de existência» inaugurado pelo Espírito do Pentecostes. E faz parte da proclamação da Igreja àqueles que acreditam, revelar-lhes, como Jesus a Pedro, que essa fé surgida não vem da carne nem do sangue mas do Pai.

e) *Mc 8/31 ao fim* — Logo a seguir à cena de Cesareia, segundo Marcos, Jesus inaugura uma nova etapa de pregação aos discípulos centrada sobre os acontecimentos que se vão passar em Jerusalém (as três «predições da Paixão»: 8/31, 9/30, 10/32), que põe em relevo as dificuldades e os obstáculos que se levantam a quem quer viver segundo este novo «estilo de existência» e repete, à luz da fé de Cesareia, o apelo de Jesus a ser seguido: «se alguém quer vir atrás de mim, que renuncie a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me» (8/34). Seguir Jesus é «perder a vida» (segundo a carne e o sangue) para a salvar (na perspectiva de «mim e do Evangelho»), no Reino de Deus «que virá em poder». (Mc 8/31-9/1).

Esta nova etapa da pregação implica também uma nova etapa da fé que se resolverá após a Ressurreição: o mesmo Pedro que confessou a messeinidade de Jesus, não entende a sua nova linguagem e é chamado Satã, porque as suas «vistas não são as de Deus, mas as dos homens».

Mc 8/31-13/37 é uma subsecção marcada pela caminhada para Jerusalém (10/1, 17) que é como que uma representação gráfica do dinamismo da «nova existência»: «eles iam a caminho, subindo para Jerusalém, e Jesus avança deante deles» (10/32) (7).

Neste novo contexto, os ricos só poderão seguir Jesus na medida em que as suas riquezas são postas incondicionalmente ao serviço dos pobres (10/21), o que põe a claro, os discípulos estupefactos, «como

(7) Este dinamismo é admiràvelmente sublinhado cinematogràficamente pelo filme de P.P. Pasolini, «O Evangelho segundo S. Mateus».

é difícil àqueles que têm riquezas entrar no Reino de Deus» (10/23). É nesta opção que se manifesta radicalmente a oposição entre a carne e o sangue («aos homens é impossível») e a nova «existência» segundo o Reino de Deus («mas não a Deus: porque a Deus tudo é possível») (Mc 10/27). Deixar casa, família e terras, «por causa de mim e do Evangelho» (isto é, pôr as opções da «justiça do Reino» acima dos interesses individuais — ([8]) —) é garantia de se receber 100 vezes mais, *e perseguições,* no tempo presente, e a vida eterna no tempo que virá (10/29-30).

Continuar a leitura seguida de Marcos neste contexto, ou as perícopas intercaladas por Mt e Luc (nomeadamente todo o cap. 14/ deste), seria esclarecedor para perceber o que é a caminhada de fé atrás de Jesus, o Cristo de Deus. Ver ainda o sentido da unidade conjugal e o carisma do celibato em Mt 19/3-12.

o que é de César e o que é de Deus

Limitar-me-ei a ver mais um aspecto, a distinção entre o que é de César e o que é de Deus, em Mc 12/13-17. Que significa ela nesté contexto? É o problema da ocupação romana da Palestina e do ideal teocrático da Antiga Aliança que é posto a Jesus por aqueles mesmo que desejam a independência em vista da consolidação dos seus interesses e privilégios, a coberto da defesa dos «interesses de Deus». Deve-se ou não pagar o tributo a César? A distinção entre o poder político e económico e a busca do Reino de Deus é afirmada inequìvocamente. Significa isso que o que procura o Reino se deve desinteressar do profano? Interpretar assim, seria negar toda a existência de Jesus que cura doentes, partilha o pão com os que têm fome e *se revela nesses mesmos gestos,* que faz da realidade efectiva desses gestos o critério decisivo da entrada no Reino, para crentes ou não crentes, em Mt 25/31-46, dizendo que todas as vezes que se partilhou o pão, a bebida, as vestes, a casa, que houve uma preocupação real com os doentes e os presos, isso foi feito a Ele mesmo. Seria negar que amar a Deus com todas as suas forças e ao próximo como a si mesmo são os mandamentos essenciais, o segundo semelhante ao primeiro (Mt 22/39). Não é certamente retirar os cristãos dos combates pela justiça e pela liberdade, nem sequer aos apóstolos responsáveis directamente pela proclamação do Reino. Mas é a verificação da ambi-

---

([8]) Luc. 12/51-53: «pensais que vim para estabelecer a paz sobre a terra?, não, eu vos digo, mas a divisão. Doravante, com efeito, numa casa de 5 pessoas, elas estarão divididas, três contra duas ou duas contra três, pai contra filho e filho contra o pai, mãe contra a filha e filha contra a mãe, sogra contra nora e nora contra sogra», o que certamente é impensável para a moral burgueza de união familiar que põe o Evangelho entre parêntesis.

guidade (constitutiva, eu diria) que marca o poder económico e político ([9]), a recusa de apoiar o anúncio do Evangelho nessa ambiguidade e afirmar a exigência de que «os filhos do Reino» lutem contra a injustiça latente nessa ambiguidade, seja-se dirigente ou não. É afirmar que nenhuma autoridade temporal, nenhuma «ordem estabelecida» se pode reclamar do nome de «cristão» para manter essa «ordem» (seja o Papa senhor dos Estados Pontificais na Europa clássica, seja um Estado confessionalmente cristão, seja ainda a democracia dita cristã). É afirmar a radical secularidade do poder económico e do político, das instituições temporais, o único critério a que eles estão sujeitos aos olhos da fé sendo o serviço concreto dos pobres e dos oprimidos. É ainda, da parte de Jesus que vai ser preso, torturado e condenado à morte pelo poder económico e político do seu país, anunciar as perseguições que resultarão para os que quizerem ser fiéis a Ele e ao Seu Evangelho. Pois é a traição e a denúncia, a agonia, a prisão, a tortura, a condenação à morte sob pretexto de «revolucionário» (Luc 23/12) e o cadafalso («morte de cruz» em Fil 2/8) que esperam Jesus ([10]).

O reconhecimento da origem divina do novo «estilo de existência» que Jesus revela, 1.ª etapa da fé, não é suficiente. A segunda é perceber aonde é que ela conduz, e isso só na perseguição é possível.

O texto de Marcos está interrompido em 16/8, mas Luc e João mostram-nos que a segunda iluminação veio aos discípulos nas aparições do Ressuscitado (Luc 24/31, 45, Jo 20/16, 29, 21/7). Esta segunda etapa da fé é a da esperança escatológica que surge da oposição do «espírito do Mundo» aos filhos do Reino. É o verdadeiro significado da paciência, da perseverança evangélica: «esperar contra toda a esperança» (Ro 4/18, 5/2-5). É a da fidelidade ao apelo recebido de procurar o Reino e a sua justiça, mesmo e sobretudo quando tudo parece impossível e um puro «perder a vida» sem sentido. É na perseguição por causa do Reino que o mistério pascal de Jesus Cristo ilumina a fé, quando «não se sabe o que esperar, mas não se desespera» (2 Co 4/8) ([11]). É ter a certeza, frágil, na noite da fé, de que toda a acção de busca do Reino e da sua justiça estabelece-o misteriosamente na história dos homens, de que «todos os cabelos da nossa

---

([9]) O que P. Ricoeur chama o «paradoxo do político», in *O Tempo e o Modo*, n.º 1, p. 35 ss.

([10]) Ver, neste contexto, MPPT, pp. 11-12.

([11]) Toda esta epístola ilustra este tema da perseguição e da esperança, quando se sabe que ela foi escrita após a prisão sofrida em Éfeso e quando todo o trabalho de evangelização de Corinto parecia em desagregação.

cabeça estão contados» (Mt 10/30, inserido num contexto de anúncio de perseguições aos discípulos).

Poder-se-ia ainda mostrar como no Evangelho se sublinha que a Igreja torna presente o Reino na medida em que os discípulos vivem este novo «estilo de existência», esta «experiência do Espírito» que Jesus revelou, e são assim seu *sacramento visível e palpável* ([12]), bem como as perseguições que isso implicará da parte das sinagogas, dos governadores e dos reis (Mt 10/17-18). Reler, por exemplo, Mt 5/1-16.

Assim o entendeu a Igreja primitiva que nos descrevem os Actos dos Apóstolos, bem como as comunidades cristãs que Paulo fundou. A sequência normal desta reflexão implicaria ainda a análise desses textos, bem como os joaninos, aqui impossível. E foi ainda essa a grande tradição dos dois primeiros séculos da que Daniel Rops chamou «a Igreja dos Apóstolos e dos Mártires».

IGREJA E CONSTANTINIZAÇÃO

Depois, foi Constantino. Seria portanto ainda necessário fazer uma leitura da história da Igreja, dos seus compromissos primeiro com o Império, com a ordem feudal depois, com as monarquias europeias do «Ancien Régime», com as restaurações do século XIX, e dos esforços constantes de renovação evangélica, de Bento, de Francisco de Assis e Domingos, dos reformadores, de Vicente de Paulo, de Carlos de Foucauld, etc. Não é possível também aqui. Mas importa ao menos fazer uma observação de carácter geral.

É evidente que seria anacrónico ([13]) emitir um juizo no sentido de dizer se a Igreja se devia ou não ter constantinizado. Mas é manifesto, face aos critérios evangélicos que vimos — e que será necessário precisar com rigor —, é evidente que esse processo não se fez sem ambiguidade, dada a aliança do testemunho apostólico com os poderes económicos e políticos que resultou. E uma das tarefas essenciais da reflexão teológica sobre a história da Igreja será a interrogação dos santos decisivos de cada época, os movimentos espirituais de renovação evangélica significativos e a contestação profética que

([12]) O que em PDPP tentei dizer sob o termo «Povo-palavra».

([13]) No sentido que este termo tem em metodologia histórica, explicar com critérios modernos sociedades muito diferentes da nossa.

eles incluiam. Porque o que essa reflexão teológica deverá procurar estabelecer é a continuidade da tradição da fé evangélica ao longo dos séculos até hoje, que possa verificar que a nossa «experiência do Espírito» vem, através dos tempos, directamente de Jesus Cristo, sem recomeços abruptos, sem soluções de continuidade. Isso é possível? Só a análise paciente da história poderá responder, mas o que me interessa sublinhar é que está aí uma condição essencial para a validade da minha fé em Jesus Cristo ressuscitado, da esperança da minha acção de hoje. Mesmo sem uma reflexão rigorosa, que creio não existir actualmente com critérios teológicos aceitáveis, quando eu digo que tenho fé em Jesus Cristo, que apoio a minha existência no Evangelho que ele viveu e proclamou, na sua ressurreição, quando eu digo que hoje espero a ressurreição dos mortos e a transfiguração da Creação como fruto duma acção de *caridade evangélica*, que espero a vinda de Jesus Cristo «em poder» no final dos tempos, eu afirmo implìcitamente que creio nesta continuidade eclesial da tradição da «experiência do Espírito».

Dada a utilização que hoje se faz do termo «profeta», será ainda de fazer uma observação sobre o seu sentido, que aclarará a problemática evocada inicialmente.

Que é um Profeta no Antigo Testamento? É um homem pertencente ao Povo de Israel que face à situação de infidelidade e injustiça em que dirigentes e povo vivem, é levado pelo Espírito de Yahweh a recuperar as origens da experiência de Israel, a entender o sentido profundo da Aliança estabelecida no Sinai, da sua Lei, da Promessa que a fundou, e por essa experiência mesma a contestar corajosamente a infidelidade e a injustiça presentes, anunciando os castigos que virão se reis e povo se não converterem, afirmando a esperança na promessa para além desses castigos. Mas o movimento profético terminou com a recusa pelos dirigentes de Israel de Jesus Cristo (Mc 12/1-12), substituídos pela Igreja dos Gentios fundada pela missão dos Apóstolos.

Que é um Profeta (um «santo») ao longo da história da Igreja? É um homem que recupera o Evangelho original e a sua exigência radical, que contesta o povo cristão e a sua Hierarquia na medida da infidelidade ao Evangelho que manifestam, é por outro lado um homem que fecunda, que faz surgir um movimento «espiritual» de renovação evangélica à medida das novas condições da sociedade ([14]).

([14]) É sobretudo em épocas de mutação social que estes movimentos surgem. Nas épocas mais estáveis, a fidelidade evangélica é vivida por muitos cristãos escondidos. Do excelente livrinho de René Marlé, SJ., «Dietrich

Mas contestação profética que crê na apostolicidade hierárquica (que termo pouco evangélico, este de «hierarquia»: cf Luc 22/25-27) e por isso não nega a sua legitimidade, não se substitui a ela, antes procura a sua renovação, justamente por razões de fé. É, me parece, o ponto crucial de divergência entre a teologia católica e a teologia protestante. E não contesta a legitimidade do Colégio apostólico pela razão que acima apresentei: fazê-lo é negar a legimidade da própria fé, recebida da Igreja fundada neste Clégio apostólico. É aqui que vejo residir a contradição — ele é um teólogo! — dum Charles Davis, para além da sua sinceridade pessoal e da coragem da sua intenção, possìvelmente mais pura do que a de muitos que «ficam».

MUNDO MODERNO

Antes de concluir sobre as condições da fé hoje, outra consideração é necessária, esta sobre a modificação surgida no mundo moderno e na sua concepção da moralidade social, para tentar aclarar um equívoco que está subjacente às discussões entre os que mùtuamente se chamam «conservadores» e «progressistas» (terminologia talvez certa em sociologia, muito ambígua em teologia).

Gaudium et Spes, Constituição pastoral sobre «A Igreja no Mundo deste Tempo», não poude deixar de começar por se interrogar sobre esse «Mundo», que nos §§ 4-10 descreve a largos traços e caracteriza pela «mudança». «Comunidades locais tradicionais, como a família patriarcal, o clã, a tríbu, a aldeia, outros grupos diferentes, e as próprias relações de convivência social» (§6) são profundamente afectadas e desaparecem face ao «tipo de sociedade industrial que se estende a pouco e pouco» (id.). O que resulta numa «mudança de mentalidade e de estruturas» que «submete com frequência a discussão as ideias *recebidas*»: «as instituições, as leis, as maneiras de pensar e sentir herdadas do passado, nem sempre se adaptam bem ao estado actual das coisas» (§ 7).

Bonhoeffer, témoin de Jésus-Christ parmi ses frères», ed. Casterman, 1967, que revela um Bonhoeffer mais profundo que o de Robinson, cito: «Depuis ses toutes premières origines l'Eglise est la chose des petites gens, sans prestige (...) C'est un fait que ce ne sont pas les hommes cultivés, mais les gens simples qui portent l'Eglise» (p. 50).

O que está na raiz desta situação? Ninguém hoje contesta sèriamente que o motor desta «mudança» é a ciência moderna e a industrialização que ela suscitou, em contraste com as sociedades pré-científicas e agrícolas, de evolução lenta, marcadas pela tradição e pela estabilidade. Estabilidade de direito, de hierarquias sociais e políticas, de valores. Civilizações de raridade, essa estabilidade era um factor necessário de equilíbrio social, essa tradição factor de continuidade. A industrialização, permitindo uma atitude creadora da parte do homem que trabalha, no que diz respeito ao seu destino histórico, tendendo a uma civilização de abundância, teve como consequência a consciência cada vez mais espalhada da possibilidade de organizar a sociedade em novas relações de justiça social, de participação económica e social como *tarefa moral* de todos os cidadãos trabalhadores. E aí a modificação das perspectivas em moral social e política de que são índice claro as últimas encíclicas sociais e a Constituição citada.

CONCLUSÃO

E chego à conclusão, necessàriamente simplificada, destas reflexões. Que pode significar ter fé para um «homem de hoje» ([15]), em 1968?

Significa ter-se recebido da Igreja a fé em Jesus Cristo, morto por causa do Reino que anunciou e tornou presente, e ressuscitado pelo Pai, acreditar que essa fé lhe chegou ao longo dos séculos por uma tradição contínua e fiel, fundada a partir dos sucessores dos apóstolos de Jesus Cristo.

Significa fazer-se a «experiência do Espírito», que «dá testemunho ao nosso espírito de que somos filhos de Deus», que nos revela o nome novo de Deus, nos faz dizer-lhe: «Pai!» (Ro 8/15-16).

Significa aderir profundamente ao Evangelho de Jesus Cristo, e dispor-se a segui-lo nas condições do Mundo actual, a imitá-lo, com a esperança de que essa imitação terá como fruto a ressurreição de todos os homens justos num novo céu, numa nova terra, que se manifestará «poderosamente» no final da história.

Significa portanto aceitar que as suas opções morais fundamentais, como homem, como companheiro, como cidadão, como trabalhador, se guiarão pelo apelo radical à conversão evangélica. Será

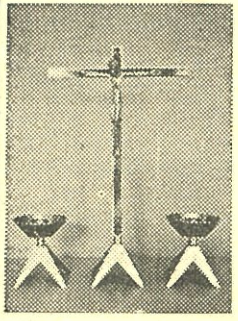
([15]) Cf. PDPP, pp. 10-13.

portanto atento a cada «próximo», solidário com os pobres e oprimidos, visará o estabelecimento duma sociedade fraterna (próxima ou global), na verdade, na justiça, na liberdade e no amor.

Antevê que essa conversão implicará perseguições (próximas ou globais), e que a fidelidade no meio delas será purificação da fé e condição da sua comunicação missionária aos «filhos da paz» (Luc 10/6) que encontrar no seu caminho de homem, mas sem possibilidades de julgar o ateísmo dos seus companheiros, de tal maneira a fé é sentida como gratuita, dom do Pai, e se tem consciência de se ser um «servidor inútil» do Reino de Deus (Luc 17/10).

Implica um desejo profundo e manifesto na qualidade evangélica da acção, um desejo do estabelecimento do Reino de Deus sobre a terra, misteriosamente, desejo que se vivifica para ele na partilha eclesial do pão e do vinho em memória de Jesus Cristo; e movida por esse desejo, a fé é ainda, adentro da Igreja, acção profética para a sua renovação evangélica, «esperando contra toda a esperança», acreditando que «as portas do inferno não prevalecerão contra ela» (Mt 16/18), porque Jesus estará com Ela, connosco, «sempre até ao fim do Mundo» (Mt 28/20).

E talvez tudo isto possa ter posto mais a claro qual é a tarefa missionária *específica* da jovem geração de padres e leigos, face ao hiatus de gerações actualmente existente em Portugal: comunicar a fé recebida dos nossos pais, preciosamente transmitida ao longo dos séculos desde Jesus, o Cristo de Deus, à geração que cresce, comunicação a ser feita na conversão da nossa acção ao Evangelho, em função dos problemas do nosso «próximo» e da nossa sociedade portuguesa, «sempre prontos a responder a quem nos pede a razão da esperança que está em nós» (1 Pe 3/15), «tesouro transportado como em vasos de argilha» (2 Co 4/7).



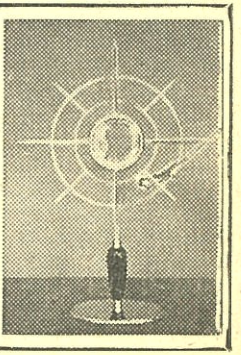
alpha et omega

XX.º ANIVERSÁRIO

VINTE ANOS AO SERVIÇO DA RENOVAÇÃO DA ARTE RELIGIOSA E DOS PARAMENTOS E ALFAIAS DO CULTO

EXCLUSIVOS E CRIAÇÕES PRÓPRIAS

Rua Portas St.º Antão, 76,-2.º — LISBOA-2



III

CONVERSÃO À FÉ NA IGREJA

O Profetismo — hoje

Praias do Sado, 1966-68

Há cerca de ano e meio estamos a viver num pequeno bairro operário, chamado Praias do Sado, nas proximidades de Setúbal. Somos dois — um leigo e um padre — e vivemos em equipa, trabalhando, como operários, em fábricas.

A maioria dos habitantes do nosso bairro e colegas da fábrica quase desconhece ou conhece mal o Cristianismo, apesar de serem baptizados. Estão ligados a um ambiente social. Discutem, talvez, problemas religiosos, sobretudo no seu aspecto moral, mas apenas no campo das ideias. Há um fosso enorme entre a vida e a religião: Deus é admitido como «alguém que governa tudo», um Ser impessoal e longínquo, sem influência na vida de cada um.

Pediram-nos para dizer um pouco da nossa presença no bairro e na fábrica. Em duas palavras diríamos: queremos anunciar o Evangelho de Jesus Cristo a estas pessoas com quem vivemos.

Que fazemos para isso?

Esforçamo-nos por viver, dia a dia, a nossa Fé de Cristãos. Vivemos no bairro, como pessoas do bairro; sustentamo-nos do nosso trabalho; estamos sujeitos aos mesmos horários e idênticas dificuldades; procuramos ter para com todos uma amizade sincera e desinteressada; promovemos reuniões, quer de carácter religioso, quer de promoção humana.

Cremos que as pessoas, apesar de nos considerarem como homens da Igreja, nos vão aceitando, não como intrusos, mas como amigos.

Num bairro que não reza sentimo-nos como delegados dos nossos vizinhos, diante de Deus, numa fábrica onde os homens são dominados pelo dinheiro e produção, oferecemos ao dinheiro e produção, oferecemos ao Pai as dores de nossas mãos por aqueles que não conhecem o Libertador; no diálogo amigo, nas acusações que nossos colegas fazem contìnuamente aos homens e estruturas da Igreja e no próprio esforço de evangelização, somos chamados à consciencialização da nossa fé.

Sentimos tantas vezes a tentação de apelar para o trabalho manual, para a nossa vida e fazer disso como um estandarte apregoador do Evangelho! Seria quase uma imposição de ideias e o trabalho transformar-se-ia numa nova táctica evangelizadora, perdendo, assim, todo o seu aspecto íntimo de contemplação de Jesus e comunhão de consagrados da Igreja na condição de vida da maioria dos homens.

S. Pedro para explicar à multidão presente em Jerusalém «o caso dos homens cheios de vinho doce» retoma a profecia de Joel: Acontecerá nos últimos dias — é Deus quem fala — derramarei o meu espírito sobre toda a carne: profetizarão os vossos filhos e as vossas filhas. Os vossos jovens terão visões e os vossos anciãos sonharão. Sobre os meus servos e as minhas servas derramarei naqueles dias o meu espírito e profetizarão...» (Act. 2, 17s).

Nos tempos messiânicos o Espírito torna-se Profetismo

Não era uma questão de vinho mas «a profecia que se cumpria»: haviam chegado os últimos tempos e com eles o novo profetismo desejado. Com efeito depois do regresso do exílio o profetismo tinha morrido, os redactores de Apocalipses, os sábios e doutores da lei haviam substituido os profetas. É a existência desta dolorosa privação (Sal. 74,9) que faz brotar a consciência de que nos tempos do Espírito o carisma profético eclodirá com uma intensidade nova (Joel 3,1-5) e que um grande profeta nascerá (cf. 1 Mac. 4,46; 14,41, etc.).

A primitiva comunidade testemunha esta consciência da realização da promessa de Deus ao envolver a infância de Jesus de profecias (Isabel, Zacarias, Simião, Ana — Luc. 1,41s., 67; 2,25s., 36) apresentando João Baptista como o profeta precursor (Mat. 11,9s.; 1,76s.); mas sobretudo ao afirmar que Cristo é o profeta prometido (Act. 3,22s.; 7,37; Luc. 4,17ss.).

REFLEXÃO DE

A. MENDES PEDRO

Mas Jesus não é um profeta à maneira de Jeremias ou de João Baptista, arautos duma Palavra que não lhes pertence. Ele é a própria «Palavra incarnada», «o Verbo feito carne». A Palavra de Deus identifica-se com Ele e emerge nos Seus actos, nas suas palavras. A sua vida é a Palavra e as suas palavras são vida e espírito (Jo. 6,36). Neste sentido Ele é o profeta por excelência.

A superabundância do espírito profético prometido no Antigo Testamento para o tempo da salvação torna-se presente no profetismo de todos os fiéis de Cristo (cf. Act. 2,17s.; 19,6; 1 Cor. 14,1-39). Simultâneamente o carismo é retomado no sentido de dom particular em determinados indivíduos (Act. 11,27s.; 13,1; 15,32; 21,9ss.). E é nesta perspectiva que S. Paulo dá aos profetas um relevo muito especial (1 Tess. 1,19s.; 1 Cor. 12,28; Rom. 12,6), ao lado dos apóstolos. (Ef. 13,5; 4,11; 1 Cor. 12,29; cf. Luc. 11,29; Ap. 18,20). A Igreja, Israel dos últimos tempos, é fundada não sòmente sobre o ministério dos apóstolos como também sobre o profetismo. «*Porque a construção que vós sois tem por fundamento os Apóstolos e os Profetas, e por pedra angular o próprio Cristo*» (Ef. 2,20). Comenta Fuglisker: «são duas funções constitutivas que se condicionam e completam e pelas quais Jesus terrestre prossegue a sua missão no espaço e no tempo». Mais: «se há razão em realçar que o ministério dos Apóstolos e de Pedro, missão fundamental, deve necessàriamente prolongar-se na Igreja pos-apostólica, diga-se o mesmo do profetismo que tem o mesmo valor fundamental e portanto essencialmente a mesma necessidade».

Quais os nossos objectivos?

Queremos estar com as pessoas, conhecê-las para as amar, darmo-nos a conhecer para que se quebrem muros de frieza. Queremos ser do bairro. Sem o trabalho, neste meio, seria difícil.

Queremos promover e fomentar o desenvolvimento e valorização humana: através de reuniões, contactos, reflexões e atenção aos acontecimentos.

Queremos anunciar o Evangelho do Reino e a face mais autêntica da Igreja, através de conversas familiares e da amizade.

Tratando-se de um bairro novo e formado por pessoas oriundas de diversas regiões, é necessário constituir uma comunidade humana que venha a desabrochar numa Comunidade de Fé e Eucaristia.

Aos cristãos praticantes desejamos incutir-lhes espírito de abertura e responsabilidade; que vivam a Fé, em todas as suas dimensões e exigências, constituindo, desse modo, um fermento e sinal do Amor de Deus. Estes são em mínimo reduzido e talvez o sejam sempre: num meio descristianizado continuarão a ser como profetas da Nova Aliança anunciadores da Salvação.

Através dos nossos contactos permanentes «homem-a-homem», cremos que a grande função da Igreja consciente e viva será a de ser Profeta da Libertação, Sinal manifesto do Deus Três Vezes Santo e Emanuel. Isto exige um esforço constante de com-paixão com os problemas humanos, para sentir o

apelo da vida concreta e dura dos homens.

A vida de pequenos grupos de Fé não tem outra finalidade senão a de ser, na medida do possível, concretizações do Evangelho a indicar o Deus Invisível para o qual se orienta a vida de todos os homens.

Este nosso género de vida é uma das muitas formas de manifestar a verdadeira riqueza do Corpo Místico de Cristo caracterizado pela variedade de funções, conforme a vocação de cada um, em unidade de missão: levar os homens ao desenvolvimento e realização total da sua pessoa, culminando na Fé.

CARLOS FARIA
e
ELISÁRIO SOUSA

Lisboa, 1965-68

Escrever sobre qualquer coisa que ajudámos a construir, sobre um passado ainda próximo que vivemos intensamente, seria apenas uma crítica mais ou menos parcial; por isso, seremos apenas aqueles que descrevem uma situação, vendo-a por dentro.

A) O Núcleo de Estudos e Vida Espiritual surgiu, há dois anos, como resposta de um grupo de universitários a vários problemas concretos e de urgente resolução que o então nítido afastamento entre os cristãos e os problemas

Retomar no século XX o Profetismo é abrir-se à acção carismática do Espírito

Passados vinte séculos, a Igreja tenta uma definição de si própria no Concílio Vaticano II. A consciência da sua historicidade e uma profunda compreensão do Evangelho obrigam-na a expressar-se como o «Povo Santo de Deus que participa também da missão profética de Cristo.» (L. G. 12). Pois é por ela que o Espírito torna perceptível Jesus Cristo, por ela Cristo se torna nosso contemporâneo. A Palavra «incarnada, feita carne» prolonga-se nos grupos que lhe dão espaço para «crescer e frutificar» como testemunham as primeiras comunidades. Todos os membros da Igreja, homens e mulheres, padres, leigos ou bispos, jovens e adultos, sábios ou ignorantes são hoje os profetas, os portadores da Palavra de Salvação. Ao mesmo tempo a Igreja apercebe-se que o «Espírito Santo continua, nos fiéis de todas as classes, a distribuir individualmente a cada um, conforme entende, os seus dons. Estes carismas desde os mais extraordinários aos mais simples são perfeitamente acomodados e úteis às necessidades da Igreja» (idem).

Na sociedade portuguesa novos contextos sociológicos vão aparecendo. A indústrialização, a emigração em massa e o despovoamento rural, a consciência dos desiquilíbrios económico-sociais que tende a vir à superfície, a guerra no ultramar, a rutura sempre crescente entre gerações... provocam tensões e problemas novos. É sobretudo ao sentirmos a desatenção

do Povo de Deus perante esta sociedade em fermentação que a urgência do profetismo se torna mais transparente. No tempo novo a Palavra de Deus precisa de ser transmitida de maneira nova, com veemência e linguagem novas. É o fosso entre o Evangelho e esta sociedade portuguesa, entre a crença e os actos, que faz gritar a ambiguidade da nossa fé, a *urgência de Profetas.*

Tensão do mundo que há-de vir — incarnação no presente — radicalismo evangélico: três dimensões do Profetismo

---

Evidentemente que o Profeta não é um adivinho do futuro. É com mais profundidade que ele é vidente. Totalmente tomado pelo Espírito move-se no eterno vivendo a tensão do final escatológico. Por uma privilegiada experiência mística de relação com Deus percebe nos acontecimentos mais díspares, o trabalho de Deus com os homens sem fazer distinções — e isso tem os seus riscos — entre temporal e espiritual. O Senhor vai voltar inaugurando os tempos da transparência total com o Pai e entre os homens. Virá como um ladrão em plena noite, daí a exigência de sermos filhos da luz nestes últimos dias da História. É este carácter de urgência e a visão «atractiva» «dos novos céus e da nova terra» que preenche os Profetas. «Pedem-vos que estejais presentes ao vosso tempo. Mas digo-vos: sede já os homens de amanhã, porque o hoje não tem sentido senão no amanhã que ele traz já em si» dizia o cardeal Suhard. O Profeta é esse homem da história, o homem

universitários lhes evidenciou. Concretizando os principais:

1 — O desiquilíbrio entre o desenvolvimento que neles se processou nos campos ditos habitualmente profanos, e a quase estagnação no campo religioso devido à falta de estruturas na Igreja que permitissem, através do diálogo, uma útil troca de experiências que impulsionasse o seu desenvolvimento religioso.

2 — A falta de apoio num comportamento, então dito «progressista», de tentativa de colaboração, como cristão, na elaboração de uma solução de todos.

3 — Na sensação de «desalojados» (que levou muitos cristãos chegados à Universidade a perder a fé), na sensação brusca de «a mais» em que a inexistência de uma «via» paroquial e o forçado afastamento de outras estruturas, colocou então alguns cristãos.

4 — A tomada de consciência que era necessário quebrar com um certo comportamento clássico de pedir soluções préfabricadas e, pelo contrário, que era necessário construir essas soluções por nós mesmos, buscando em comunidade aquilo que até então se fazia mais ou menos ao sabor do imprevisto.

A trágica (pelas suas consequências) constatação diária destes problemas encontraram bruscamente, há cerca de dois anos e meio, a situação favorável para o aparecimento de uma tentativa comum de solução; assim apareceu na

Páscoa de 1965 a ideia e no princípio de 1966 o grupo.

B) Formou-se assim uma estrutura que congregava pessoas empenhadas em acções muito diversas, tendo de comum apenas a necessidade de aprofundamento, em comunidade, no campo religioso, e de um apoio para a acção. Assim definiram-se as suas principais características:

1 — Estrutura de aprofundamento religioso, de renovação litúrgica e de troca de experiências através do diálogo.

2 — Apoio aos cristãos empenhados em acções concretas na Universidade na medida em que lhes possibilitava um aprofundamento religioso e uma reflexão sobre a Igreja no mundo.

3 — Comunidade viva a que cada um se sentia ligado efectivamente, e através dela a toda a Igreja.

4 — Estrutura democrática em que todos os cristãos podiam participar e em que duas ou três pessoas escolhidas por todos tinham a missão de providenciar pela realização daquilo que todos decidiam.

C) Essencialmente procurou-se através do diálogo e da troca de experiências, um apoio, uma inserção na Igreja e um aprofundamento religioso; procurou-se também, não substituir outras estruturas, mas completá-las, começando precisamente nos seus limites, como apoio aos empenhamentos particulares e concretos, que saiem do campo da ge-

do amanhã, que retoma o passado à luz da experiência presente, sabe encontrar a Esperança nas correntes profundas da história.

Mas não num desfazamento com o tempo presente: é a coragem e a franqueza para medir numa dialéctica permanente e dolorosa o presente com o Reino do futuro, que brota daquele sentido do eterno. No A. T. as promessas de castigos ou de bênçãos pretendem provocar a actividade dos homens que vivem os mesmos «hoje e agora» do profeta. O profetismo radica-se sobretudo nesta capacidade de perceber o momento que passa, de tornar presente e compreensível a Boa Nova aos homens que vivem em determinado lugar com determinados problemas; tomando os factos brutos *interpreta-os* à luz do contexto da revelação. A Palavra *liberta* das ambiguidades e obscurantismos torna-se por uma vez luminosa. Deus fala ao homem.

Os profetas desconcertam pelo compromisso com o seu tempo, pelo afrontamento da realidade concreta dos seus contemporâneos. Se lermos a Bíblia, verificamos que os profetas são homens profundamente informados da situação político-económico e social do País. Agindo em nome de Deus tomam posições concretas contra os ricos, contra o Egipto, pela Babilónia. É com tanta energia que João Baptista enfrenta o seu chefe de estado — o rei Herodes — que este acaba por mandar cortar-lhe a cabeça. E. Jesus, o Filho de Deus, ao mesmo tempo que chama raposa a Herodes (Lc. 13,32) e denuncia os ricos, a injusta detenção do poder nas mãos da pequena oligarquia dos escribas e fariseus (Mt. 23,1-36), beatifica os oprimidos, os pobres, os sedentos de justiça, os perseguidos.

Terceiro aspecto — Esta inserção no tempo, nascida do encontro com Deus,

da abertura total aos outros, é realizada com base no Evangelho. Tudo é afirmado, tudo é contestado em nome do Evangelho (Evangelismo). O essencial do Evangelho que se estava perdendo é retomado no presente, é recuperado na sua pureza e absolutismo. Sabemos que a primeira, a única pode-se dizer regra de S. Francisco são alguns versículos do Evangelho. Não é um novo regulamento que ele pretende: «Não me faleis da regra de S. Bento, nem nas de Santo Agostinho ou S. Bernardo, nem de nenhuma outra forma de vida senão daquela que o próprio Senhor misericordiosamente me mostrou e deu.»

Como no A. T. toda a pregação profética tem por última finalidade restabelecer, renovar e aprofundar a aliança do Sinai entre Yahwe e Israel. O profeta anuncia os acontecimentos de salvação através duma imagem, tirada do passado hebreu, que é transfigurada e engrandecida. Assim se fala na nova aliança por referência à antiga (Jer. 31,31) no novo êxodo em analogia com a saída do Egipto (Jer. 53,11s.)...

A Igreja é pecadora quando a sua linguagem não souber expressar a novidade de Deus

---

A Igreja não pode de nenhum modo perder de vista que é um povo pecador e peregrinante, um povo na impossibilidade de instalar-se como se o futuro reino já tivesse acontecido como se a perfeição e fidelidade já fossem cristalinas. Servo humilde e nómada. A preocupação da vigilância, de «estar acordado» deve dominar porque o seu Senhor vai vir. Um povo que

neralidade e que são as grandes opções de que cada um é responsável, procurando apenas contribuir em comunidade para uma maior fidelidade ao Espírito dos Evangelhos numa vital construção do nosso século.

Simultâneamente, procurámos ser o reflexo da capacidade de um laicado adulto responder responsàvelmente aos problemas do nosso tempo exigindo sempre aos padres que connosco têm trabalhado que sejam não os condutores nem os orientadores dessa construção, mas realmente os sacerdotes da comunidade.

Finalmente um último ponto que nos parece importante destacar é a preocupação sempre presente e sempre constante de abrir o grupo a todos aqueles que quizessem participar connosco desta experiência de procura adulta duma maior fidelidade a Deus, através dos diversos empenhamentos concretos de cada um.

D) Para terminar este breve testemunho em que procurámos dar-vos um pouco da nossa vida nestes dois últimos anos, uma palavra para o futuro.

Esperamos ver aparecer outros grupos em que leigos procurem responsàvelmente as suas soluções.

Quanto a nós, procuraremos manter-nos fiéis aos nossos objectivos mudando para isso aquilo que nos exigir este nosso tempo que tão profundas remodelações nos parece prometer. No entanto, quando acharmos que fomos ultrapassados pelo tempo, que o nosso

grupo é ineficaz, procuraremos outras formas concretas de realizar esta tremenda vocação de cristão e esta terrível complementaridade: a fidelidade a Deus através da sua criação, e a fidelidade à Criação através de Deus.

No fundo o que interessa é procurar, e termos a coragem de nos pôrmos constantemente em causa, procurando a perfeição estática da eternidade, através do movimento contínuo da vida.

Em resumo, este grupo é apenas a nossa expressão da Esperança na capacidade da Igreja ser Mãe de todos os homens.

RUI SILVA NEVES

Portalegre, 1963-68

- O projecto de Promoção Humana e Evangelização do Graal iniciou-se em Outubro de 1963 em duas aldeias dos arredores de Portalegre.
- O projecto cobre actualmente, através de actividades de vários tipos, todas as aldeias do concelho de Portalegre e parte do concelho de Marvão (total: 15 aldeias).
- Trabalham actualmente no projecto 15 estagiárias e profissionais a tempo inteiro (Agentes de educação familiar, auxiliares sociais, assistentes sociais) e uma equipa de voluntários (empregados ou estudantes de vários estabelecimentos de ensino da cidade, na sua maior parte).

Quem conheceu há cinco anos as aldeias da cintura de Portalegre e hoje está no mundo, mergulhado no profano mas que não é deste mundo (Jo. 17,16).

Ser profeta é tomar o Senhor a sério: «o Reino dos Céus é semelhante ao fermento que uma mulher toma e mistura em três medidas de farinha para fermentar toda a massa». «Sois o sal da terra; se o sal perde a força com que se há-de ele salgar?» «Sois a luz do mundo; não vos escondais debaixo do alqueire» (Mt. 13,33; 5,13-14).

O pecado consiste na fuga a esta missão — alheando-se no mundo ou profanando-se com os seus modos de agir e pensar. Em todas as vezes que não for profeta, em todas as vezes que tiver medo da sua extraordinária missão de fermento, de luz, de sal da sociedade.

Ao contrário da antiga lei onde as funções eram exercidas por pessoas diferentes, hoje é todo o Povo de Deus que é sacerdote e profeta. É importante que entre nós a dimensão cultural não absorva a profética, que se restabeleça o equilíbrio dialéctico entre ambas. Uma renovação conciliar que se afunilasse na liturgia viria alienar mais. O povo sacerdote tem de ser também profético, tem de, em troca duma evaporação angélica das realidades terrestres, escolher a interpelação — o compromisso na problemática quotidiana e essencial do homem da rua. É esta dimensão messiânica que qualifica divinamente a Igreja, porque é aí que ela testemunha a novidade de Cristo — os homens são irmãos, filhos do mesmo Pai.

A Igreja também é pecadora quando vive formas de cristandade que implicam ambiguidade com o espírito do mundo quer identificando-se irremediàvelmente com civilizações ou humanismos, quer aparecendo ligada aos poderes do dinheiro. Uma Igreja «estabelecida» e estática esquece-se que o Evangelho é fermento, que a uma evangelização em massa e em ri-

mas de números tem de escolher uma missionação efectiva do homem todo, feita no encontro de homem a homem, personalizante e não anónima portanto.

É ainda pecadora todas as vezes que se compromete ou identifica com as ordens estabelecidas, sejam elas de direita ou de esquerda. Porque em todas elas, sempre imperfeitas, cabe-lhe ser sinal do Reino futuro, cabe-lhe a parte revolucionária de pela palavra e exemplo contestar o que não é reino futuro, o que não é evangélico.

Peca também quando, ao testemunho do Filho do Homem através do amor total aos outros, preferir distrair-se na sua apresentação, na segurança duma casa bem arrumada, no cuidado de manter a engrenagem e estabilidade de instituição. Isto é, como uma esposa que gastasse o seu tempo a tratar da «maquillage» esquecendo o marido e os filhos, esquecendo que «primeiro deve procurar o reino dos céus e a sua justiça» (Mt. 6,33).

Pecadora ainda todas as vezes que à comunhão fraternal sobrepõe uma ambiência de autoritarismo; ao acontecimento o institucionalismo. Porque a instituição, a hierarquia são por vontade do Senhor manifestação e serviço dessa comunhão fraterna.

Será ainda pecadora quando ao testemunho efectivo da palavra de Deus preferir as eficácias e glórias humanas. Uma Igreja pobre que realize a pobreza no que isso tem de fundo e consequente não se sentirá bem nas riquezas acumuladas, nas pompas eclesiásticas, nos prestígios e protocolos. Sobretudo não argumentará que é para melhor evangelizar o povo — seria desprezá-lo. Esquecida de paternalismo tomará as pessoas tão a sério que descobrirá que elas necessitam é do Evangelho.

Não se diga que isto é secundário. É na apresentação, na linguagem que Deus se expressa hoje. *Não é aqui que se centra*

voltar a visitá-las, notará talvez poucos sinais exteriores de transformação socio-económica. As populações continuam a viver segundo o esquema típico das comunidades sub-desenvolvidas, e os índices de progresso podem passar despercebidos a um olhar pouco atento.

Mas se, como nos pede a Populorum Progressio, não avaliarmos o desenvolvimento apenas pelos sinais visíveis de melhoria das condições de vida material, tornar-nos-emos sensíveis a certas mudanças de atitude, por parte das populações locais, que nos revelam um progresso ao nível do «ser mais».

Há anos, ao chegar a Alegrete, surpreendia-nos a passividade com que jovens, velhos ou crianças encaravam as carências e dificuldades da vida da povoação — incapazes mesmo de reconhecerem as suas reais necessidades e de formularem os seus desejos e aspirações; hoje, perante a hipótese de qualquer novo empreendimento, a atitude é completamente diferente: em vez da conformação resignada com o «sempre assim foi», começa a afirmar-se a convicção de que o progresso é possível. Não lhes foi possível encontrarem-se para discutir os problemas mais urgentes e criar comissões para os resolverem? Não foi uma desssas comissões, com o apoio de toda a população, que conseguiu trazer para a vila, pela primeira vez desde há 40 anos, um pároco que trouxe a toda a vida cristã local um dinamismo novo? Não foi outra comissão local, que deu todos os passos para instalar um centro infantil,

que hoje é orientado por raparigas da terra, que para isso receberam a indispensável preparação?

Na freguesia da Urra, a confiança da população começou a ser desperta através de um trabalho de tipo artesanal, para mulheres que até então só tinham conhecido a insegurança e a dureza do trabalho dos «ranchos». Com a colaboração de uma proprietária local, o centro de tecelagem do lugar de Caia (Urra) tem hoje uma actividade intensa, e as mulheres têm tomado progressivamente responsabilidades cada vez maiores no seu funcionamento e direcção. São certamente ainda insignificantes os produtos do centro colocados no mercado, mas para além do trabalho material realizado, não foram em vão as longas horas passadas a discutir em grupo o tipo de fio ou a qualidade da estopa a empregar. Foram elas que ajudaram a vencer o individualismo ancestral e fizeram acreditar que vale a pena fazer qualquer coisa em conjunto.

Fruto do mesmo espírito de colaboração nascente é também a instalação e manutenção da cantina escolar, na qual estão empenhadas todas as famílias das crianças.

Em S. Bartolomeu, na periferia da cidade, começou-se por um «mini-centro» social que a gente do bairro pediu ao Presidente da Câmara, e onde passaram a realizar-se actividades diárias, sobretudo para crianças, mas onde os jovens e adultos querem também fazer o seu centro de reunião. A direcção do centro é eleita pela população do bairro e pode acontecer (já aconteceu)

todo o problema? É de actos visíveis que todos nós necessitamos. Actos que tenham a força da comunicação, palavras, frases, actos, através dos quais Deus-fale-hoje-ao-homem — indo de encontro à situação, aos acontecimentos e à linguagem do cidadão português. Dizer o contrário é aceitar a saída para todas as evasões, aceitar que a transcendência possa ser diferente da incarnação.

Torna-se sobretudo pecadora quando a opacidade a leva a esquecer que é pecadora e peregrinante. Sob a condução do Espírito a conversão à santidade vai-se realizando. N'Ele já a proclamamos santa (credo). Não é Ele Espírito de verdade? D'Ele nasce o aprofundamento, o enraizamento da Palavra no hoje e agora ao conduzir à verdade toda. Porque o Paráclito como diz Jesus «há-de receber do que é Seu e no-lo anunciará» (Jo. 16, 15).

Hoje é o tempo do trabalho indiscreto do Espírito

Se o Povo de Deus é o sal, fermento e luz, deve-o ao Espírito merecido por Cristo. Profundamente Ele age. «Partilhando os seus dons como quer» (I Co. 12) para que sempre mais lúcidas e humildes as comunidades possam eficazmente estar presentes ao mundo como Palavra de Deus.

Os carismas não são apanágio dum estado de vida ou profissão, nem mesmo são privilégio da hierarquia. São dons que o Espírito distribui «como quer» «para bem de todos».

A condição de peregriante confunde-se com a de pecadora, com a constante exigência de conversão. *Uma Igreja assim aspira e aceita os profetas no seu seio.*

É a exigência da fidelidade ao Senhor, ao Espírito.

Vivemos num tempo de viragem. Por um lado descortinamos a rotina e a instalação com uma agudeza sem fim — por outro tudo parece querer nascer de novo. Uma sociedade feita de contradições. *É o tempo do trabalho indiscreto do Espírito.* Verifica-se ao longo da história da Igreja que é em épocas idênticas que a acção do Espírito se torna mais palpável. Não é hoje mais compreensível a gratuidade do Dom a que o povo judeu aspirava? Não se percebe melhor o convite de S. Paulo aos cristãos de Corinto de aspirarem ao profetismo? (14, 1 e 39). A família de Deus tem Cristo como pedra angular, funda-se sobre os Apóstolos e profetas (Ef. 2, 20). Não é natural que a nossa Igreja também aspire aos profetas?

Quem é o homem profeta?

O profeta não é um analista ou construtor de sistemas. Intui de preferência a dar soluções. Possuído pelo amor dos outros que o torna filho de Deus Pai entrega-se com radicalismo à revisão e contestação do não-evangélico nas pessoas e nas instituições. É o homem da verdade integral que recusa a diplomacia, as habilidades comprometedoras. Com profundidade e simplicidade quase ingénua ele liberta o povo adormecido, para a sua tensão de sinal e sacramento da história.

Como age? Há no Antigo Testamento duas formas de pregação profética — oral e vivida.

O profeta é o pregador, o arauto de Deus que proclama a mensagem sob a forma de maldição (ameaça) ou de bên-

que o presidente da direcção seja um operário que mal sabe ler e escrever, mas no qual todos reconhecem qualidades de iniciativa e de direcção. (Ainda num dos anos passados aconteceu que em certa ocasião de festa no centro o presidente da direcção quis fazer um discurso. Como não sabia ler correntemente, ditou o que queria dizer e decorou o discurso!)

Em certas aldeias foi sobretudo a realização de campanhas, como a de Higiene da habitação e da Higine da alimentação, que abriu as portas a uma mudança de hábitos e de mentalidade. Noutras, foram as actividades com jovens que levaram à descoberta de talentos novos e à estruturação de grupos — sobretudo de teatro — onde as tarefas e as decisões são partilhadas por todos. E assim se faz uma educação da responsabilidade.

No campo da evangelização, os sinais de crescimento são ainda mais difíceis de enumerar, não porque sejam menos reais, mas porque o que se tem procurado é, não tanto a prática religiosa em massa, mas uma abertura de cada um que leve a uma adesão pessoal à fé. Os encontros informais (onde quer que seja, mesmo na taberna), os cursos organizados em diferentes aldeias (quem poderia imaginar há 5 anos que hoje um membro do Graal orienta um grupo de 15 pessoas, que se reune regularmente para estudar na Bíblia os principais passos da História da Salvação?), todo o trabalho de animação da vida litúrgica local — são apenas sinais exteriores de uma acção cujos frutos nascerão sobretudo do diá-

logo fraterno em que se procura que a Palavra revelada seja, antes de mais, a Boa Nova da salvação e da realização dos homens.

Através de todas estas e muitas outras actividades, o Projecto de Promoção Humana e Evangelização do Graal só tem um objectivo: contribuir para a promoção humana das populações, tornando-as mais capazes de pensarem e agirem por si, de forma a que possam ser *sujeito* e não apenas *objecto* do seu próprio desenvolvimento; e despertá-las para uma fé consciente e pessoal.

Não será isto uma expressão do esforço que por toda a parte a Igreja hoje faz no sentido de estimular o homem, *todos os homens,* para o rendimento máximo das suas capacidades humanas, que é condição da visibilidade do Reino de Deus na terra?

Numa cadeia, 1967-68

Muitas pessoas, incluindo os próprios cristãos, olham para uma cadeia sem a devida atenção e até mesmo com um certo desprezo. Numa delas, nos arredores de Lisboa, passam centenas de reclusos por ano. São na sua grande maioria, cerca de 80 %, jovens pouco evoluídos culturalmente e não menos amadurecidos humanamente. Vêm sobretudo de meios rurais para centros urbanos, deslumbrados por um estilo de vida diferente, mais sedutor, onde domina o dinheiro e o desejo febril do poder.

ções (promessa). Então «A sua boca torna-se fogo devorante e martelo destruidor» (Jer. 5. 14; 23, 29). A pregação oral é ilustrada muitas vezes por acções simbólicas; assim Jeremias andou durante semanas com o jugo na nuca (Jer. 27,1ss). Mas para Oseias é a própria vida conjugal — casado com uma prostituta — que Deus exige para exprimir o seu muito amor por Israel. A vida do profeta torna-se um sinal existencial (Is. 8, 18) simbólico, uma palavra viva e contínua de protesto e de amor. O Baptista no deserto alimentando-se de gafanhotos. Mas sobretudo toda a vida de Cristo do princípio ao fim.

O profetismo porque não tem estatuto é um fenómeno ambíguo. «Os profetas não são pessoas em repouso fácil, as instituições não os apreciam muito. Na Igreja, em todos os tempos o seu carisma foi por um lado desejado e por outro rejeitado» (Chenu). Convém destacar no entanto que normalmente não se reveste de formas espectaculares, (I Co. 14) a incarnação conduz mais para os caminhos ordinários e humildes de aniquilamento pessoal — para a prisão, para a cruz.

Mas qual o critério decisivo da autenticidade dos profetas? Como distinguir os verdadeiros dos falsos? Ele é o homem que sofrendo no seu corpo a tensão de fidedade a Deus e de fidelidade à comunidade permanece solidário de ambos (um demagogo ou um idealista desincarnado não é profeta). É esta fidelidade a Deus e à Igreja, comunhão fraterna e sociedade hierárquica que serve de diapasão de Espírito de discernimento — presente no Povo de Deus (I Co. 12; L. G. 12).

É necessário acorrer às disjunções entre fé e vida, em que todos vivemos um pouco mergulhados, e operar a unidade — ter fé tem de ser um estilo de vida. *É preciso com olhos de 1968 reler o Evangelho.*

Povo profeta é aquele que vive no mundo a loucura da cruz

A comunidade dos que vivem e acreditam no Amor (I Co. 3, 5) não tem outra referência que não seja a loucura da cruz. A esperança só pode repousar no poder do Amor em forma do escravo crucificado que é Jesus Cristo. O Povo-Palavra hoje em Portugal só pode escolher «renunciar a si mesmo e tomar a cruz perdendo-se pelo Senhor e pelo seu Evangelho» (Mc. 8, 34-35). «Os cristãos estão com Deus na sua Paixão. Eis o que distingue os cristãos dos pagãos. «Não podeis vigiar uma hora comigo?» pergunta Jesus em Jerusalém. É o inverso de tudo o que o homem religioso espera de Deus. O homem é chamado a sofrer com Deus do sofrimento que o mundo sem Deus inflige a Deus... Não é o acto religioso que faz o cristão, mas a sua participação no sofrimento de Deus na vida do mundo.» (Bonhoeffer).

Normalmente há muito cuidado em pronunciar com os lábios o que não se confessa com os actos. Convém que o essencial evangélico seja retomado na tensão da totalidade do acto para a Palavra proclamada. Hoje os sinais só fecundarão se tiverem a força da vida, se o sinal for a vida. A proclamação da Palavra de Deus necessita de discursos e sermões claros; mas Ela é antes de tudo a actualização viva do Evangelho. Actos proféticos só serão aqueles que empenham a totalidade da vida. Na tensão escatológica de quem espera a vinda e o julgamento, o exame de consciência não pode ser outro que o proposto por Jesus Cristo em Mateus, 25. *Reconhecer-nos-á Ele?* — Eis a pergunta

Ora, este facto, aliado a uma desagregação familiar, leva-os a procurar emoções fortes, impulsionadas pelo espírito de aventura, muito próprio da adolescência, resultando, daí, certos raptos de automóveis e esturpo. São em regra os crimes próprios da delinquência juvenil.

Em certa medida, não se pode deixar de inculpar a sociedade, que não lhes dá a garantia necessária para uma realização pessoal, uma procura de verdade, bem manifesta na sinceridade com que põem os seus problemas.

É neste ambiente, ao mesmo tempo doloroso, mas cheio de experiência humana, que está um colega nosso a fim de, inserido no meio, poder ser um sinal do Reino.

Eis o seu testemunho:

«Quis aproveitar este ano de formação pastoral, por amor a Cristo e aos homens, para me tornar sinal vivo do Reino, no meio dos irmãos privados de liberdade.

Quero e procuro ser testemunha da presença do amor e misericórdia do Senhor no meio destes irmãos para fazer nascer neles a luz, a chama da esperança porque sofrem a incompreensão, o erro e a ignorância deles e, muitas vezes, da sociedade acomodada, quando trilha o caminho da fraternidade e da paz.

Por isso comungo com eles a sua vida diária: de cela, de alimentação e vestuário, de trabalho, preocupações, dor e sofrimento. Quero ser vítima, por eles, por aqueles que estão algumas vezes na origem da sua situação de privação, dor e sofrimento que os

levam frequentemente a um certo desânimo; vítima, imagem de Cristo na Cruz, tendo como companheiros de morte dois presos como estes, e a um dos quais o Senhor prometeu a vida eterna; vítima por amor a Cristo, como «voz que clama no deserto» regeneração e reintegração desses membros da sociedade tornados mortos, mas, sem os quais ela não está completa.

É a essa sociedade cativa, que precisa de ser iluminada pela esperança, para que seja tornada livre, operante, honesta e responsável, que quero, por vontade do Senhor, servir de sinal vivo e eficaz na Incarnação de Cristo, da presença do Deus feito Homem, para tornar-lhes visível o caminho da Salvação. Mas, não sou eu só, sois vós todos em Igreja e como tal que estão presentes em mim e comigo, perante estes homens. Sou um com e como eles, convosco em Cristo.

Por isso, esta Igreja cativa, através deste simples testemunho, apela para vós — cristãos e homens de boa vontade — para que reflictais nas responsabilidades, que como Igreja livre que sois, tendes para com estes irmãos presos e para com este vosso irmão — que quer ser sinal do Reino de Cristo e que nunca o poderá ser se vós não levardes a vossa vida de cristãos verdadeiros e conscientes no lugar onde Cristo vos pôs e quer, na sociedade.

Para todos — estes irmãos e vós mesmos — Deus prepara a cada momento uma vida eterna.»

LUÍS MARQUES DE SOUSA

a que a comunidade cristã tem de responder. «Pois todas as vezes que fizestes (ou não) isto a um destes meus irmãos mais pequeninos foi a mim mesmo que o fizestes (ou deixastes de fazer), Mt. 25, 40 e 45. *A nossa Igreja será profética se mais que pronunciar com os lábios «Jesus Cristo» escolher perder-se tão doida e loucamente pela causa dos mais pequenos dos portugueses, que o seu Senhor, escondido neles a reconhecerá.*

Atentos aos sinais dos tempos na nossa sociedade, não é a este «escândalo para os judeus» e esta «loucura para os pagãos» (I Co. 21, 22-15) a que o Espírito hoje nos chama, como a Cristo há dois mil anos? Não há outra possibilidade de Ressurreição.

Na eficácia do amor pelos pequenos deste mundo leremos o sinal duma Igreja profética

---

Como João, há o direito de perguntar: «és Tu o que deve vir ou devemos esperar por outro?» A resposta da Igreja em Portugal não pode ser diferente da de Cristo: «Ide dizer a João: os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos são limpos, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e o Evangelho é anunciado aos pobres» (Mt. 11. 25). É pelos deserdados deste mundo, os desiludidos, os oprimidos e presos, os operários, os emigrantes, os que vivem nos bairros de lata, os que sofrem, os sem cultura, que se aferirá a verdade do sinal messiânico — profetismo — do Povo cristão.

Não num exclusivismo pelos pobres. O mandamento do Amor permanece univer-

sal. Mas porque «aquilo que é de baixo nascimento e desprezível aos olhos do mundo é que Deus escolheu para confundir os sábios e os fortes» (1 Co. 1, 27-28).

Inversamente, recebendo antes de dar, serão os pobres que tornarão a Igreja atraente e digna do seu Esposo. Dar-nos-ão audácia nas urgências e ao mesmo tempo o sentido do provisório diante das dificuldades e do imenso trabalho a realizar. São eles o sinal de Deus no tempo que passa.

Pobre de habilidades e não possuindo «nem ouro nem prata» o Espírito terá espaço para humildemente continuar a obra de salvação do mundo. E porque connosco está Aquele que nos preenche continuaremos «a dar graças ao Pai porque escondeu as maravilhas aos sábios e inteligentes e as revelou aos humildes» (Lc. 10,21) pois hoje os continua a exaltar e a derrubar os poderosos (Magnificat...).

E segundo a promessa do Senhor os irmãos de Cristo «já neste mundo receberão o cêntuplo em casas, irmãos, pais, filhos e campos juntamente com perseguições e no tempo que há-de vir a vida eterna» (Mc. 10, 28ss.).

No ano da fé impõe-se com energia esta necessidade de purificação, de conversão ao profetismo a que já em 1917 três pobres crianças nos convidadavam.

Há que provocar um renascimento do radicalismo evangélico em todos os domínios da vida, nas relações pessoais e nas estruturas, no âmbito social-económico e político. Ao egoísmo e ao individualismo convém opor a força de grupos espirituais que no Evangelho encontrem a coragem do «pôr tudo em comum» simbolizada na Eucaristia — e a coragem dos cristãos pode dar esperança aos que a perderam! Ao desnivelamento económico- social convém opor a sede e a fome concretizadas da justiça, à guerra a construção da paz, à intolerância a mansidão, ao materialismo a pobreza de coração (Bem-Aventuranças). Com a intensidade e violência próprias dum frescor evangélico recuperado.

As «alegrias e tristezas», as tensões e problemas do meio português são outros tantos sinais dos tempos. A Igreja precisa de profetas, de santos: «O carisma que se desenvolve na Igreja dos Apóstolos entronca no profetismo do A. T. para entrar na mística que nos oferece a história da Igreja: Ela é o grande lugar que une um ao outro» — (Von Balthasar). Na lógica do Espírito são eles que descobrem a imaginação e a coragem para desencadear os movimentos evangélicos generalizados.

E talvez que eles não nos tenham faltado apesar do povo de Deus ter discernido o seu último santo português no século XVIII. Dentro da ambiguidade que tal carisma envolve não seria «discernível», entre outras vidas humildes e assim eficazes, aquele rapaz que foi viver com os presos, os universitários que se fizeram em grupo para informar a Universidade, o grupo que trabalha na promoção dos pobres, as comunidades operárias do Regnum Dei... Talvez que para lá de vocações particulares seja o início, o desencadear dum novo estilo de presença da Igreja no mundo. Um modo actual evangélico de proclamar a Palavra de Deus em Portugal.

CAMIONAGEM **CLARAS** **TORRES NOVAS**

Carreiras de passageiros / Circuitos turísticos - Portugal e estrangeiro / Autocarros para alugueres / Autocarros para excursões / Automóveis de aluguer / Transportes de carga

Sede em Torres Novas, no Largo General Barracho, n.º 16 — Telefone PBX n.º 22003

FILIAIS EM: **ABRANTES** — Rua N.ª S.ª da Conceição - Telef. 36. **ALCOBAÇA** — Rua de Leiria - Telef. 42221. **ALCOENTRE** — Rua Principal - Telef. 16. **BOMBARRAL** — Largo da Câmara. **CALDAS DA RAINHA** — Rua Coronel Soeiro de Brito - Telefs. 22067/68. **CHAMUSCA** — Rua Cândido dos Reis - Telef. 76273. **COVA DA IRIA** — Telef. 47211. **LEIRIA** — Largo 5 de Outubro - Telef. 22376. **LISBOA** — Rua Cidade Liverpool, n.º 14-C - Telef. 84 20 66. **LOURINHÃ** — Largo António Granjo - Telef. 104. **MARINHA GRANDE** — Avenida Nova - Telef. 98417. **NAZARÉ** — Avenida Vieira Guimarães - Telef. 46172. **PENICHE** — Praça Jacob R. Pereira — Telef. 99133. **RIO MAIOR** — Largo da Praça - Telef. 33. **SANTARÉM** — Campo Sá da Bandeira - Telef. 449. **TOMAR** — Avenida Torres Pinheiro - Telef. 32710. **TORRES VEDRAS** — Avenida 5 de Outubro - Telef. 22. **VILA FRANCA DE XIRA** — Largo da Estação - Telef. 295. **VILA NOVA DE OURÉM** — Avenida Nuno Álvares Pereira - Telef. 42132.



AU SACRÉ CŒUR

O MAIS BEM SORTIDO ESTABELECIMENTO DE ARTIGOS RELIGIOSOS DO PAÍS

ALBERTO DE ALBUQUERQUE DOMINGOS

181, Rua dos Sapateiros, 183

(Vulgo Rua Arco Bandeira)

PRATAS

SINOS

Telefone 3 36 13

LISBOA - 2

S T C V J

TEM DE TUDO QUE À IGREJA SE DESTINA

CASA NUN'ALVARES

Rua de Santa Catarina, 630

PORTO

ARTIGOS RELIGIOSOS
LIVRARIA
TIPOGRAFIA
PARAMENTARIA
PRATAS LITÚRGICAS

Requisite catálogo grátis com 207 páginas e mais de 300 desenhos

Teresa Martins de Carvalho

Uma Tensão na Igreja

Há uma ruptura entre os cristãos, há um ruptura em cada cristão: fidelidade ao Evangelho ou fidelidade a esta Igreja? Como viver o sinal do Cristo na Cruz: fidelidade a Deus no amor aos seus irmãos?

O diálogo ecuménico pode ser extraordinàriamente enriquecedor para aprofundar esta questão.

Ninguém poderá negar que no interior da Igreja existem hoje fortes tensões. É um facto e é até um lugar-comum afirmá-lo, tão evidente ele nos parece, como evidente e lógico nos parece também que tenham surgido numa Igreja que se propõe renovar-se, marcos reveladores da sua vitalidade. Se ela pretendesse renovar-se calmamente, sem conflitos, apenas o faria em aparência, sem ir ao fundo de si mesma. A purificação e a volta às fontes, supondo o despojamento e a ascese, consequentemente provocarão as reacções medrosas do comodismo, do hábito e do saudosismo.

Já alguém chamou à estrutura exterior da Igreja o «túmulo de Deus» (1), de tal modo nela são mantidos de pé elementos, bem decorativos e folclóricos, é certo, mas já vazios de significado e portanto carga já não só inútil mas até prejudicial. Seria talvez mais justo chamar-lhe o «mausoléu de Deus», em homenagem à riqueza estética e monumental de todo o aparato eclesial, desde as catedrais góticas e o canto-chão,

até ao cerimonial do Vaticano e às chamadas «grandes manifestações de fé».

Quem, sob o sopro do Espírito, se definiu a si mesma, essencialmente, como sendo, «em Cristo, como que o sacramento, isto é, simultâneamente sinal e instrumento da união íntima com Deus e da unidade de todo o género humano», (L. G. 1) e na prática continua revestida de rubricas e juridismo, de reverências e burocracia, de auto-suficiência e costumes, não pode admirar-se de ver desencadear-se, dentro de si, certa fúria iconoclasta, incidindo espectacularmente neste aspecto «exterior» que encobre e sepulta a face do Deus revelado.

O endurecimento de posições

Mas no conflito surgido, nem sempre as posições se apresentam claramente definidas pois no calor da luta saltam muitas vezes para fora dos limites razoáveis que as explicariam ou das intenções originárias a que se tinham proposto. Assim, vemos uma instituição fortemente hierarquizada, alicerçada em costumes e no hábito do poder, intitular-se única guarda da tradição evangélica quando a ela ferozmente se opõe a maré enchente dos «católicos esclarecidos» que a coberto da busca de linguagem adequada para o Evangelho já não pretendem informar essa instituição mas substituir-se a ela.

Neste endurecimento das posições vai-se assim mais fundo e mais longe. Já não se trata de simples vontade de varrer a casa de velharias ou de pronunciado gosto por antiguidades... Certa hierarquia e com ela todos os que escolhem a segurança fácil de serem «hierarquizados» contestam ao ardor inovador de certa camada de cristãos o selo do Evangelho e a moção do Espírito Santo, chamando-lhes simplistamente orgulhosos e insubmissos e denunciando-os como atordoados pelo sabor da novidade e prontos a cair nas armadilhas do Maligno. Por seu lado, essa camada de cristãos, ferida na sua «experiência» religiosa mais funda por esta injusta e desastrada contestação, passa por sua vez a contestar essa instituição que, incapaz de ler «os sinais dos tempos», continua a fechar-se sobre si própria, tornando-se infiel em nome da fidelidade.

A opinião dos jovens

Certa revista americana publicou recentemente o resultado de um simpósio acerca da Igreja e em que se registavam as opiniões de alguns jovens universitários. Todas as atitudes para com a Igreja-instituição eram sem excepção extremamente duras, indo desde a censura e a acusação até ao desprezo e ao abandono. «Existe muita hipocrisia e nela existiu há séculos. Os homens da Igreja falam em termos nobres e com linguagem nobre mas os seus actos estão longe de serem nobres...» «Nós os novos somos extremamente idealistas e esperamos que esta velha e venerável instituição, a Igreja, seja tão idea-

lista como nós. Em vez disso ela escolhe ser «realista». Naturalmente os novos sentem-se frustrados. Alguns ficam com a Igreja mas muitos ignoram-na ou fazem de conta que não existe.» «... Somos americanos; somos uma Igreja americana. Não somos uma Igreja italiana e é essa a razão porque nos importamos pouco com o Papa. Ressentimo-nos por termos um italiano ali sentado dizendo-nos como se deve governar a Igreja na América. E não é só isso. Também nos ressentimos por termos um bispo de uma grande cidade que nos diz como devemos adorar a Deus numa cidade pequena. Preferimos juntar-nos numa comunidade com pessoas da mesma mentalidade e adorarmos a Deus do modo como acharmos que o devemos fazer...» «O problema é muito profundo. Diz respeito à honestidade. Os jovens que estão comprometidos com o mundo contemporâneo sentem-se traídos por gente que se acomoda, que rodeia os problemas e que não agarra as coisas com honestidade.» «Hoje os estudantes já não se preocupam tanto em tentar reconciliar a Igreja histórica com a sua visão da realidade. Estão muito mais interessados em viver vidas válidas e estarem no mundo do modo mais pessoal e eficaz possível. Quando muita gente começar a viver vidas válidas como indivíduos, talvez com a pessoa como valor último, então as estruturas começarão a exprimir-se de maneira válida.» (²)

Estas reacções e estas maneiras de ver, não são evidentemente apanágio da gente do outro lado do Atlântico mas sabemos que surgem hoje em todo o corpo da Igreja e não só nas camadas mais jovens, em que é normal habitarem o exagero e fúria fácil ao lado da pura exigência de autenticidade. Pedem-nos por isso cuidada atenção.

Em primeiro lugar importa arrumar um pouco a questão e tentar reduzir as armas de uns e outros ao nó principal sobre o qual se amontoam, exarcebando-se às cegas.

O FUNDO DO PROBLEMA

Mais do que nunca é hoje bem visível o estremecimento profético que perpassa na Igreja como se «o povo de Deus», reconhecendo-se na bela formulação da *Lumen Gentium,* tivesse de facto começado a caminhar... Não é de espantar que o bloco monolítico que era a Igreja pré-conciliar sinta os passos embaraçados e grite aos quatro ventos que a desfazem se a põem a correr. Como também não é de espantar que os «iluminados» se irritem com esta mole imensa que, tendo encerrado Cristo em gestos rituais, preocupa-se em dar dele testemunho, é certo, mas prefere fazê-lo beatìficamente sentada...

A acção do Espírito e o «peso da tradição»

A situação é esta e através da imagem tosca que dela damos é possível determinar um ponto central e nevrálgico seguindo apenas as sugestões simples de *permanência* e de *acontecimento* que essa imagem provoca.

A tensão nasce, de um lado, do peso de uma parte da Igreja agarrada à tradição e que, na preocupação de a manter intacta, a torna e se torna imóvel e do outro da impaciência daqueles que, sobretudo atentos à acção imediata do Espírito na construção da Igreja dentro da história e portanto aberta ao futuro, põem em causa a instituição que assim lhes trava os movimentos.

Não deixa de ser curioso verificar, antes de mais, que esta atitude de rebelião em nome da «Luz que brilhou nas trevas» contra a instituição que a põe debaixo do alqueire tem sido sempre tida como tìpicamente protestante. Não se esquecem as veementes abjurgações de Lutero nem a justeza das suas apreciações mas é sobretudo a parte «rebelião» que mais nos sabe a protestante. E isto mesmo quando já se ultrapassou a polémica apologética entre as facções cristãs e quando, na situação clarificada, ressaltam hoje sobretudo acentuações e espiritualidades...

Vale a pena por isso, e visto que vivemos, felizmente, em clima ecuménico, dirigirmo-nos às Igrejas da Reforma e com elas aprender a lição dessa maneira de ser Igreja, com as suas vantagens e desvantagens.

O CONTRIBUTO DOS PROTESTANTES

Do individualismo...

Para o protestante a verdade vem-lhe da palavra que lhe é dita por Deus, ouvindo-a ele aqui e agora. Só Deus a pode pronunciar com autoridade e essa palavra, partindo da transcendência divina, vem tocá-lo na realidade concreta e actual da sua existência. Se o testemunho da verdade está na Bíblia e se a pregação da Igreja se funda nesse testemunho, é preciso no entanto que Deus, pelo seu Espírito, actualize e ilumine no momento a palavra que é dita, tornando assim efectivo o encontro de Cristo com o homem. Daqui resulta, como é óbvio, um apelo constante à responsabilidade pessoal. «As igrejas protestantes preparam e conduzem o homem ao encontro com Deus, anunciando-lhe o Evangelho mas fazem-no como quem conduz alguém à porta de uma casa na qual ele deve penetrar sòzinho. Deixam-no em seguida entregue a si próprio ou mais exactamente a braços com o seu Senhor e com uma decisão que só ele pode tomar.» (3)

...à substituição da responsabilidade

É flagrante o contraste com a «catolicidade» em que o cristão é sustentado e orientado pela comunidade cristã de todos os séculos! Se a vida espiritual do protestante, toda feita de interioridade, visto que os reformadores quiseram que a relação religiosa dependesse *só* de Deus e se estabelecesse *directamente* entre Deus e o homem pecador, como pura salvação pela graça através da fé, acaba por favorecer a inibição e o individualismo, já podemos ver como o católico, sob a vigilância maternal da sua Igreja, fàcilmente cairá na cama fofa da substituição de responsabilidade...

A Igreja-acontecimento, como é natural, acusará tendência para se pulverizar, multiplicando-se em seitas e congregações autónomas para as quais apenas vale o instante em que o Senhor fala, exagerando a verticalidade e a transcendência divina, a Igreja-permanência tenderá para se ossificar, valorizando as «coisas» em detrimento da inspiração em sentido lato, acentuando a horizontalidade da tradição histórica e «tomando posse» da presença de Cristo em vez de a receber como um dom sempre renovado.

O DIÁLOGO ECUMÉNICO

É esta em traços largos a diferença entre a permanência e o acontecimento, mas se se provou ser elucidativo o apelo ao *ser* das Igrejas reformadas, parece-nos ser mais elucidativo ainda lembrar aqui que se foi possível fazê-lo com esta calma lucidez isso se deve ao facto de a realidade já não se estar passando exactamente assim. É preciso ter presente que hoje as várias Igrejas cristãs estão procurando encontrar o caminho da Unidade e neste esforço comum influenciam-se mùtuamente, reconhecendo umas que lhes falta aquilo que é específico das outras e vice-versa.

Redescoberta da Palavra e do Sacramento nas Igrejas

Como diz um distinto pastor presbiteriano português: «Estamos a viver um tempo eclesiológico deveras significativo. Cremos que o Espírito Santo continua a agir dentro da Igreja de um modo extraordinário. No catolicismo romano está-se verificando uma redescoberta da Palavra; no protestantismo, em vários dos seus sectores, está-se assistindo a uma revalorização do Sacramento» (4). Esses mesmos sacramentos — notemos bem — cuja acentuação na tendência horizontal da instituição católica os cristalizou em «coisas» e gestos de tom quase mágico... essa mesma Igreja Católica «abandonada a si própria» na expressão dura de Karl Barth, que, «tendo abolido em si a diferença de plano entra a sua vida histórica e as suas fontes divinas da Revelação deixou morrer em si a tensão entre ela própria

e o seu ideal.» (5) E no entanto é também dessa mesma Igreja que agora falamos quando aqui nos estamos ocupando das terríveis tensões que a dilaceram...

...da comunidade e dos ministérios...

A situação mudou, de facto. Será correcto chamar ainda «reacções protestantes» a estes sobressaltos proféticos dentro da Igreja Católica mesmo quando chegam a implicar a rejeição da instituição? Afinal em nome de quê é ela rejeitada? «Comunidade e ministérios atraiem-se mùtuamente. Nem a comunidade sem ministérios nem os ministérios sem a comunidade formam a Igreja. Também o ministério não deve ser elevado por cima da comunidade de modo soberanamente autónomo: seria absolutismo o ministério eclesiástico e dissolução da única *ecclesia;* nem o ministério deve ser absorvido pela comunidade: seria democratismo iluminado e paralela diminuição da única *ecclesia.* (...) Os dois juntos constituem, para a Igreja, uma estrutura essencial na qual, mais ou menos imperfeitamente, se vive a vida da Igreja.» (6)

Sejamos justos. Ninguém quer destruir uma estrutura essencial da Igreja mas denunciar que a sobrevalorização da instituição pode impedir a manifestação do Espírito — o acontecimento — em todo o povo de Deus.

A MISSÃO DA IGREJA

Mas não é só isso. Esta exigência que a Igreja sente palpitar dentro de si em ser cada vez mais ela própria, segue linha diferente da que levou os reformadores à eliminação da instituição. Eles fizeram-no olhando para a Igreja «em si», hoje quem o proclama justifica-o na busca apaixonada da missão da Igreja, nomeadamente na resolução do dilema complicado da Igreja no mundo e para o mundo. Ora isto é afinal uma dimensão na linha da catolicidade que sempre tendeu para a plenitude em contraste com a linha reformada que é a do limite...

Mas seja ou não seja, cremos no entanto que este é de facto um caminho comum que se está abrindo e que as Igrejas só o poderão percorrer juntas aceitando-se, e aceitando-se correndo o risco de se modificarem umas às outras, ao sopro do mesmo Espírito renovador.

Já hoje vemos as Igrejas protestantes reencontrando uma eclesiologia mais substancial, na redescoberta da dimensão eclesial e na denúncia do individualismo, aprendendo a viver de modo mais comunitário e lançando-se no aprofundamento da noção de tradição.

Do nosso lado, algo de novo simultâneamente aconteceu. Dando lugar de relevo à doutrina do sacerdócio comum dos fiéis — uma coisa tão protestante! — a Igreja Católica abriu de repente a porta a todas as tensões que inevitàvelmente surgem do acesso à maioridade.

Contestar na fidelidade

Maioridade... E, já que chegámos aqui, importa finalmente dizer que essa maioridade só se torna de facto real quando a «instituição» (e com este termo não vamos designar especialmente a hierarquia mas sobretudo todos os «hierárquicos»...), perdendo definitivamente o reflexo de encurtar as rédeas a qualquer assomo de coragem ou de lucidez, passe a reconhecer, em todos, a responsabilidade comum e conjunta na escuta da Palavra de Deus. A esses — instituição —, que por respeito à ordem estabelecida que pode muito bem estar morta ou ter poder de matar, preferem ver abafadas as vozes impertinentes dos que vivem do amor audacioso, a esses — instituição —, que ainda resistem à descoberta da vocação de serviço que cabe a quem está investido de autoridade, por receio do desaparecimento consequente do tão descansativo e sólido espírito de obediência, a esses — instituição —, que para não haver enganos no discernimento dos carismas acham melhor ignorá-los ou reduzi-los ao silêncio, a esses — instituição —, que vivem aterrados com a ideia de que a Igreja se pode desmoronar e se podem dispersar as ovelhas e que por isso tentam tornar tudo mais seguro abolindo a novidade, a esses — instituição —, para quem a existência de tensões na Igreja pode ser sinónimo não de vitalidade mas de morte e que portanto acham mais prudente neutralizá-las, a esses — instituição —, de cujas boas intenções não duvidamos mas em quem descortinamos a carência desequilibrante do arejado, corajoso, confiante e criador espírito do «acontecimento», gostaríamos de repetir simplesmente esta frase de um eminente teólogo católico: «Não é o escravo mas o homem verdadeiramente livre que é capaz de se opor permanecendo fiel.» (7)

---

(1) Robert Adolf — The Grave of God.
(2) The cool generation and the Church — in *Commonweal*, 6 Nov. 67.
(3) Jean Bosc, in *La foi chrétienne*, P.U.F., pág. 35.
(4) Dimas Almeida, «Esboço para uma doutrina dos sacramentos», in *A Voz da Reforma*, Nov. 67.
(5) Y. Congar, in *La Tradition et les traditions*, Vol. II, pág. 221—Fayard.
(6) Hans Küng, Structures de l'Église. D. de Brouwer, págs. 256-7.
(7) Hans Küng, in *La liberté du chrétien*, D. de Brouwer, pág. 85.

Alberto Neto e Joaquim Osório

Viver em grupo o Evangelho

Fomos apanhar dois assistentes diocesanos de movimentos de juventude em plena reflexão sobre a experiência de Igreja que vêm fazendo em grupos. Com eles percorremos um caminho que a cada passo punha em revisão o modo como temos vivido na Igreja.

É esse caminho que aqui vos apresentamos, tentando manter quanto possível a linguagem despretensiosa e incisiva que caracterizou o nosso diálogo.

I — *Revendo a última actividade*

P. A. — Que tal correu este segundo curso do CIVAC? (1)

J. O. — Saí deste segundo curso com a impressão de que foi menos fecundo do que o da semana passada. Reflecti nisso, e penso que o primeiro foi espantoso porque foi a descoberta de um grupo. O segundo foi a aplicação de uma regra, isto é: o grupo dirigente levava a lição bem sabida, até mais bem preparada que da primeira vez, mas não foi tão capaz de fazer com o grupo todo uma redescoberta, daquilo que queria transmitir. Os textos, de S. João (o lava-pés) e Actos (vida das primeiras comunidades), foram escolhidos no segundo dia, depois de no primeiro se ter tentado perceber de várias maneiras, quais eram as tensões que mais marcavam as pessoas presentes e os problemas da vida real que mais as preocupavam. No dia seguinte começamos imediatamente a reflectir em pequenos grupos, orientados por um mais velho, sobre os textos escolhidos. Aí encontraram os temas

(1) CIVAC — Curso Intensivo da Vivência e Animação Cristã.

da *partilha* e do *serviço*, que desenvolveram e concretizaram consoante os problemas postos no dia anterior. O terceiro dia foi todo voltado para a Eucaristia e para a Penitência, porque a Eucaristia e a Penitência são os dois sacramentos que apanham profundamente as duas tensões da vida das pessoas — necessidade de Comunhão e necessidade de Recomeçar. Para os mais novos (este grupo era dos 3.º e 4.º anos do Liceu) tem que se dar muito poucas coisas, mas aquilo que se dá tem que ser muito bom.

No fundo o CIVAC é uma experiência de vida comunitária em que se retomam os grandes temas do Evangelho, e que imediatamente lança para a vida. Acreditamos que a verdadeira comunhão desinstala e que se partilhámos ali do mesmo Espírito, não podemos deixar de nos dispersar, ao encontro dos que, na vida, caminham ao nosso lado.

II
Os grupos de jovens

Aliás, sinto que é isso mesmo que deve acontecer um pouco por todos os nossos grupos. A vida das pessoas, pelo menos das pessoas da cidade, é uma vida extraordinàriamente facetada, que as faz participar de ambientes muito diversos, que muitas vezes as força a mudar de casa, a mudar de amigos, a mudar uma série de coisas. É importante que os grupos não queiram prender as pessoas mas, marcando-as, embora, fortemente por um sentido de comunhão e de partilha, gerem nelas a necessidade de se emanciparem e de partirem para grupos de vida e de partilha que sejam os exigidos pelos ambientes onde vivem. Os jovens são aliás muito mais capazes de o fazer que os mais velhos: é-lhes muito mais fácil entrar singelamente em contacto vital e portanto têm maior capacidade de mudar de grupo, o que me parece profundamente educativo no sentido da desinstalação que o Evangelho é.

Grupo que desinstala

P. A. — É aí que tenho sentido muito ao vivo o mistério da morte e da vida, que é sempre qualquer coisa de espantosamente misterioso. A capacidade que um grupo tem de ser fecundo está ìntimamente ligada à capacidade de morrer para dar a vida a outros grupos. Mas para a grande massa, que tem vivido um cristianismo impessoal e diluído em multidões, é muito importante que descubram uma primeira etapa que o Osório já está a querer ultrapassar e que é agarrar uma vivência comunitária do Evangelho. Antes de desinstalar é preciso criar laços fortes de amor entre as pessoas. Depois, é mesmo importante que se não fique nessa experiência doce, que o próprio grupo tome consciência de que estar no «quentinho» é estúpido e anti-evangélico. O grupo que é fecundo põe pessoas para fora, e no momento oportuno. Só quando é fechado é que é limitado e portanto mantém ali as pessoas num engano.

Grupo que marca fortemente

J. O. — Em relação aos jovens, seria destruir, querer fazer depressa demais essa passagem, porque o jovem já de si é instável, e precisa de alguma coisa que o agarre fortemente, de um bocado de segurança que lhe permita adquirir por dentro meia dúzia de verdades fundamentais.

Há ainda um segundo aspecto em que é muito importante que o grupo seja aberto. Um membro desse grupo que encontre um colega que seja apetente para a fé há-de ser capaz de dizer: «Anda ver, pá! A gente reune-se todas as semanas!»

Grupo sinal

Evidentemente que, se o grupo está a patinar na beatice, ou mesmo se os seus encontros estão eivados de características sobretudo institucionais mais que vivenciais, e convida alguém, é a única e a última vez que este lá vai.

Mas se o grupo está de facto a agarrar a vida, a apanhar os problemas fundamentais e a ser sinal autêntico de esperança em relação aos grandes sofrimentos de um determinado meio, o outro que lá vai, pode até ser ateu (ou seja lá o que for) sente-se necessàriamente bem, porque se sente apoiado, porque tem a mesma problemática. Ainda que o encontro tenha, muito explìcitamente, a perspectiva cristã.

P. A. — Evidentemente que um grupo deste tipo só mantém o seu vigor se possui meia dúzia de estruturas fundamentais de que não desiste que são fonte de contínua revisão e conversão. Sem que haja confissões públicas, mas simples reflexão de revisão de vida, muito pacata, vemos que os outros são iguais a nós, são pessoas que começam todos os dias, pessoas para quem a Esperança também é difícil, pessoas com quem a Unidade é um desejo mais que uma realização e de quem, por isso, nos descobrimos irmãos.

Conversão

E é então que descobrimos aquela Unidade que só se recebe na Eucaristia celebrada em grupo que está unido por qualquer coisa antes da celebração. Quando a Eucaristia resume um trabalho de grupo, sinto que essa Eucaristia é presença autênticamente real que aguenta a semana toda, é um elo que me liga muito mais à Páscoa para a semana do que a Missa de Domingo, que tem importância, mas em que eu presido a uma assembleia muito mais impessoal, muito menos capaz de criar laços de relação entre ela e eu e entre as pessoas que nela participam.

Eucaristia

J. O. — A Eucaristia foi querida pelo Senhor tão dentro da vida que por mim acho que é teoria no fim de uma reunião de revisão da vida e da acção de um grupo, rezar-se um Pai Nosso e dizer-se que está a questão arrumada. Porque o sinal que o Senhor deixou

não foi o Pai Nosso, foi a Eucaristia. E rezar o Pai Nosso dizendo: «Bom, a gente depois vai no domingo à missa» — é a mesma questão de sempre: continuamos a pôr a missa para um lado e a vida para o outro. A religião na Igreja, e fora da Igreja o resto.

Eucaristia

P. A. — E isso é tão verdade que rapazes dos mais sérios com quem lidamos, hoje se negam a qualquer acção de tipo cristão, por mais bem planificada em reunião que seja, que não parta de uma Eucaristia celebrada. Um deles, que tem participado num grupo cristão de juventude, queixava-se: «Não há clima para que aquilo seja passado pelo Evangelho e pela caridade de Cristo. Tudo é muito bem delimitado, algumas coisas são muito bem reflectidas, há de facto uma devoção intelectual seriíssima, uma quantidade de pontos fundamentais, mas falta ali qualquer coisa, falta integrar tudo aquilo no sinal pleno de caridade que é a Eucaristia!»

Evangelho e revisão de vida

J. O. — Mas é fundamental perceber que essa Eucaristia só adquire verdadeiro sentido quando é resumo de um confronto autêntico da vida com o Evangelho. Hoje, em relação às aulas de Moral tenho uma única preocupação: é o facto e o Evangelho. O jornal e o Evangelho; o desastre e o Evangelho; a angústia e o Evangelho; o limite e o Evangelho. Na medida em que conseguirmos com simplicidade fazer isso, nós conseguiremos pôr a pessoa em confronto absoluto, em revisão pessoal da sua vida com o Evangelho. E é então que a sua acção se torna cristã. Porque só então ela está marcada pela Esperança e sente que a sua acção cá fora não é simplesmente uma acção individual mas uma partilha em grupo. É importante que o grupo acompanhe, mesmo na própria acção.

Quanto às formas concretas dessa partilha, sinto sobretudo que anda muita gente à procura e que, especialmente para o pequeno grupo, há extremamente poucas formas concretas de realização.

Partilha

P. A. — No entanto os jovens estão muito abertos ao partir e ao pôr em comum. Se lhe derem uma possibilidade de o realizar, imediatamente se pode contar com ele. Têm muito o sentido da cooperação e o sentido do construir em comum. Os jovens mais sérios não vão de maneira nenhuma no suor das inundações para fazer a sua obrinha, levar o seu cobertorzinho ou o seu casaco, mas gostam de trabalhar numa obra comum. Ainda que depois não venha o nome dele em parte nenhuma, venha apenas a construção que o grande grupo fez. Na realidade aqui é que se levanta um problema terrível para o grupo, que é ser muito difícil para as pequenas comunidades pôr coisas em acção. Os nossos jovens em nenhum campo estão em acção.

III
Como nasceu este movimento na Igreja

P. T. — Parece-me encontrar neste nascer de pequenos grupos de vida eclesial a acção do Espírito acompanhando a Igreja no tempo de hoje, retomando o modo de fazer do Senhor, que a partir de certa altura se debruça com mais insistência sobre um pequeno grupo enquanto que para as massas passa a falar por parábolas.

No surgir dos pequenos grupos em que estais metidos, até que ponto tendes sentido essa presença do Espírito?

Uma exigência das pessoas

P. A. — Se me perguntarem se, no surgir de todas estas experiências de pequenos grupos que se têm feito, foi o Espírito que soprou, a minha primeira reacção é que não sei responder. Porque o que eu vi foi que elas nasceram de uma necessidade de vida e não de uma linha teórica feita prática — não foi a reflexão teológica que nos fez descobrir uma maneira melhor de responder aos jovens de 1968!

Mas, embora não tenhamos sido nós — hierarquia — que, conduzidos pelo Espírito, impulsionámos este movimento, sinto que houve, por força do Concílio, uma presença muito grande desse mesmo Espírito no Povo de Deus, a que os pastores tiveram de responder para não serem injustos e egoístas: nós estamos para servir; o Povo de Deus grita, e quem não serve é egoísta, porque não está ao serviço.

Razões sociológicas

J. O. — Há aí um aspecto que me parece ser sobretudo reflexo de «sinais dos tempos». A Eucaristia tradicional, por exemplo, estava profundamente ligada a uma ambiente social de tipo rural, em que as pessoas se conhecem, trabalham nas mesmas coisas, vivem ao lado umas das outras, e são poucas. Na cidade tudo isto se transforma. A pessoa passa a ser anónima; vai à missa e não conhece lá ninguém; depois, com a mobilidade que tem, vai à missa que mais lhe convém, dadas as facilidades que a cidade, por ter muita gente junta, lhe dá.

Por outro lado, a existência de grupos de todo o tipo, extremamente variados, põe-nos a necessidade de responder nesse mesmo estilo de vida com os sinais da Igreja. Ou então estamos a condenar ao paganismo uma série de grupos e de valores simples de fraternidade que importa baptizar. E baptizá-los é pôr-lhes significado cristão. E pôr-lhes significado cristão é pôr-lhes Eucaristia.

Ora as paróquias não estão a ser capazes de responder a esta necessidade. E portanto a gente apanha os jovens na ressaca das Eucaristias generalizadas e abstractas, e quando começamos a preocupar-nos em como é que os vamos aguentar, como é que é a fé deles, começamos a perceber que só o conseguiremos fazer na fidelidade aos seus próprios estilos de vida.

IV
Papel dos grupos dentro da Igreja

P. T. — Sei que se tem levantado uma certa tensão entre valores descobertos pelo grupo e a pastoral organizada. O que acabas de dizer aponta um bocado para essa tensão, e por isso gostava de vos perguntar como é que vocês situam o grupo dentro da vida da Igreja.

J. O. — Evidentemente que tem de haver tensão. Ainda agora falava da Eucaristia, e queria dizer mais uma coisa: é patente que a maior parte das Eucaristias celebradas aqui em Lisboa ainda são anónimas, e portanto a piedade dos que nelas participam ainda é muito individual. No entanto, e é aqui que eu sinto que a Eucaristia de grupo não esgota o sentido da Eucaristia, sinto nelas um valor de universalidade que não pode conseguir a Eucaristia de pequeno grupo. E então torna-se para mim evidente que elas são complementares, que tem de haver uma dinâmica entre uma resposta muito pessoal e pessoalizante e uma resposta muito mais universal e universalizante

É nesta linha que vejo o contributo que os pequenos grupos podem dar à Igreja. Nós hoje sentimos que a doutrinação e o sentido da palavra de Deus, sem deixarem de ser próprios da autoridade, passam a ser, ao mesmo tempo, diálogo, confronto, atenção ao Espírito que age em cada um para serviço de todos. Ora, se em todas as missas a que as pessoas assistem na roda do ano não há diálogo (é impensável um diálogo numa missa de 300 pessoas) lá continuamos no velho ritmo em que «o prior é que estuda» e «o prior é que sabe» — com todos os hábitos de desresponsabilização na Palavra de Deus que assim se alimentam, e se reflectem na vida.

Complemento...

P. A. — Sim, uma das coisas que me faz muita impressão é a maneira como os grandes sinais da Igreja — a Eucaristia, a confissão, o baptismo — são celebrados pelas comunidades paroquiais. De uma maneira geral a Missa é feita de tal modo que só pode ser sinal para os que «sabem» o que a Missa é. A Igreja não pode ser apenas resposta para aqueles que «sabem», mas deve ser, ao mesmo tempo, interrogação, presença e sinal para todos os outros. Neste aspecto parece-me que as grandes comunidades não têm dado essa resposta e que em muitos casos não a podem dar.

O pequeno grupo, sendo uma presença na Igreja mais estrutural que institucional, é, não só um *complemento* precioso na linha do aprofundamento pessoal, mas ainda, pelo *confronto* que suscita, um movimento que desinstala a Igreja do grande grupo anónimo e impessoal.

...e confronto

J. O. — Na linha do confronto, começa a aparecer um elemento muito positivo que pode vir a alterar muito o problema da tensão. Evidentemente que nas paróquias se sente a mesma necessidade que

nós sentimos de fazer da Eucaristia o polo principal de toda a acção cristã. Por outro lado, nas próprias paróquias, existe uma série de grupos que têm diverso tipo de actividades, que fazem Revisão de Vida e tudo o mais. Simplesmente tem-se insistido em apelar sempre para a Eucaristia geral. Na medida em que as paróquias percebam que dentro delas existe o mesmo dualismo de que falava atrás, e se convençam de que têm de procurar uma resposta adequada, este confronto terá dado os seus frutos. Acho isto muito importante, porque eles têm muito mais possibilidades do que nós de fazer um encontro entre essa Eucaristia de pequeno grupo e a reunião dos cristãos todos.

P. A. — Mas não só na paróquia. Devido ao aspecto do meio urbano em que nós vivemos, em que muitas vezes os grupos de vida não podem ser coordenados geogràficamente, precisamos de admitir outras Eucaristias a serem pensadas interparoquialmente, em que esses grupos se possam encontrar.

Isto põe em jogo todo o problema de uma pastoral que tem de ser pensada em linhas diferentes, para que as pessoas que vivem em plano paroquial e as que vivem em plano não paroquial, possam viver nesses planos a vida da Igreja.

V
Análise de algumas consequências pastorais

P. T. — Houve aí um aspecto que queria ver melhor. Não penso que a Eucaristia deva ser sinal para os outros. Há duas dimensões na vida do Povo de Deus: cultual e profética. Se olharmos para o culto na Igreja primitiva, vemos que só os iniciados assistiam aos sacramentos. Os próprios catecúmenos passado o Evangelho saíam. É cá fora no mundo que os cristãos devem ser sinal, pela partilha, pela fraternidade e pela maneira como agem.

P. A. — Eu acho que tens imensa razão, que tens razão porque a Eucaristia é o resumo cristão de toda a partilha e de toda a acção que o cristão faz no mundo. E a manifestação da Eucaristia ao mundo é a maneira como eles se amam, como partilham e como se comprometem numa acção de amor.

Mas é isso que, pastoralmente, exige uma celebração eucarística que comprometa verdadeiramente as pessoas que nela participam, que seja verdadeiramente um culto prestado a Deus e que dessa maneira seja sinal para todos os que lá vão e se consideram iniciados nas verdades cristãs. (Eu há pouco referia-me ao nosso país onde a maior parte das pessoas foi baptizada, conhece umas verdades cristãs, mas nunca foi apanhada pelo mistério da Eucaristia.) Se para os nossos melhores cristãos a Eucaristia não é sinal, se eles têm de ir procurar noutro lado aquilo que de direito deveriam receber ali, então há alguma coisa que está errada.

Nesse tipo de celebrações eucarísticas, como em qualquer outro

tipo de acção litúrgica das grandes comunidades, parece-me muitas vezes que se criam compromissos absolutamente abstractos em que uma ou outra pessoa lá fica com uma boa vontade, mas da qual o Povo de Deus não sai comprometido a fazer uma acção cristã.

Por isso me parece importante que o padre além da Missa do Domingo, espalhe muito a sua acção de pastor pelos acontecimentos importantes da paróquia, indo ao encontro dos casos concretos que sejam sinais de conversão no meio do Povo de Deus. E pode ser um baptizado, e pode ser uma revisão de actividades da J. O. C., etc.

A Eucaristia

Ainda há dias fui convidado a celebrar a Eucaristia junto de uma família de 8 filhos, como encerramento de uma reunião de revisão de vida que fazem regularmente e que é mais ou menos o ampliar do «dever de se sentar» das equipas de casais. Os pais e os filhos fazem reuniões preparatórias, e num Domingo, reunem-se 3-4 horas, em que se procuram ouvir uns aos outros, tentam enquadrar as respostas dentro das críticas e dos anseios uns dos outros, e discutem algumas soluções concretas mais importantes — uma delas foi por exemplo sobre o emprego dos fundos materiais da família: se deveriam ser para um tapete, ou se deveriam fazer seguros de vida a favor dos filhos, ou então fazer uma sala de convívio para que pudessem juntar lá em casa grupos de amigos. A Eucaristia celebrada no final, foi o sinal de um grupo que é cristão, que partilha, que revê, que se interroga, que se dá, e que no fim disto tudo está unido.

J. O. — Um outro aspecto em que a vida em grupo vem pôr exigências particulares à pastoral da Igreja vem da Revisão de Vida. Uma das dificuldades que mais são sentidas por toda a gente que faz revisão de vida é nunca ter aprendido a entender o Evangelho. Pura e simplesmente porque o Evangelho foi explanado partindo de cima e não partindo do facto para ele. Nisso penso que os protestantes fizeram muito melhor do que nós. Fizeram do Evangelho O Livro, e portanto referiram toda a vida ao Evangelho. É importante que nós sejamos capazes de pegar, por exemplo, no movimento Hippy e de dizermos como S. Paulo: essas flores, esse amor e essa natureza que vocês cantam, é o Deus, é o Cristo, é este Homem, é este Livro!

Evangelho e revisão de vida

E depois, sermos diante deles uma comunidade empenhada na Caridade que brota ao encontro com o Evangelho e a Eucaristia, e se faz acção de partilha. Mas partilha verdadeira e não qualquer roupagem que se veste e que se despe! Às vezes preocupamo-nos muito porque não conseguimos juntar na Igreja os operários com os doutores e os patrões com os pobres das barracas. Parece-me evidente que, quando o pobre vem à missa e o rico vem à missa, se eles estão separados na vida, lá estão separados também! Por isso é preciso ver se ao celebrarmos com eles a Eucaristia, nós estaremos

a ser sinal de uma unidade sempre procurada embora sempre imperfeita, ou estaremos a conseguir apenas descançar as consciências, partilhando lá dentro os mesmos bancos e o mesmo tecto só para ser muito bonito, mas continuando cá fora as nossas vidas separadas. Porque então estaremos a celebrar uma mentira e a profanar um sacramento.

Partilha

O problema é que, mesmo quando já se compreendeu o que significam aquelas primeiras comunidades dos Actos dos Apóstolos, continua a ser tremendamente difícil saber como é que isso se faz hoje. Mas essa dificuldade só vem tornar mais urgente uma consciência de partilha que agarre as nossas vidas de cristãos, porque só esse clima poderá desinstalar-nos e pôr-nos a procurar por onde é que passa, no nosso mundo, uma acção cristã de partilha. Ao nível de grupo, essa consciência já começa a dar o fruto de algumas tentativas. Posso citar por exemplo a PRAGMA que sob este aspecto tem uma série de realizações em que há autênticamente partilha: serviços montados de advogados que estão disponíveis gratuitamente para os sócios, serviços de explicações, cursos de formação dados pràticamente de graça, e mais umas tantas coisas que me parecem muito válidas nesta linha.

Partilha e «ghetto»

Só mais uma coisa: quando há bocado falava de partilha cristã não queria dizer partilha dos cristãos entre si. Neste aspecto há um risco enorme de uma Igreja fechada sobre si mesma: porque os cristãos são mais amigos dos Cristãos, partilham os bens entre si e os outros... que esperem! E então o «amai-vos uns aos outros» deixa de ser sinal para passar a ser tramendamente contra-sinal. Porque passa a ser sinal de ghetto. E isto só se corrige na medida de um grande amor pelos homens todos, pelos colegas todos que a gente tem no sítio onde vive. É aí que os grupos cristãos têm de estar presentes. Marcados pelas mesmas esperanças e pelos mesmos problemas deles todos, aí vale a pena a novidade da Eucaristia e da Revisão de Vida. Porque é aí que o Evangelho se joga com as nossas vidas. E então a partilha com todos vem naturalmente, porque os problemos de todos é que são os nossos problemas.

E a Igreja há-de ser cada vez mais peregrina, cada vez mais reunião que envia as pessoas a construir a Justiça, o Amor e a Paz. No meio do mundo.

Luís Pedro Coelho

Catequese das Crianças

iniciação a uma vida cristã

A fé é transmitida pela Igreja não como verdades abstractas, mas como vida de uma comunidade profundamente marcada por uma experiência de Deus, de Cristo.

Por isso a Igreja se empenha hoje numa renovação pastoral da catequese das crianças.

DESAJUSTAMENTO ENTRE O ANÚNCIO DO EVANGELHO QUE HOJE SE FAZ E A SITUAÇÃO CONCRETA DOS HOMENS

Parece-me que neste campo da catequese, da Igreja a anunciar o Boa Nova do Senhor, não há que haver muitas ideias, há mesmo que haver poucas porque o essencial é que os homens de todas as idade, raças, línguas e condições conheçam o Senhor Jesus como princípio de salvação e a sua Igreja como sacramento de salvação de Deus a actuar no nosso mundo.

Ora aqui depara-se uma questão que para mim é fundamental: a desadaptação geral do anúncio da

Boa Nova do Senhor, a desadaptação geral das experiências vividas dessa Boa Nova relativamente ao tempo em que vivemos e a nós pessoas que estamos marcadas por experiências humanas nossas e determinadas e estamos embaladas num sentido da vida que cada vez mais se desenvolve à margem da chamada Igreja que nós conhecemos, localizamos e em que só no fundo acreditamos.

Entre a Boa Nova do Senhor, as experiências dessa mensagem vividas em pureza, que constituem a tradição, e a vida de nós, homens de hoje, levanta-se um tal peso de equívocos, de desajustamentos, de histórias que provoca este estado de indiferença.

A Igreja do Senhor que realmente constitui para a Humanidade uma força intensíssima de unidade, de esperança e de Salvação não se vê fàcilmente. A sua manifestação entre nós é, se não totalmente pelo menos em parte, da ordem «misteriosa» e «numinosa»: não se vê um pouco pelo qual possamos dizer que Ela é assim. Os que vivem em fidelidade conseguem ver que talvez um dia venha a ser assim ou, ultrapassando todos esses equívocos, conseguem encontrar aqui e ali, dispersos, grupos que procuram viver este espírito.

Parece-me que a Igreja é demasiadamente pouco sacramento. O seu lado misterioso e transcendente cobre por vezes situações bastante confusas e atrapalhadas que se resolveriam se houvesse mais clareza de chamar às coisas pelo seu nome e um pouco mais de eficácia de meios humanos, o que permitiria que Ela mais livremente se manifestasse na pureza dos imperativos evangélicos. O lado perfeitamente tradicional de cristandade organizada com muita força de tradições de antigos, de culto em palavras, de ensinamentos humanos marca de tal modo as pessoas de hoje que leva tantos e tantos a fazer desta situação a linha divisória para determinarem: eu pertenço ou não pertenço à Igreja.

Acreditar na Igreja é revelá-la

Continuar a acreditar na Igreja do Senhor e a acreditar nesta comunidade de que fazemos parte implica consequências. Acreditar na Igreja é revelá-La anunciando-A para pessoas do nosso tempo, é acreditar n'Ela por detrás de tudo, exigindo que esteja na onda dos imperativos do Evangelho, cortando com aquilo que a não deixa ser assim, denunciando os próprios erros, mas continuando a acreditar na sua dimensão que nos engloba e ultrapassa sem que a possamos moldar à nossa medida.

COMO SE TRADUZ ESSE DESAJUSTAMENTO NA CATEQUESE

Ora no meio desta situação em que sinto que nos debatemos e tanto mais agudamente quantas mais implicações nos ligam à Igreja

institucional, continua-se anualmente a movimentar crianças, catequistas, campanhas, secretariados para fazer justamente o mesmo de sempre: ensinar ensinamentos, dar uma catequese em que no fundo como processo já não se acredita porque todos em adultos a têm de ultrapassar, ou mesmo de abandonar, por uma questão de fidelidade à pureza duma verdade que engrandeça as pessoas. A catequese continua a aparecer como uma das raras oportunidades de dar às pessoas, em crianças, ensinamentos, conhecimentos de coisas religiosas, de normas morais de comportamento. Aparece, portanto, como uma organização justificada pela Igreja-cristandade em que todos os anos crianças são postas a viver formas de culto decididamente ultrapassadas, a rezar orações que nada dizem, a comungar Jesus, a confessar pecados, a ser boas para os outros, a acreditar no Céu, no Inferno e em tantas outras coisas que lhes ficam sempre de fora, de longe ou para a outra vida.

Diante de crianças em completa receptividade, capazes de ver e viver as coisas duma maneira ou doutra, penso que era importante que se criassem laboratórios de mundo novo em que ao menos aí quanto possível a alma não lhes fosse apertada e se preparassem para viver uma vida humana sã, uma vida santa inspirada na Boa Nova do Senhor que é o fermento que transforma o que quer que seja.

Mas como será isso possível? Sobretudo como será possível diante duma sociedade organizada com o está e que nos atinge nos nossos movimentos e na própria mentalidade, diante duma Igreja de que fazemos parte e que não representa em pureza aquilo que anuncia?

HIPÓTESES DE CAMINHOS A EXPLORAR

Uma iniciação viva dos sacramentos

Era evidentemente ridículo dar soluções. Mas sinto cada vez mais a necessidade de aproveitar o tempo para fazer do período chamado de catequese um tempo tanto quanto possível cheio.

Assim, em primeiro lugar há uma iniciação aos sacramentos que se tem de fazer vitalmente, sobretudo aos sacramentos da Eucaristia e da Penitência.

Eucaristia

No que diz respeito à Eucaristia, há uma demolição a fazer do seu lado anónimo e perdido que evite que as crianças se percam no carácter de espectáculo a que se assiste quando participam na missa, e se habituem a não dar importância ao que é anunciado por não se lhes dar oportunidade para interiozarem humanamente o que é

feito e dito; é preciso levá-las a sentir que não se passa tudo exactamente na mesma quer estejam presentes quer não.

Urge levar as crianças pelo menos com as famílias a sentir a necessidade de fraternidade de vida que a renovação da Ceia do Senhor implica. Não se trata de receber Jesus na alma; importa descobrir o que significa estar reunido em nome do Senhor: como força de reconciliação — «se tens alguma coisa contra o teu irmão vai e reconcilia-te» —; como força de harmonia — «Vós que outrora estáveis longe, agora estais próximo pelo sangue de Cristo» —; como força de vida de Deus participada por nós — «Não sois hóspedes, nem estrangeiros, mas sois concidadãos dos santos, da casa de Deus» —; como força de ressurreição e vida a eternizar-se — «o que come a minha carne eu o ressuscitarei no último dia».

Interessa aproveitar a Eucaristia como ocasião de ver mais claro o sentido da vida, das amizades, das relações com as outras pessoas e aquilo a que isso obriga, etc., baseando essa reflexão no conhecimento do plano de Deus revelado na Sagrada Escritura e na revisão em comum da vida e na experiência de outros que trabalharam para viverem a fidelidade a Deus.

Penitência

Também a penitência tem de ser encarada com mais pureza. Há uma visão a desenvolver que leve a não identificar confissão — conversão com a descoberta dos pecados, os quais, nessa altura da vida, são até coisa bastante incompreensível. Uma confissão de pecados parece-me cada vez mais falhada porque é pôr o acento tónico naquilo que de antemão sabemos que não se pode resolver, por isso tantas e tantas pessoas se afastam deste sacramento; identificam-no com uma exigência dum tal estado de pureza, ideal inacessível, e evidentemente inatingível.

Parece-me ser necessário educar as crianças a sentir a necessidade de dar a sua palavra, de se comprometerem diante, pelo menos, do sacerdote como ministro da comunidade, a uma vida digna como filhos de Deus; isto quer dizer que há um reavivar do melhor deles mesmos perante Deus que tem de se fazer com a frequência com que cada um sente.

Tanto mais mais quanto fàcilmente esse melhor se dilui pelo esquecimento, ou pela falta de educação geral que recebem, ou pela situação de pecadores que são.

Valorizar este aspecto é contribuir para que a pureza da personalidades das crianças seja respeitada sem que deformações dos adultos já rodados em experiências, os atinjam. É deixar respeitadoramente

que a força viva do Espírito do Senhor trabalhe os corações das crianças em vistas a atingir aquele estado adulto de Filhos de Deus à imagem do Senhor.

É sobretudo importante afirmar o que se gostava de ser, reafirmar uma seriedade interior que permita viver todas as situações pelo melhor, não perder o fio condutor da vida, — tudo isto penso ser a base do que deve procurar-se numa confissão.

Para tanto é preciso criar condições exteriores em que as crianças não sejam arrastadas pela impessoalidade das confissões que se fazem como todos sabemos. Está aqui uma da importantes ocasiões do ministério sacerdotal: servir aqueles que estão a entrar conscientemente na vida de filhos de Deus pela primeira vez e servi-los duma maneira sã e humana que os enobreça.

descoberta pessoal do sentido profundo dos valores

Além duma preocupação de iniciação sacramental adaptada a experiências que se fazem pela primeira vez, acho que o tempo de catequese deveria obedecer a outras procupações:

Valorizar o encontra da criança consigo mesma, levando-a a ser sensível ao que é bom, recto, justo, claro, amigo, como valores que desenvolvem uma personalidade no sentido da sua própria maturidade. Interessa que as crianças sintam a urgência vital de todos estes valores pela própria força deles, como o sol, o ar, etc. Há uma interpretação falsamente piedosa, que estraga muita coisa, que é a de fazer tudo isto porque senão «Jesus fica triste». Não é por razões exteriores — tristeza de Jesus, obediência a mandamentos, etc. — que o centro do Evangelho deve ser vivido, é porque seremos felizes todos e as crianças também se formos pobres, mansos, misericordiosos, se tivermos fome e sede duma justiça, uma pureza de coração, a olhar as pessoas e os factos, se procurarmos criar uma paz à nossa volta, se formos incompreendidos pela opinião corrente e social porque o espírito do Senhor nos leva a atitudes incompreensíveis, e isto porque admitir uma fidelidade à vontade do Pai nos faz passar pelo mistério pascal da morte ressurreição.

O nosso culto a Deus será tanto mais em espírito e em verdade quanto as nossas pessoas são um sacrifício puro. «A glória de Deus é o Homem vivo».

Interessa construir uma vida em bases de eternidade, em que as situações humanas sejam cada vez mais imortais porque não nos arrependemos delas e porque elas ficam a transformar pessoas, a dar ocasião a que surja um mundo melhor que o de ontem.

Aqui é fundamental uma amizade pessoal cultivada à pessoa do Senhor que nunca desiludiu. Ele foi posto como sinal de contradição,

no dizer do velho Simeão; e cada vez mais acredito que esse sinal não divide pessoas em grupos de pessoas boas e pessoas más, é sim um sinal que atinge cada pessoa no eixo de si mesma. É uma força de pureza que se instala da raiz de nós a criar no mais íntimo do íntimo a lucidez que permita descobrir o essencial onde ele estiver. Parece ser claro que ao admitir este sinal as pessoas, as situações da vida ficam bem definidas porque tudo foi cortado por essa luz, e surgem-nos com clareza as ocasiões de felicidade e as de fracasso e tempo perdido.

Conhecê-Lo através das palavras puras dos seus sermões como por exemplo o da montanha, interiorizar de tal modo essas palavras que a atitude humana parta espontâneamente desse espírito evangélico é tarefa a desenvolver numa catequese a crianças. Conhecê-Lo na sua personalidade apresentada ao longo das suas reacções, da sua maneira de falar, da sua fidelidade é ocasião de cultivar na criança uma amizade para com uma Pessoa que nunca mais esquecerá na vida, quer ele esteja explìcitamente presente ou não, ao longo dos anos que viver.

Experiência de respeito e atenção aos outros, vivido em comunidade

Dar incremento ao tempo da catequese como tempo em que as crianças possam respirar um ambiente puro, em que as relações entre elas e com todas as pessoas sejam relações onde se sinta o peso da amabilidade, da justiça, do respeito pelas opiniões formuladas, da compreensão; que se crie um clima de verdadeiras atitudes humanas que sejam a especificação hic et nunc do mandamento novo «Amai-vos uns aos outros como eu vos amei»; são experiências de vida que ficam no coração de quem quer que seja.

Recordo-me dum aluno de liceu que muitos anos depois procurou o professor de Religião e Moral porque se lembrava dele como um homem capaz de compreender os problemas que no momento presente o preocupava, pois tinha sido muito humano nas aulas.

É evidente que este caso multiplica-se num sem número de outros semelhantes e não teria nada de especial se não fosse, para mim, uma ocasião de ver a urgência de sair da pura individualidade de se ser bom para criar grupos, comunidades que as crianças ou os adultos procurem porque os ajudaram a crescer interiormente, porque fizeram deles homens amigos do seu semelhante que sabem exprimir livremente o seu pensamento porque os outros percebem a procura da verdade que isso implica, que sabem ser generosos nas suas atitudes porque perceberam virtualmente as necessidades que tocam o próximo, que alargaram o seu espírito à escala das grandes preocupações da humanidade deixando a rotina dos problemas pessoais.

Penso que é urgente que pequenos grupos de verdadeira entreajuda humana a todos os níveis se desenvolvam como forma de viver a Caridade que Deus depositou nos nossos corações. E o tempo de catequese podia ser um tempo que habituasse as crianças a esta dimensão da vida.

Há finalmente uma preocupação penso que exagerada de aproveitar os 4 anos de catecismo como a única aportunidade de anúncio das verdades reveladas; os catecismos surgem como um compêndio de Teologia evidentemente resumido e adaptado que se tem de dar às crianças para prepará-las para a verdade cristã.

No entanto julgo que uma catequese deveria perder essa exclusividade; para ajudar as crianças a verem a sua vida humana em todas as implicações à luz do Espírito do Senhor, para iniciá-las em actos de fé, esperança, caridade que as abra para a dimensão transcedente de vida conhecida pela revelação do plano de Deus, tornada urgente pela esperança e vivida nas relações com todos os que coexistem. Este trabalho seria despretensiosamente uma maneira de crianças tentarem viver melhor como filhas de Deus a idade e os problemas que têm. Isso daria lugar a outros tantos momentos da vida encarados da mesma forma.

Assim desapareceria o ar de curso que começou e acabou durante 4 anos e que marca sèriamente a mentalidade das pessoas impedindo-as de continuarem a procurar. A catequese seria a ocasião de as pessoas, em crianças, começarem esta marcha humana de resposta em vida à interpelação de Deus.

Há portanto um espírito a procurar em toda a organização catequística existente.

Sinto que pessoas tècnicamente preparadas deveriam debruçar-se sobre este assunto para o situarem em todas as implicações eclesiais, para isolar o essencial duma catequese a crianças e depois pô-lo tècnicamente em forma de transmitir a um grupo de crianças que anualmente são atingidas.

Os amadores aqui sofrem justamente o problema de tentar dar soluções que parecem certas mas sempre mais ou menos desajustadas de tudo o que uma catequese e uma Pastoral de Conjunto implicam.

José Gomes Sá

A Oração Encontro com Cristo

«Se Cristo não ressuscitou, é vã a nossa fé»

A fé é proclamação de Cristo Ressuscitado.

Mas será possível um encontro existencial-pessoal com Cristo? É o problema mais vital do cristão de hoje, preso até ao fundo na construção de uma terra fraterna.

O Cristão do século XX tem de aprender a amar o irmão, o próximo para poder amar verdadeiramente a Deus: «Porque aquele que não ama o seu irmão, a quem vê, é incapaz de amar a Deus a quem não vê» (1 Jo. 4,20b).

Nestas palavras, poder-se-ia ver resumida a intenção do livro de Robinson (Um Deus diferente). Robinson denota uma atitude genuìnamente cristã. Não se contenta apenas em manter uma posição e preservar os piedosos, mas empenha-se na missionação do homem moderno. Porque Robinson está convencido de que os homens de hoje recusam mais uma imagem desfigurada e falsa do cristianismo, do que um cristianismo autêntico.

Robinson levanta vários problemas, de ordem ética e religiosa, e obriga-nos a uma depuração continuada do nosso cristianismo. Força-nos a tomar consciência da missão que temos diante dos homens, ao ter de lhes anunciar e testemunhar a Boa Nova que dá esperança e salva o Homem. Manda-nos viver um cristia-

nismo incarnado. Ora, a oração é esse cristianismo incarnado: como diz Robinson, o culto só quando nos torna mais sensíveis àquilo que na vida nos transcende, a Cristo nos esfomeados, nus, e apátridas, só então tem sentido e justificação. Robinson pensa numa espiritualidade secular. A oração não deve, pois, ser o meio de criar uma ilha ou um oásis na vida, a oração não é «um cultivar do jardim da alma», não é magia, mas sim o estar atento, o comprometer-se diária e muito concretamente na vida com os homens.

É muito natural, pois, que neste estado de espírito se caia na incerteza e desconfiança perante um cristianismo legalista e sistematizado que fomos obrigados a acertar e a viver, pois, no fundo de nós, sentimos que o cristianismo é essencialmente dinâmico. E é no capítulo da fé que haverá um certo abalo e a aceitação «irracional» dum dado que ainda sentimos possuir, mas que urge renovar. Essa incerteza e desconfiança na fé, leva-nos a encontrar dificuldades também na oração, mesmo quando é modernamente apresentada e definida como encontro pessoal com Cristo.

Consciente deste estado de espírito em que se encontra muitas vezes o cristão dos nossos dias, vou tentar, na fé, fazer algumas reflexões que ajudem a fundamentar, a esclarecer e a tomar consciência do que verdadeiramente é a oração, como encontro existencial-pessoal com Cristo.

Numa primeira reflexão considerarei a necessidade para o homem moderno de fazer uma experiência verdadeiramente religiosa e cristã, a partir duma experiência autênticamente humana. Depois, reflectirei sobre a experiência humana, analisando o homem como um ser-de-relação-a, um ser-com-outro-no-mundo, não esquecendo que a pessoa humana, numa visão a posteriori reflexa vive numa ordem de graça, quer tornada consciente quer não. Em seguida passarei a considerar, à luz da experiência humana na graça, o encontro existencial-pessoal com Cristo. Finalmente, a auto-consciência do encontro existencial-pessoal com Cristo, levar-nos-á à consequência de construirmos o Reino, a partir duma intimidade consciente e vivida com Cristo a favor dos homens, e de tal forma que a vida com os homens nos leve a Cristo e a vida com Cristo nos leve aos homens: necessidade da incarnação e unificação da nossa vida cristã.

Antes, porém, convém esclarecer o termo «existencial-pessoal»: com a palavra «existencial» refiro-me, muito concretamente, à vida individual no espaço e no tempo, num decorrer de situações concretas; por «pessoal» entendo a própria transcendência do indivíduo na relação de abertura e entrega aos outros (eu-tu). E quando afirmo que

a oração é o encontro existencial-pessoal com Cristo, quero tornar bem consciente que o homem vive a oração num encontro muito concreto e individual com os irmãos, não deixando de ter com eles uma atitude de transcendência que o leva a considerá-los como pessoas e não como coisas; esta experiência humana possibilita ao homem (no horizonte da sua consciência) uma relação de transcendência pessoal com o Tu de Cristo Ressuscitado e glorificado. Resumidamente, a oração será o encontro duplamente realizado com Cristo: encontro com o Cristo espacial e temporal — os irmãos; e com o Cristo pessoal — o Verbo Incarnado.

NECESSIDADE DE UMA EXPERIÊNCIA RELIGIOSA

Neste capítulo tenciono apresentar, em breves considerações, a necessidade do homem moderno, do cristão dos nossos dias, em ter uma experiência religiosa, para que a religião seja vivida e testemunhada. Com isto penso tornar mais evidente a necessidade da experiência humana da verdadeira amizade, para o encontro com Cristo e com os homens, na fé.

Hoje, vivemos, por assim dizer, na era das experiências. A consciência contemporânea é mais sensível do que qualquer outra à crise da religião, daí a necessidade duma experiência religiosa autêntica. O homem contemporâneo, consciencializa-se de que quanto mais e mais ricas forem as experiências humanas, maiores possibilidades terá de se realizar plenamente. O cristão dos nossos dias não está menos convencido da verdade desta exigência. O estado da consciência contemporânea, leva-nos a admitir a necessidade da experiência também para a vida da fé. O cristão moderno não poderá viver autênticamente a sua fé, sem uma experiência profundamente humana de encontro e comunhão com os outros. Só essa experiência humana é que vai dar segurança à vida de fé, no encontro com Deus e com os homens. O homem, o cristão, não pode escapar ao horizonte da sua consciência. Numa palavra, o cristão não pode deixar de ser um homem livre, com consciência, inteligência, vontade e afectividade. O cristão tem, pois, necessidade de experimentar a sua relação pessoal com Deus, para o poder conhecer e amar. Seria falso, porém, reduzir a experiência religiosa autêntica a um sentimentalismo. Como experiência será totalmente humana e integrante de valores, apresentados à luz da inteligência humana, aceites pela vontade livre e vividos existencialmente no dia a dia em comunhão com os homens. O homem moderno tem necessidade de fazer esta experiência reli-

giosa que lhe dará serenidade e razão de ser à vida de fé em Deus, no horizonte da sua consciência.

Depois destes breves apontamentos, é necessário acrescentar ainda que o cristão, para viver a oração diária da sua vida existencial-pessoal, tem evidentemente necessidade profunda da experiência da amizade humana individual e comunitária. Não será fácil conceber uma experiência autênticamente religiosa, no horizonte da consciência humana, sem a experiência profunda e verdadeira da amizade humana. O cristão realiza-se, na fé, nas suas relações com os outros, e só assim chega à auto-consciência da sua realização total com Cristo.

ENCONTRO EXISTENCIAL-PESSOAL COM CRISTO

O homem para viver a sua vida de oração tem necessàriamente numa ordem de prioridade psicológica, a exigência duma experiência de amizade.

encontro existencial-pessoal com o outro: amor do próximo

O amor do próximo, como expressão da nossa vida de oração quotidiana, não é uma das muitas reacções isoladas do homem que recaiem sobre a realidade das coisas e das pessoas, mas sim o fundamento e a essência da vida moral. Porquê? À primeira vista a realidade apresenta-se ao homem como uma variedade de coisas, mas o mundo que vem ao encontro do homem é sobre diversos aspectos o mundo uno do homem. O mundo do homem é na vida do homem, um «mundo-com», pessoal. É neste «mundo-com» que o homem se encontra e se realiza. O mundo das coisas representa apenas um momento na vida do homem e está radicalmente orientado a ele. Daqui se conclui, que a plena realização do homem, se dá no mundo das pessoas. Na relação com outro, o homem encontra-se para se poder dar.

Feita esta pequena análise fenomenológica, vê-se claramente que o homem é um ser de relações: com o mundo das coisas e com o mundo das pessoas. É na relação existencial-pessoal «eu-tu» que o homem se realiza. E por isso mesmo é que o amor do próximo é o fundamento integrante da vida ética: quem ama o próximo, aceita-o e aceita construir-se com ele em liberdade.

Pelo exercício das nossas faculdades, pelo conhecimento que temos de nós e pelos actos livres e voluntários do nosso existir, encontramo-nos nos outros. E o princípio sempre válido no encontro existencial-pessoal com o «tu» humano, é a tomada de consciência profunda de que só na aceitação, na compreensão, na doação e no

serviço desinteressado do outro nos enriquecemos e nos realizamos plenamente. Esta experiência leva-nos a aceitar tudo o que encontramos no outro de bom e de menos bom. Assim o interesse pelo «tu» humano cresce e passamos, por assim dizer, da fase da relação «eu-isto» à relação «eu-tu». E a descoberta da gratuidade da amizade faz-nos tomar consciência de que o mundo pessoal que nos rodeia jamais poderá ser olhado e amado segundo «categorias de coisa», mas segundo «categorias personalistas». Segundo esta maneira de pensar, há que comunicar a gratuidade do primeiro encontro pessoal aos demais homens. Daí resulta necessàriamente o respeito profundo pela dignidade humana, pela pessoa humana, tanto assim que jamais aceitaremos correcto, julgar as pessoas a partir das obras. As obras jamais atingem a intencionalidade da pessoa que as executa. A pessoa é um mistério, escapa-se a toda e qualquer classificação, e a atitude existencial-pessoal deixa que ela própria se revele. Toda a pessoa que já tem experiência duma profunda amizade, está bem consciente da sua gratuidade e sabe que ela consiste essencialmente na auto-rvelação do outro, que se aceita com todo o respeito. A violação desta auto-revelação, o instinto de posse em relação a uma pessoa é o maior dos pecados nas relações humanas.

Torna-se, pois, compreensível, que a oração como encontro existencial-pessoal com Cristo, comece pela auto-consciência duma vida de relações humanas autênticas. E nesta linha, não é difícil admitir, que o amor de Deus e o amor do próximo, no horizonte da experiência e de consciência humanas se identificam. Assim o ateu, sem a consciência da fé, mas com a consciência da vida humana autêntica, realizando-se como homem no serviço dos homens, vive no amor de Deus; a graça actua no agir do homem independentemente da tomada de consciência desse estado. O ateu, quando actua positivamente, está elevado ontològicamente à ordem da graça e da Salvação, sem que o saiba reflexamente; ele é o cristão anónimo, como diz K. Rahner.

encontro existencial-pessoal com Cristo

Para o cristão, impõe-se a auto-consciência deste estado a que fomos elevados pela gratuidade da graça, e a consequente identidade do amor de Deus ao amor do próximo: assim é radicalmente verdade, que quem não ama o seu irmão a quem vê, também não pode amar a Deus a quem não vê; apenas se pode amar a Deus de uma maneira autêntica, na medida em que, amando, se ama o irmão visível (Cristo espacial e temporal).

A possibilidade de vida de oração autêntica, depende fundamentalmente da vida que levamos com o nosso próximo. A consciência da fé, porém, leva-nos a ver na realidade humana a inserção do divino

no humano, que por virtude da gratuidade da graça de Deus, produz frutos de caridade, na medida em que o homem aceita a amizade, o convite à intimidade de vida com Deus, por Cristo, no Espírito. A vantagem e o centro do cristianismo, são a tomada de consciência e a aceitação da pessoa de Cristo como a auto-revelação de Deus, o Mediador entre Deus e os homens. Cristo é o caminho de acesso a Deus. O Deus Trindade é, nós o sabemos, absolutamente inacessível; para que o homem se una a Deus Trindade, é preciso que Ele mesmo se revele e se entregue. Deus revela-se e entrega-se aos homens em Cristo, que por sua vez se entrega totalmente aos homens oferecendo-lhes a sua amizade divino-humana. A fé neste ponto, é a afirmação da nossa imanência ontológica e espiritual em Cristo, a tomada de consciência do nosso enraizamento e do nosso fundamento no amor de Cristo, o Verbo Incarnado. A nossa vida de oração desenvolve-se na auto-consciência da união a Cristo. A fundamentação última da nossa vida de oração, é a vida de interioridade e intencionalidade com Cristo, como Pessoa. É na descoberta existencial dessa pessoa atravessada na nossa vida, que poderemos viver o encontro existencial-pessoal com Ele. O aprofundamento das nossas relações e experiências humanas facilitam-nos este encontro pessoal com Cristo, no íntimo, no segredo de nós próprios. Porque o homem é uma pessoa, aberta aos outros e ao transcendental, é-lhe possível, no horizonte da sua experiência, travar uma relação de interioridade crescente com Cristo, uma relação pessoal de «eu-Tu», na fé. Como qualquer encontro humano, este também se desenvolve, na interioridade do conhecimento e do amor. Pelo conhecimento, o «eu» torna-se o «tu», intelegìvelmente, possui-o em si por este sinal espiritual. Pela interioridade de amor, o «eu» possui o «tu» que ama, e entrega-se totalmente. Neste caso de encontro pessoal, Cristo é o próprio sujeito da interioridade do cristão. Ele gera-a pela sua presença eminentemente pessoal. Cristo torna-se, além disso, a fonte donde brota a força consciente de entrega ao serviço do próximo. Assim a amizade com Cristo, leva-nos à amizade com os homens e vice-versa, na medida em que essa amizade seja fruto duma experiência autênticamente humana e cristã.

Falemos ainda um pouco, do encontro especial com Cristo nos sacramentos, nomeadamente na Eucaristia. O sacramento é doação da salvação em visibilidade histórica. O filho de Deus tornou-se realmente carne, um de nós, e é com base na sua corporeidade que Ele permanece visível no mundo.

O encontro pessoal com Cristo realiza-se realmente por meio da visibilidade sacramental. Por isso podemos encontrar-nos com Cristo, duma maneira muito especial e misteriosa no sacramento da Eucaristia.

Segundo o Prof. Schonnenberg a presença pessoal do Senhor Ressuscitado constitui o ponto central da presença eucarística: a presença de Cristo é considerada em primeira linha, não a presença do corpo de Cristo nos sinais, mas a sua presença pessoal na comunidade eucarística. Essa presença pessoal significa sempre uma comunhão, e ela é tanto mais intensiva, quanto mais intensiva for a comunhão mútua de pessoas conscientes e livres. Esta presença de Cristo opera a unidade da fé e do amor, sem destruir o específico de cada pessoa.

O homem pode estar presente a outros espacial e pessoalmente. Cristo porém, depois de Ressuscitado só nos está presente espiritual e pessoalmente. Eis, pois, porque ele está presente na comunidade que celebra a Eucaristia. Esta presença já existe antes da consagração do pão e do vinho. A presença de Cristo, sob os sinais do pão e do vinho, é real, porque ela realiza em nós a Sua presença. O Senhor oferece, sob o sinal do pão e do vinho, carne e sangue, como alimento e sinal da Aliança. O pão, como presente de Cristo significa o dom de si próprio à pessoa que o recebe. E neste dom de si mesmo, dá-se a possibilidade do encontro mais íntimo e pessoal com Ele.

É o encontro mais íntimo possível entre Deus e o homem. É a partir da auto-consciência que o homem, que o cristão, tem desta realidade de fé, e da experiência autênticamente humana de amizade, que a pessoa humana vive a experiência religiosa. A pessoa humana pode, no horizonte da sua experiência e consciência, conversar a sós com o Senhor e responder ao Seu apelo: «amai-vos, como eu vos amei».

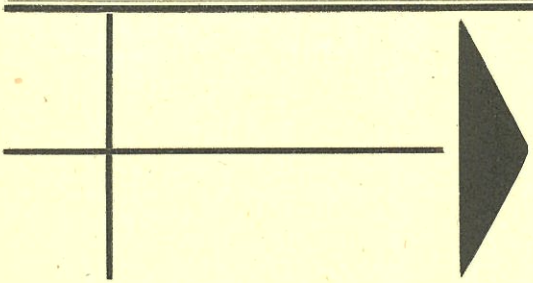
CONSTRUIR O REINO DE PAZ NA LIBERDADE DO ESPÍRITO

Uma vez mais, digo que a tomada de consciência deste encontro existencial-pessoal com Cristo leva necessàriamente os homens ao encontro de uns com os outros, em franca aceitação uns dos outros. O cristão, consciente da sua fé, tem por missão empenhar-se na construção da paz entre os homens, e isto na liberdade do Espírito que vive nele. Ele tem de dar testemunho dessa liberdade. O amor de Cristo foi-lhe comunicado para que ele o comunique aos outros: é o mandamento Novo: «Amai-vos uns aos outros. Como eu vos tenho amado, assim vós deveis amar-vos uns aos outros. Nisto conhecerão que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros» (Jo. 13, 34-35).

Com esta compreensão da realidade cristã, o cristão tem por missão amar os homens para construir o Reino de Paz e Amor. A vida de oração, portanto, nada mais é do que a comunhão com Cristo e com os irmãos e o consequente empenhamento diário na construção do Reino. O mundo, os homens precisam de Paz e de amor. «Homens sede homens» é o apelo de Paulo VI.

Estas palavras indicam a tarefa dos homens e dos cristãos contemporâneos. E a vida de oração do cristão dos nossos dias tem de ser verdadeiramente um encontro existencial-pessoal, uma conversa franca, um serviço não calculado com Cristo e com os homens: tem de ser um aceitar das consequências da auto-consciência da fé em Jesus Cristo, por meio de uma vida em liberdade, conhecimento e amor com os nossos irmãos; eles manifestam Cristo, que vive em nós. A oração é construir o Reino de Paz nas relações divino-humanas.

BURROUGHS



A MARCA MAIS ANTIGA
E MAIS CONHECIDA
NO MUNDO
DE MÁQUINAS DE SOMAR

ROBINSON, BARDSLEY S.A.R.L.

AVENIDA 24 DE JULHO, 3-1.º • LISBOA

IV

Crise de Fé em Portugal?

«A Palavra e o Tempo» reuniu alguns amigos para uma conversa sobre as crises de fé em Portugal. Agradecemos-lhes francamente a possibilidade que assim tivemos de aprofundar e situar melhor a problemática da fé no nosso país, sentindo embora dificuldades em transcrever a riqueza do caminho percorrido.

Participaram neste diálogo:

TERESA MARTINS DE CARVALHO — T. M. C.

TERESA GAIVÃO — T. G.

MARIA BENEDITA MONTEIRO — M. B.

GONÇALO MONTEIRO — G. M.

ACÁCIO CATARINO — A. C.

P. ARMINDO DUARTE — A. D. (só no início)

P. LUÍS MOITA — L. M.

LUÍS OSÓRIO — L. O.

MESA-REDONDA

Uma crise generalizada...

A. D. — Ao falarmos de crise de fé em Portugal é importante verificar em primeiro lugar se existe ou não essa crise. Não há dúvida que ela existe nalguns sectores da população com muita profundidade. Mas não se reduzirá a alguns meios de Lisboa e de uma ou outra cidade do país? Haverá algum problema de crise nos concelhos da Lourinhã ou Peniche, ou ainda na Guarda ou em Bragança?

L. O. — Será então que estamos apenas perante uma crise de pessoas cultas, que põe problemas da existência de Deus ou de pertença à Igreja? Não teremos antes que falar numa crise de toda a população, de um afastamento progressivo da sua adesão a uma religião, a religião cristã, como sucede muito nìtidamente entre os operários, e todos aqueles que se deslocam das suas comunidades de origem, para as cidades ou para fora do país?

A. C. — Eu sou duma freguesia que se considera não tendo uma crise de fé. E, no entanto, estou convencido que a tem e muito grave. Assim sou levado a pensar que talvez possamos encontrar algumas características dessa crise de fé, comuns a todos os sectores da população. E o problema que reputo comum a todos esses sectores, é o seguinte: a fé, tal como ela está apresentada, que suceptibilidade tem de ser aceite pelo homem? E refiro-me ao homem de todos os quadrantes: às pessoas que têm fé, às pessoas que estão a afastar-se da fé, como àquelas que a não têm.

com caracterizações particulares...

L. M. — Tenho tendência para delimitar mais o problema e ver que de facto hoje em dia, em concreto na nossa sociedade, há uma crise de fé caracterizada, que não é aquela habitual do rapaz dos 18 anos nem a contestação de uma doutrina da Igreja feita por aqueles que estão de fora, porque isso haverá sempre, mas que é um fenómeno próprio da vida da Igreja que nós vivemos, que eventualmente se poderá reduzir a alguns sectores do povo cristão. Isto é, o problema que se põe, será o de saber como é que aqueles que têm fé vivem essa crise, porquê, e a que nível?

A. D. — Mas como falar de uma crise de fé generalizada quando a maioria das pessoas põe problemas muito diferentes da existência ou não de Deus, da sua imagem, ou dos compromissos temporais? O que o homem da rua, que vive nos pátios de Lisboa, ou nos bairros de lata, e mesmo por todo o país põe em causa, é antes o poder comungar sem fazer jejum quando dantes não se podia, é o facto de se discutirem as afirmações dos bispos, é toda a reforma litúrgica... As pessoas dizem que já não têm nada como certo — mas referem-se a todas aquelas coisas que se ensinaram às pessoas, muito ligadas a uma legislação eclesiástica: por enquanto não põem o problema de Deus!

e uma identidade fundamental.

L. M. — É que apesar de essas pessoas não porem o problema de Deus, toda essa problemática está intimamente ligada à sua imagem de Deus. Porque um Deus criador do mundo e que salvaguarda uma ordem estabelecida que agora é modificada pela Igreja, pelos padres, é posto em causa por essas pessoas. (Era um Deus que dava segurança e que agora não dá!) Podemos por isso falar de uma crise de fé generalizada, apesar de ela ser mais sensível em certos sectores de pessoas, nomeadamente os intelectuais e a juventude, pois, uns porque são novos, e os outros porque têm maior facilidade de explicitação, pressentem melhor a evolução das coisas.

G. M. — Para mim a fé é uma adesão total a um valor, que neste caso é Deus. Devemos, talvez, verificar quais as imagens como esse valor se apresenta, pois isso condiciona vários tipos de fé. Interessa saber quais os obstáculos que se põem aos homens para que eles não ponham problemas de fé ou então tenham dificuldade de aderir de uma maneira vital a esse valor, transformando a fé numa crença, numa coisa estática. E a fé tem que ser uma coisa extraordinàriamente viva...

Abalo num sistema de crenças...

T. M. C. — Tenho a impressão de que ao nível geral da população, há uma religião, uma fé reduzida a um rito. Surge aqui um primeiro motivo de crise. As pessoas reparam, quando atingem uma certa evolução, que aquilo que lhes parece que é a fé não passa de um costume, de um rito que não serve para nada, que se pode passar sem ele. Isto tem muito que ver com toda a decadência dos sinais do que era a Igreja. Suponho que é o mais comum actualmente: uma crise de fé é o não aceitar como sinal aquilo que realmente já não o é. Mas no fundo é uma purificação da fé.

por uma necesidade de progresso...

T. G. — Acho que há pessoas que rejeitam essa fé, não só por já não lhe encontrarem valor, mas por ela ser prejudicial a um progresso ou então levar as pessoas a uma troca de valores. Por se verificar esta troca de valores eles são levados a abandonar a sua fé tendendo mesmo para um ateísmo, (pois no geral não conseguem superar essa crise). Se houver no entanto um certo apoio a essa adesão a valores importantes, descobertos pelas pessoas, há uma possibilidade de crescimento na fé. O fenómeno é, por isso, ambivalente.

e por uma renovação da Igreja.

L. M. — Tanto um como outro fenómeno põem em causa a tal crença existente entre nós, uma fé aceite e que estava extraordinàriamente identificada com uma pesadíssima herança cultural, com todas aquelas reacções das pessoas embebidas num clima cristão, mas que já não apanham a vida toda. Ora uma certa renovação da Igreja — e tem interesse ver que a fonte do processo é interior à Igreja embora tendo sido feito por solicitação de muitas coisas de fora da Igreja — vai pôr em causa o sistema de crenças que as pessoas tinham, com todo o peso cultural a elas ligado.

Uma imagem estática de Deus...

G. M. — Isso parece-me muito importante. Porque embora a imagem de Deus seja diferente para cada pessoa devido a influências psicológicas e culturais únicas, podemos encontrar uma imagem de Deus comum a toda uma geração, devido a uma série de factores sociais. E porque há mudanças de estrutura na sociedade, e na própria Igreja, essa imagem é abalada. Ela está muito marcada para todos nós pela figura do pai dentro de determinado tipo de família. Deus tem as características de um chefe, de um rei magnânimo que preside a uma Igreja também concebida de uma maneira muito hierarquizada, muito em pirâmide, muito sólida. Ora uma série de factos rasgou-nos esta imagem em pirâmide da Igreja — divergências à primeira vista chocantes entre muitos membros da Igreja, bispos que votam no Concílio por uma coisa, outros por outra, teólogos com opiniões diferentes em contraste com uma teologia anterior bastante rígida

e censurada pelo Santo Ofício, a afirmação de que existem cristãos anónimos por vezes mais sérios do que nós — este rasgar dessa imagem da Igreja leva necessàriamente a imagem de Deus a sofrer com isso, e estamos em crise, inseguros.

A. C. — Creio que vale a pena fazer aqui uma ponte entre o mundo rural e o mundo urbano. No mundo rural predomina uma imagem de Deus poderoso, justiceiro. Isso toma diversas expressões, como por exemplo: na concepção da graça destaca-se desmesuradamente o aspecto arbitrário; há um terror sistemático do inferno, o horror da morte, sobretudo se ela não é assistida por um padre, etc. Isto implica projectadas na concepção de Deus duas finitudes: a da pessoa, resultante de complexos e de culpas, e a da hierarquia, nomeadamente por se encarar o padre como um deus. Ora a renovação do mundo e da Igreja também atinge o mundo rural, pelo que, também aí, se faz sentir uma ruptura na imagem de Deus tradicionalmente apresentada.

é «rasgada» num tempo de insegurança.

T. M. C. — Essa renovação da Igreja fazendo desaparecer uma imagem de Deus que não punha problemas, vai criar uma profunda crise de fé, na medida em que as pessoas não encontram outra imagem de Deus a que se apoiar. Embora não falem expressamente, é uma crise autêntica, é um certo receio colectivo de encarar uma situação nova, mais exigente.

Uma coisa que me parece ser fundamental ter presente, é a passagem de um dogmatismo muito rígido para uma fé muito mais em movimento, mais em caminho. Dizia o P. Congar no Congresso dos Leigos, em Roma, que temos de aceitar esta situação de insegurança do inesperado — que de resto é a situação geral do homem de hoje. O que acontece é que nós não fomos educados para um tipo de fé assim.

Uma fé de crianças...

M. B. — Há aí uma certa culpa da hierarquia que não nos educou para uma fé de adultos — talvez sem consciência disso. A fé tem sido dada como um sistema em que se acredita sem discussão. Foi-nos dada através da catequese, de homilías, de movimentos, uma imagem de Deus já feita. Na infância apresentaram-nos um Deus Pai, um pouco como o pai é para a criança — a quem ela se acolhe e em quem acredita. Na adolescência já nos apresentaram um Deus Pai mas também amigo, um Deus em quem se confia já com mais intimidade. Mas na passagem da adolescência para a maturidade não fomos acompanhados num progresso para uma fé adulta. Quando

uma pessoa chega a adulto na vida, a ser responsável, a discutir as coisas e a participar nelas, continua a ser considerado menor na fé, a receber imagens feitas. E isso provoca uma crise, porque a pessoa sente que não participa na Igreja, que não foi habituada a isso, que não cresceu na fé.

M. T. C. — Mas há então dois problemas: uma pessoa pode descobrir isso e estar desinteressada de um amadurecimento real, ou então querer amadurecer realmente e encontrar resistência dentro da própria instituição.

abalada num tempo de maturidade humana.

M. B. — Isso passa-se a níveis diferentes: nas gerações mais velhas já não é muito uma questão de querer amadurecer: as pessoas ficaram apegadas a um certo tipo de hierarquia e a uma imagem de Deus que lhes foi dada, de tal maneira que agora não são capazes de fazer uma viragem com a Igreja. As gerações mais novas no entanto, embora tendo recebido uma herança bastante dogmática e fixista, viveram num tempo em que demasiadas coisas as não deixaram sossegar: o avanço do marxismo, todo um clima social em grande efeverescência, e outras transformações no mundo tornaram essas gerações mais capazes de fazer a viragem com a Igreja.

T. M. C. — O facto dessas gerações mais novas terem sido levadas a fazer a viragem com a Igreja, foi devido também a qualquer coisa que nos ajudou dentro da própria Igreja. Houve um caminho percorrido pela hierarquia, havia já uma certa maleabilidade dentro da própria Igreja-instituição que nos deu essa possibilidade.

A renovação conciliar

L. M. — Houve um João XIII, sem dúvida. Mas se é um facto que essa mesma renovação da Igreja — muitas vezes até empreendida pelas mais altas esferas hierárquicas — suscitou nas pessoas uma dose muito grande de esperança, depois, foi progressivamente desiludindo. Isso constitui realmente uma das maiores razões para que hoje em certos círculos de pessoas a crise seja marcadíssima. A Igreja não está a ser suficientemente coerente com umas tantas premissas que lançou num desejo de renovação conciliar e que hoje tem pouca coragem de levar até ao fim.

ainda não corresponde às necesidades do homem de hoje.

A. C. — Põe-se justamente o problema de saber se os movimentos actuais estão a ser suficientes para que a concepção ultrapassada de Deus desapareça. Há efectivamente uma abertura por parte da instituição. Mas não sei se estamos a chegar ao ponto em que ela tenda a superar a situação passada, ou se pelo contrário, depois de um avanço bastante ousado, estamos a assistir a um movimento em que determinadas pessoas de grande influência estão a fazer um certo

recuo. Estou convencido que há muita gente que se afasta da Igreja, que não adere, ou que pelo menos não a aceita com simpatia, porque as alterações verificadas não se situam nem ao nível nem na extensão que seria de esperar. E o problema põe-se em casos muito concretos em que a hierarquia e entidades mais responsáveis autorizam certo arejamento e, depois, tudo se passa como se retrocedessem (v. g. o caso das conferências do Prof. Sporken).

L. M. — Isto não é um problema só da Igreja, mas de todo o homem de hoje. O fim do após-guerra, trouxe uma transição muito grande: toda uma descoberta do sentido da liberdade, de uma vida em liberdade e responsabilidade, com tudo o que isso implicou de facto, no desfazer de uma série de blocos que havia no mundo. O fenómeno não é apenas eclesial: no mundo marxista também há um desfazer de um sistema rígido, como no mundo Ocidental há uma polarização do mundo em muitas zonas de influência. Na Igreja isso reflecte-se forçosamente, e há uma fachada que também desaba. E insisto no valor inegável e decisivo para isso que foi a personalidade de João *XXIII*, do homem que por não ser um ideólogo, não tendo uma ideologia, foi profundamente evangélico e quebrou o bloco monolítico que era a Igreja. E nisso acompanhou o processo que não é estritamente eclesial. Isso dá por um lado uma esperança de que o processo é irreversível e que essa liberdade que os homens estão a reapreender é uma aquisição de certo modo definitiva — que nós já dificilmente poderemos prescindir de um modo de estar no mundo que é responsável, que é adulto, que é autónomo. Por outro lado temos que ter consciência de que há sempre uma resistência por parte daqueles que querem ter a casa bem arrumada e pacata.

é esperança que não pode desiludir

Parece-me que o problema de uma liberdade ameaçada dentro da Igreja e no mundo inteiro é um problema constante. E é isso que hoje constitui muito uma crise de fé, é os cristãos a um dado momento terem feito um vislumbre de experiência de liberdade e sentirem que já estão a ser ameaçados, que já lhes estão a tirar a liberdade que lhes palpitava a um dado momento.

G. M. — Apesar de isso me parecer um motivo muito real de crise de fé, encontro um motivo de esperança que é este: é que já há muitos cristãos que não têm uma imagem da Igreja como a tal pirâmide que criticámos há pouco, e que se sentem com responsabilidades e capazes de serem adultos dentro da Igreja e não deixar os outros no dilema de ou pensar como a hierarquia ou sair da Igreja. E para eles o problema que então se começa a pôr é o de encontrar um modo de vida conforme ao Evangelho.

...pondo em causa a hierarquia...

T. M. C. — Mas se a juventude sobretudo — para quem as orientações da hierarquia pouco interessam — começa a viver à parte da hierarquia, dentro da Igreja mas desfazada, isso talvez ponha em causa a Igreja como tal.

T. G. — O contacto com uma hierarquia que trava vai provocar uma crise que atinge não só os aspectos negativos da hierarquia mas também os valores em que se acredita. Por estarmos habituados a ouvir dizer que o essencial são valores que já não nos interessam, às vezes é difícil fazer a transição de uns para outros, e estamos em crise. Isto já foi afirmado. Mas parece-me que quando há uma vivência dos valores ou de alguns valores cristãos que se começa a fazer independentemente da hierarquia, adquire-se uma certa maturidade que leva a pôr em causa não os valores mas a própria hierarquia.

e a própria instituição.

A. C. — O que acontece é que mesmo na definição do que é essencial, essa autoridade tem de intervir, pelo que é de salientar a crise que daqui pode vir. A pessoa regendo-se por determinados canónes encontra que de facto pode proceder de determinada maneira. Entretanto a hierarquia considera que é essencial determinada outra maneira. Portanto em princípio aquela pessoa acha-se contra a orientação da hierarquia em matéria que ela diz que é essencial. Ora é aí precisamente que eu situo o problema. A juventude de hoje, por exemplo, ao ver sistemàticamente, sobretudo no contacto com a hierarquia, que ela lhe entrava a acção, tenderá a afastar-se. E não apenas daquilo que critica na hierarquia mas também do que é essencial. Sendo assim a crise de fé, mesmo não existindo de facto, existe potencialmente.

L. M. — Precisamente a maturidade de que falámos há pouco dá um sentido do risco, de se fazerem experiências de bastante ousadia, de tomar certas opções bastante pioneiras, não tendo as pessoas responsáveis a apoiar essas opções. Isso é sem dúvida arriscado...

T. M. C. — Mas as pessoas que vivem uma tensão desse género dentro da Igreja sentem que já há outras pessoas a viver essa insegurança. Vivem-na portanto em grupo, em comunidade, o que é muito importante.

Falta de apoio na fé de comunidades cristãs adultas

A. C. — O que acontece é que essa comunidade também pode não corresponder. A pessoa avança e às tantas sente-se sòzinha, sobretudo desacompanhada por aqueles que têm maior saber teológico e mais responsabilidade na Igreja.

T. G. — É aí que a pessoa começa a redescobrir o que é a Igreja, quando sente a necessidade de viver nessa tal insegurança — que é a pobreza evangélica daquele que procura uma maior profundidade de vida num esforço de coerência com o Evangelho.

Uma procura de vida evangélica

L. M. — Isso parece-me muito importante para esta reflexão toda: o verificar que toda esta contestação da Igreja que muita gente faz, mesmo sentindo-se por vezes fora dela, tem uma sintonia estranha mas real com o Evangelho. Porque vejo no Evangelho esta mesma contestação duma religião formalista, do poder de influência dos ricos, dum Deus que está ao nosso serviço... Quer dizer: as pessoas contestam a Igreja com base num Cristo real. E o que caracteriza a fé de muita gente hoje, é esta tensão entre uma fé que a Igreja proclama e a fidelidade ao Evangelho.

dificultada pelo modo de ser duma sociedade

M. B. — Há aí um problema mais vasto, que é também um factor de crise de fé. É que a fé é uma adesão a uma pessoa e a uma mensagem. E a adesão à mensagem não pode ser só intelectual mas também vivida na humildade, na pobreza. E a isto há muitas resistências devidas ao tipo de vida da nossa sociedade — sociedade de luxo, de capital, de consumo, que não é dos pobres. É, digamos, uma crise de fé na sua concretização na vida. Em todas as épocas as pessoas foram levadas a sublinhar determinados pontos do Evangelho mais do que outros. Parece-me que a nossa época sublinha também pontos diferentes, nomeadamente a pobreza, a solidariedade, o respeito humano. Mas como realmente fazer isso na vida? Quando procuramos directamente nos Evangelhos, nas fontes, qual foi a mensagem de Cristo despida de tudo que lhe puseram por cima até agora, e encontramos algumas linhas muito claras, de que maneira as concretizamos na vida? Sinto que a crise se situa muito aqui, porque então, nesta descoberta que faço, não me posso escudar com mais nada. Já não é uma questão de fidelidade à hierarquia. Porque é precisamente na adesão que quero fazer a Cristo e à sua mensagem que sinto mais resistências, pelo tipo de educação que tive, pelo meio em que fui educada, pelo dinheiro que possuo, pelo que estudei, pela dificuldade que há em cada um de nós de se despir pessoalmente de toda uma série de coisas que também são disfarce e não estão de acordo com a mensagem evangélica.

T. G. — Precisamente a passagem da fé à vida nessas condições levaria à contestação dessa sociedade em que se vive. E isso é difícil quando já nos habituámos a viver da mesma forma do resto da sociedade.

G. M. — Mas torna-se a pôr o problema da Igreja porque é ela como tal que deve fazer essa contestação pela forma de vida que leva. E não é só um problema da hierarquia como se disse. Porque se de hoje para amanhã os bispos deixassem os seus paços, abandonassem as suas armas, isso modificaria realmente a nossa vida diária? Há um perigo grande de acusarmos a hierarquia de incoerência, e de nós na vida familiar e profissional continuarmos a viver na mesma... Porque se hoje já lemos muito mais o Evangelho e não atendemos apenas ao que a hierarquia nos diz, a crise de fé situa-se muito mais na aplicação que cada um de nós faz na vida desse Evangelho que lemos.

A. C. — Também me parece que será essa uma das razões fundamentais por que se poria, a todos os níveis, em cheque a vida de fé. A pessoa tende a ser absorvida efectivamente por valores, por realidades concretas, por ocupações e, sobretudo nalguns aspectos, por obrigações que de certo modo levam a considerar dispensável o resto. Muitas vezes acontece que a pessoa, levada nessa vida, se vai socorrer do facto da incoerência da hierarquia para intensificar o processo de descrença. Põe-se mesmo o problema grave de sentirmos que devemos tomar certas decisões, e que, no entanto, atendendo a determinadas realidades, inclusivamente a família, nos refugiamos na hierarquia para mantermos uma certa passividade. Isto relaciona o grave problema da fé com o também grave problema das opções temporais.

e por uma experiência nova de pluralismo

L. M. — Uma das coisas que me parece ser das provações mais duras para a nossa fé, é o tomar consciência que a leitura que fazemos do Evangelho se traduz em opções que por vezes até são políticas, extremamente definidas na nossa vida, e que há outras possíveis leituras do Evangelho, isto é, que outras pessoas com a mesma inteira fidelidade a Cristo optam na sua liberdade por uma coisa inteiramente oposta. É uma experiência de pluralismo: há quem leia o Evangelho e se faça pacifista, mas também há os que se fazem violentos, e a um dado momento estão ambos incompatibilizados por causa do próprio Evangelho. É uma experiência dura que no entanto pode ser profundíssima para educar a nossa fé. Mas não deixa de ser difícil neste momento.

G. M. — Nós estamos muito marcados por um sistema moral de certo modo considerado único pela Igreja e demasiado rígido, o que desune muito os cristãos. Para os mais novos não é problema o considerarem uma série de atitudes morais de uma maneira comple-

tamente diferente e mais ousada. Mas para as gerações mais velhas, o confronto com outros sistemas morais de cristãos e não-cristãos provoca-lhes muitas vezes uma crise de fé. E não se trata apenas de uma crise de gerações, que sempre houve. É que a Igreja perante essas crises mantinha-se mais ou menos estável, mas hoje em dia a Igreja tomou a iniciativa de romper com um certo número de coisas.

L. M. — Há aí dois problemas que podem ser factor de crise. Por um lado a total impreparação da Igreja para se pronunciar sobre os problemas que se põem à vida moral do homem de hoje, devido ao sistema hermético e individualista duma moral secular. Por outro lado o perceber-se que o cristianismo não é uma moral. Isto ainda faz muita confusão às pessoas. Mas vem no Evangelho que as prostitutas e os publicanos nos hão-de preceder no Reino dos Céus: o facto de se saber que a vida cristã tem imperativos morais elevadíssimos não constitui o cristianismo num sistema moral. Mas isto ao nível da mentalidade colectiva ainda está totalmente confundido, e essa renovação da Igreja, essa fachada toda que se transforma cria evidentemente uma crise dentro da própria Igreja.

OS LEIGOS

UMA ESPERANÇA CONCILIAR
QUE QUER CONCRETIZAR-SE

N.º 2 de a Palavra e o Tempo

SUMÁRIO:

I — Problemas que o cristão português encontra no mundo de hoje.
II — Presença de grupos cristãos na nossa sociedade.
III — Reflecção teológica sobre o facto cristão.
— evolução do conceito de apostolado e modo de presença do leigo no mundo.
IV — Integração do leigo na Igreja.
— A diversidade de opiniões dos cristãos portugueses.
— Significado do Congresso dos Leigos em Roma e sua actualidade em Portugal.
— A oração do leigo.

LIVROS RECEBIDOS

LES LETTRES D'AMOUR DE FRANÇOIS ET D'ANTOINETTE (apresentado por Jacques d'Equipe) col. «Visages du Christ» dirigida por Michel Quoist — Les Editions Ouvrières — Um volume 11,5×16,5 de 264 páginas.

Eis uma nova obra da colecção «Visages du Christ». Trata-se, desta vez, da correspondência de dois noivos, Antonieta e Francisco. A guerra da Algéria tendo-os separado longamente, o seu único meio de diálogo, de conhecimento e de preparação foi a sua correspondência quase diária. Graças a ela podemos seguir os dois na evolução do seu amor.

Esta grande aventura de Francisco e Antonieta da descoberta um do outro, os diálogos muito francos, desde as suas preocupações físicas até ao domínio espiritual, a sua procura constante dum amor cada vez mais despojado de egoísmo, a tomada de consciência do seu compromisso mútuo, etc., são elementos, entre outros, que constituem as pedras indispensáveis para a construção dum autêntico amor.

TRINTA CARTAS SEM REMETENTE — Valentim Galindo — Editorial Franciscana - Braga — Col. «Pedras Vivas», 1 volume de 300 páginas.

«Trinta cartas sem remetente» mas com uma direcção — «a ti, irmão, para o compartilhares fraternalmente». São pequenas reflexões, diálogos muito verdadeiros, que brotam duma «alegria recém-descoberta» por alguém que participou em vários Cursos de Cristandade.

Através de excelentes páginas vivas e acessíveis a todas as pessoas, estas reflexões sobre acontecimentos do dia a dia são para também tu as comungares pois englobam problemas actuais — a presença de Deus, ateísmo, amizade, padre...

LE FAUX DIEU DES CROYANTS — Robert Mialhe — Col. «Lumière des Hommes» — Les Editions Ouvières — Um volume 13,5×18 de 144 páginas.

Que nos procura revelar este livro?

Existem obras de grande qualidade sobre as provas da existência de Deus, e sobre os elementos práticos da Religião...

Não se trata disso.

Incrédulos irritados por aquilo que vêem nos crentes, crentes que não praticam, praticantes que se enfastiam.

Todos estes males têm a mesma raiz: imaginar Deus antes, depois ou fora da vida humana.

Uma nova luz onde entusiastas e inquietos do Concílio se podem encontrar.

PARADOXOS DO MISTÉRIO DA REDENÇÃO — Mons. Ferreira da Silva — Editorial Franciscana - Braga — Col. «Alma Nova», um volume de 150 páginas.

No momento em que há no mundo uma enorme multidão de gente inquieta, desejosa de mais verdade, que sofre, e que procura uma fé total, é preciso que apareça alguém a dar-lhes a mão, a caminhar com

eles, a ajudá-los a dar mais um passo em frente.

«PARADOXOS DO MISTÉRIO DA REDENÇÃO» é para ser lido por jovens sobretudo na fé; porque na fé não há velhos; como que todos somos irmãos gémeos, independentemente dos nossos 10 ou 80 anos.

Esta obra de Mons. Ferreira da Silva abre-nos, a nós jovens, fronteiras novas; faz-nos consciencializar o que em nós, porventura, viva mergulhado sob o pó.

Não é um livro que nos deixe descansados. Mas nos deve levar à virilidade, deve produzir escândalo («é preciso que os escândalos se produzam»), deve exigir violência...

Ou não é virilidade denunciar-mo-nos diante do nosso orgulho?

Ou não é escândalo ter uma semente de apodrecer para que nasça uma nova árvore?

Ou não é violência amar os nossos inimigos?

Já alguma vez pensámos que S. Paulo, de perseguidor passou a perseguido? Que S. Paulo «nunca subiu tão alto como quando se viu caído» numa estrada, juntamente com o seu cavalo? Que S. Paulo apregoava a liberdade considerando-se «prisioneiro de Cristo»?

Este livro está repleto de paradoxos. E o Evangelho é acaso um livro velho para beatos?

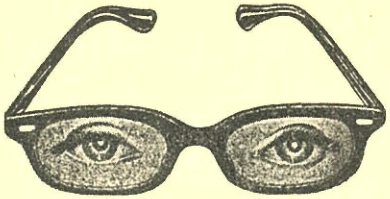
É sobre nós, jovens viris, que a nova Igreja Conciliar depositou as suas esperanças num cristianismo renovado. «Paradoxos do Mistério da Redenção» está nesta linha. Actualidade, virilidade, certeza, são incentivos para meditarmos um pouco, tendo por base este pequeno livro.

EDIÇÃO
da
UNIÃO GRÁFICA, S.A.R.L.

O TEMPO E A GRAÇA

D. António dos Reis Rodrigues

UM LIVRO QUE O AJUDARÁ A FAZER DO SEU TEMPO UM TEMPO DE DEUS



Oculista de CAMPO DE OURIQUE

Assistência técnica competente

EXECUÇÃO RÁPIDA DE TODO O RECEITUÁRIO OFTALMOLÓGICO

Lentes das melhores marcas. Lentes de contacto **«Profil»** da célebre fábrica francesa «L'OR TELEGIC» Habilitados a prestar toda a assistência técnica adquirida em estágios na própria fábrica.

Fornecedor de empresas diversas Seminários, Juntas de Freguesia, etc., por contratos com facilidades especiais

R. SARAIVA DE CARVALHO, 189
Telefone **66 86 27** — LISBOA - 3

ESPUMANTE

Príncipe Real

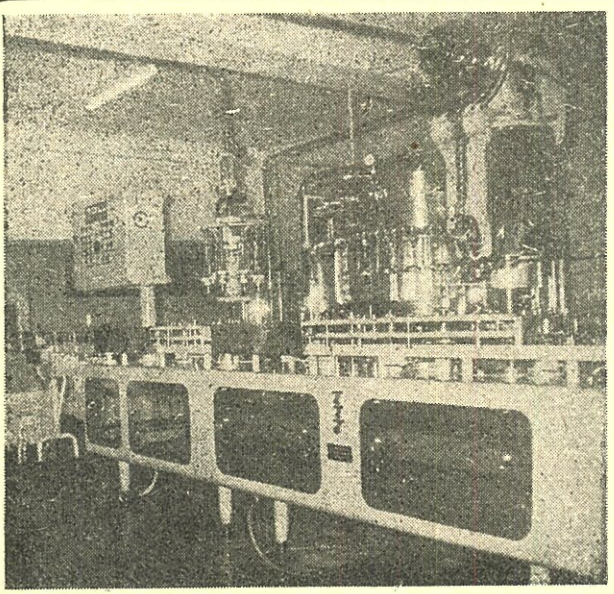
MAIS UMA MEDALHA DE OURO





Prestigioso Prémio do
CONCURSO INTERNACIONAL DE VINHOS EM BUDAPESTE
entre muitas nações concorrentes

CAVES IMPÉRIO - SANGALHOS
FILIAL NO PORTO - R. DA PICARIA, 71 - PORTO



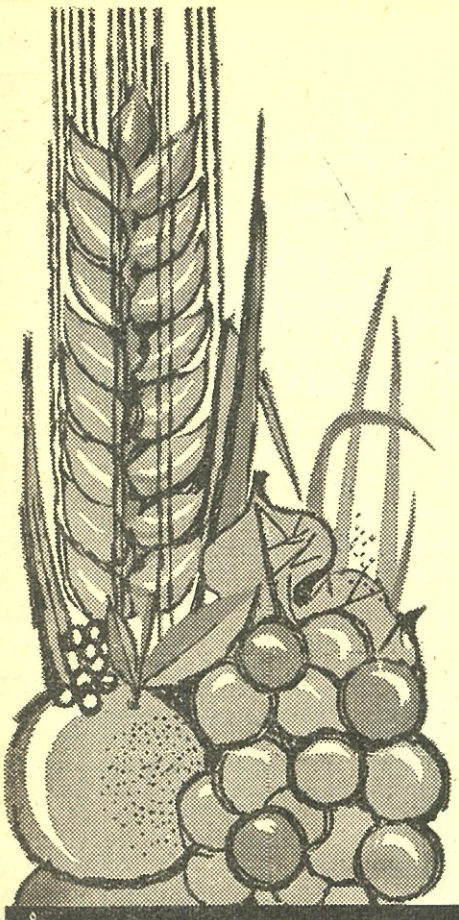
Refrigerantes CRISTALINA

SOITO - SABUGAL
(Telefone **32**)

Sumos naturais de frutos. Sem corantes, nem conservantes, fabricados nas mais modernas máquinas do País.

Agentes em todos os distritos do País.

EM LISBOA: **EDUARDO HENRIQUE DOS SANTOS,** Rua João de Menezes, 18-1.º-Dt.º



NITRATOS DE PORTUGAL

S. A. R. L.

Rua dos Navegantes, 53-2.º
LISBOA

NITRATOS DE PORTUGAL

únicos produtores de

NITROLUSAL

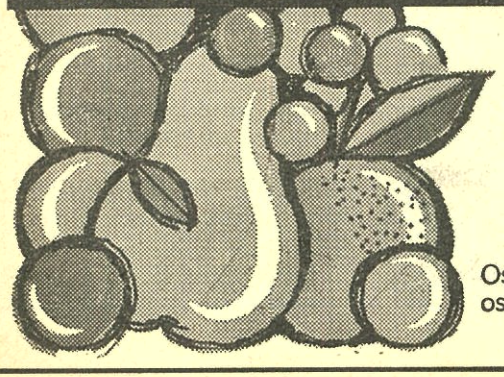
NITRAPOR e

NITRATO DE CÁLCIO

Desde 1963 só com a exportação de excedentes fizeram entrar mais de **290 000 contos** de divisas com as quais não só ajudaram a defender o Ultramar como contribuíram ainda para o prestígio do País e desenvolvimento da Economia Nacional

NÃO POUPE NOS ADUBOS!

NITRATOS DE PORTUGAL, S.A.R.L.





Os adubos dos NNNN são sem dúvida, os **ADUBOS DAS BOAS COLHEITAS**

Prefira-os

Grande stock de armações e óculos de sol das mais reputadas procedências



OCULISTA DO POÇO DOS NEGROS

DEPOSITÁRIO DAS MELHORES MARCAS DE LENTES
— ZEISS • ESSEL • BAUSCH & LOM • ORMA 1000
E OUTRAS BOAS MARCAS

BIFOCAIS, PROGRESSIVAS E DE CONTACTO

Executa receituário médico e outros trabalhos em óculos em poucos minutos

Caixas de Previdência e outros Organismos. As melhores condições

RUA POÇO DOS NEGROS, 65 (AO CONDE BARÃO) — LISBOA

Ter Fé é ao mesmo tempo uma recusa e uma certeza. Recusa, frente a todos os paganismos, em deixar confundir o cristianismo com um teísmo intelectual ou com uma crença, ambos desenraizados do viver quotidiano. Certeza de que o nome de Deus é «Pai», e de que longe dele os nossos passos se perdem por caminhos vãos. Cristão é o que não vê separação entre a vida e o Evangelho; é o que afirma com a vida a sua pertença a Jesus Cristo.

(da editorial deste número)